



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 142

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 25 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos  
ORDEM DO DIA

#### Vetos Presidenciais:

- 1º) Ao Projeto de Lei nº 343-B-67, na Câmara dos Deputados, e nº 86-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar; (veto parcial);
- 2º) Ao Projeto de Lei nº 1.438-C-60, na Câmara dos Deputados e nº 58-67, no Senado Federal, que concede isenção, pelo prazo de um ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas; (veto total).

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Artigo 10 e seu parágrafo
2	1º	Artigo 11
3	1º	§ 1º do Artigo 12
4	1º	§§ 2º e 3º do Artigo 12
5	2º	Totalidade do Projeto

#### MENSAGEM

Nº 15, de 1967 (C.N.)

(Nº 718-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do art. 54 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Estado da Educação e Cultura, o anexo projeto de lei que prevê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica.

Brasília, em 20 de outubro de 1967.  
— A. Costa e Silva.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E.M. nº 552

Em 4 de outubro de 1967.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a fim de equipar escolas

de ensino industrial, o Governo brasileiro, através deste Ministério (Diretoria do Ensino Industrial), firmou contratos de financiamento com diversos países (Itália, França, República Democrática Alemã, República Federal Alemã, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Suíça, Dinamarca e Rússia), bem como um contrato de empréstimo de US\$ 3.000.000,00 com o Banco Interamericano do Desenvolvimento, este a 30 de junho do corrente ano.

Numerosos equipamentos, provenientes da Europa, já estão em vias de ser embarcados; e outros, relativos aos mesmos contratos de financiamento ou ao empréstimo BID/MEC, deverão ser remetidos em seguida, num fluxo crescente.

Ocorre, todavia, que o Decreto-Lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938, entre as isenções que enumera, quanto às taxas de Renovação da Marinha Mercante, e Melhoramento dos Portos, não contempla os equipamentos destinados a fins educacionais, mesmo quando importados diretamente pelo Ministério da Educação, isto é, o próprio Governo brasileiro.

É óbvio que a cobrança dessas taxas só virá onerar programas essenciais do desenvolvimento do parque

educacional brasileiro, incidindo o ônus sobre o próprio Governo.

Há numerosos precedentes de isenção, como o da Lei nº 4.968, de 11 de maio de 1966 (Diário Oficial, de 13), em prol da Santa Casa da Misericórdia do Estado de São Paulo. Presentemente, o Projeto nº 391-B-1967, da Câmara dos Deputados, isenta de imposto de importação e produtos industrializados, além das taxas de despacho aduaneiro, material sem similar nacional destinado a recuperação de instalações da indústria nacional.

Solicito, assim, a Vossa Excelência providências no sentido de encaminhar mensagem ao Congresso Nacional, mostrando-se de toda conveniência a solicitação de tramitação em regime especial, no sentido de isentar das taxas aludidas as importações de equipamentos sem similar nacional feitas pelo Ministério da Educação e Cultura, com recursos de contratos de financiamentos estrangeiros, e exclusivamente destinados a estabelecimentos de ensino industrial, sem fins comerciais.

Valho-me do ensejo, para renovar a Vossa Excelência os meus mais elevados protestos de estima e consideração. — Tarso Dutra.

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos  
ORDEM DO DIA

#### Vetos Presidenciais:

- 1º) Ao Projeto de Lei nº 434-B-67, na Câmara dos Deputados e nº 97-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280 de 28 de fevereiro de 1967; (veto parcial);
- 2º) Ao Projeto de Lei nº 6-67, CN., que integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e, dá outras providências; (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Artigo 4º
2	2º	Artigo 26
3	2º	Artigos 32 e seus parágrafos, 33 e seu parágrafo único, 35 e seu parágrafo único e 38
4	2º	Artigos 34 e 37 e seu parágrafo único
5	2º	Artigo 36
6	2º	Artigo 39
7	2º	Artigo 40

#### PROJETO DE LEI Nº 15, de 1967 (C.N.)

Provê sobre a isenção do pagamento das taxas de melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e de Renovação da Marinha Mercante, as importações feitas pelo Ministério da Educação e Cultura, com recursos próprios ou provenientes de contratos de financiamento obtidos no exterior, de equipamentos sem similar nacional, destinados a estabelecimentos de ensino industrial.

Parágrafo único. Considerar-se-á comprovada a inexistência de similar nacional quando houver concessão de licença de importação pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX).

Art. 2º Os materiais e equipamentos importados com os favores constantes da presente lei não poderão destinar-se a fins comerciais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# MENSAGEM

Nº 16, de 1967 (C.N.)

(Nº 719-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do art. 54 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Interior, o anexo projeto de lei que autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

Brasília, em 20 de outubro de 1967.

— A. Costa e Silva.

E.M. nº 0266

Em 21 de setembro de 1967.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei, em anexo, que tem por objeto autorizar a instituição da "Fundação Nacional do Índio", entidade destinada a absorver todos os encargos da assistência ao Índio, da gestão do Patrimônio Indígena e da concepção da política indigenista brasileira.

O Grupo de Trabalho instituído para realizar estudos e formular sugestões, projetos e proposições, tendo em vista a estruturação dos serviços de assistência ao Índio, compreendidos na jurisdição do Ministério do Interior, optou por uma Fundação, que congregasse as finalidades dos órgãos atualmente existentes, informados por uma nova política não apenas de proteção pura e simples do silvícola mas de preservação da sua cultura, da sua individualidade tribal e da sua própria vida no "habitat" primitivo, além da defesa do seu patrimônio material. Pareceu-lhe — e aceitamos como válidos os argumentos apresentados — que uma pessoa jurídica de direito privado, cuja flexibilidade e autonomia são evidentes, facilitaria o encontro de formas mais adequadas, de ação social mais próxima a promover o amparo ao aborigine, sua defesa a resguardo contra o extermínio e a opressão, sua libertação do pauperismo, sua integração final, sem empecilhos e entraves burocráticos.

Preferiu-se a Fundação ainda porque a atuação direta, por meio de órgãos do Estado, fracassara na proteção ao Índio, por falta de verbas, inabilitação do pessoal e burocratização excessiva. Também uma autarquia não disporia de maneabilidade para atuar em múltiplos setores de influência estatal, tolhida por normas que regem a administração direta e desvirtuam a própria natureza do ente autárquico.

Uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista seriam igualmente desaconselháveis, porque, embora dotadas de personalidade jurídica de direito privado, seu objetivo não é lucro, o exercício de atividade de natureza empresarial ou mercantil, sob qualquer forma admitida em direito, não se enquadrariam nos objetivos singularíssimos que se pretendem, para um instituto que executará, simultaneamente, tarefa de educação, defesa sanitária, preservação patrimonial e salvação mesma das tribos que ainda sobrevivem, depois de quatro séculos de incompreensão e até criminosa destruição, por parte do colonizador, em todos os tempos.

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

### I — O problema indígena

Quando o descobridor português aportou às plagas brasileiras, aqui encontrou os proprietários da terra dispostos ao mais generoso entendimento. Os que estiveram na caravela de Cabral, rezam as crônicas, embora interprete que lhes traduzisse a palavra, demonstraram, por gestos da mais curiosa afabilidade, seus intuitos pacíficos. Toda a famosa carta de Caminha, em se referindo aos gentios, tanto quanto à terra que lhe pareceu promissora de tal modo que "em se plantando dar-se-á nela tudo", é um elogio àquela gente, sadia, robusta, ingênua e hospitaleira. No princípio os que aqui ficaram, como Caramuru e João Ramalho, casando-se com filhos de caciques, sempre encontraram, da parte deles, a melhor acolhida. Mas depois, revelando-se os colonos desejosos de ter a terra em sua posse exclusiva, provocaram o ânimo nativista dos gentios e começaram as lutas, mais aceras ainda quando queriam subjugá-los para o trabalho escravo e, ante a reação libertária, classificavam-nos de bugres indolentes e viciosos. Graças aos jesuítas — que aqui vieram depois que um Breve papal, na primeira metade do século XVI, declarou os índios entes humanos — houve reação contra as pretensões dos colonos, iniciando-se a catequese, para dilatar também a Fé Cristã e não apenas o Império lusitano. Nomes índios como os de Poti, na Guerra Holandesa, Tibirigá, Cunhambebe, Tibirigá Tabira, Piragibe, Tomagica, estão estreitamente ligados à conquista da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Maranhão. Mas tanto mais se aticava a cobiça dos colonizadores, na procura de terras de cultura, de pastagens naturais, de riquezas do subsolo, era o Índio afastado a ferro e fogo para o interior do País, preado pelos bandeirantes, roubadas as suas mulheres, tomados violentamente os seus filhos, sem que nem sempre a proteção dos jesuítas conseguisse defendê-los suficientemente.

Diz-se que os índios somavam 1.100.000 na época do Descobrimento. Se essa população houvesse duplicado em cada século, somariam, hoje, mais de trinta milhões. E' de crêr-se que, inicialmente, fosse comum a miscigenação, não depois, no entanto, quando relegados a um "status" social de inferioridade. Houve, em verdade, o assassinato em massa dos silvícolas e, segundo carta do Padre Vieira a El-Rei, os portugueses mataram dois milhões de índios, em trinta anos, no então Estado do Maranhão, número que se deve atribuir ao exagero da sua piedade. Se os jesuítas casaram, batizaram e alfabetizaram índios, muito espantados de que alguns pudessem aprender a carta da ABC em dois dias, de certo impuseram-lhe a nossa religião, coisa de bom proveito no tempo em que os reis é que escolhiam a crença religiosa dos seus súditos principalmente após a Reforma Protestante, quando se emulavam tantos, padres e mi-

nistros, em ampliar as fronteiras da cristandade.

Mas, depois que Pombal retirou do Brasil os jesuítas, não mais se encontraram, para defender os índios, apóstolos da tempera de Anchieta, Navarro e Nobrega, ou daquela admirável Congregação de São Felipe de Nery, que tantas aldeias dotou de capelas no interior do Nordeste. Tanto mais se descobriram novas riquezas em nosso território, quanto mais se incendiava a perseguição contra os gentios, praticamente expulsos, no século XVIII, da orla litorânea. Dêles restavam, apenas, os mamelucos, que haveriam de ostentar, orgulhosos, patronímicos indígenas, ou dar à cultura brasileira, nomes ilustres nos seus descendentes, como aquele Arcoverde que foi o primeiro Cardeal do Brasil. As missões para a catequese, que aqui vieram no século XIX, já não tinham a flama dos primitivos catequistas. Ao contrário, quando se adentravam no País, tinham muitos caboclos para o batismo e a desobriga, sem paciência e coragem para, realmente, civilizar o Índio, já então arredio à civilização que tratara esses remanescentes com o ferrete da escravidão as armas da violência e um soberano desprezo pela sua barbárie.

Em 1823, logo após a Independência, a primeira vez que se levanta para defendê-los é a de José Bonifácio que, em nome dos princípios da Moral e da razão, impressionado com as raras tribos que remanesciam, perseguidas e violadas, declarava os seguintes "meios de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios":

- 1º) Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores;
- 2º) Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos;
- 3º) Abrir comércio com os bárbaros, ainda que com perda de nossa parte;
- 4º) Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;
- 5º) Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos.

Mas o conselho do Patriarca não foi ouvido. O Índio continuou sendo tratado como uma fera, pelos que desejavam apossar-se dos seus domínios. Sem advogados e sequer sem historiadores. Vencidos, humilhados, ofendidos, desmoralizados. Sem alguém que gritasse, aos ouvidos cristãos, a excomunhão "latae sententiae" com que, já em 1741, o Papa Benedito XIV fulminava os predadores de índios. Preferindo a lição de D. João VI que, em carta régia de 13 de maio de 1828, mandava ao Governador de Minas Gerais que fizesse guerra aos Botocudos. Mas a partir de 1831 houve novas ordens para a catequese. O que não havia era bons catequistas, pois se permitia a venda de aguardente nessas reduções. Degradava-se o Índio. Obrigava-se o silvícola a assistir às cerimônias de um culto estranho. Des-

moralizavam-se os seus chefes naturais. "Providências de meninos indígenas" tomavam-lhes os filhos, permitidas por lei de 1838. Muito menos se defendia a sua legítima propriedade natural.

A fase final dessa catequese é a proclamação da República. As inspi-rações do positivismo — a única doutrina em que se apoiava o novo regime de Estado laico — não foram bastante previdentes para preservar as terras indígenas. Quando se votou a primeira Constituição republicana, era o melhor ensejo de afirmar a posse, pelos silvícolas, das terras que ainda habitavam. Isso não se fez: os Estados é que se apossaram delas. Embora o Apostolado Positivista do Brasil, cheio de romantismo, pregasse o reconhecimento dos "Estados Brasileiros Americanos", que seriam amparados pelo Governo Federal e neles plenamente respeitada a posse dos territórios dos índios. Com as terras devolutas, os Estados se apossaram de todas aquelas legitimamente ocupadas pelos silvícolas, passando a doá-las a colonos que expulsavam, pela força, os seus habitantes naturais.

### II — Uma Política Indigenista

Mas a pregação positivista seria a cobertura doutrinária de uma nova política de proteção ao Índio. As missões religiosas entre os gentios já não mostravam aquela disposição e aquele afeto dos primeiros jesuítas. Ao contrário, pretendiam impor aos selvagens férrea disciplina, do que resultou, mais de uma vez, o sacrifício desses novos catequistas, duramente vingados pelos sertanejos, por vezes com o auxílio de tribos já absorvidas pela civilização. E quando, em 1910, Rodolfo Miranda, tendo assumido o Ministério da Agricultura, propôs a criação de um "Serviço de Proteção aos Índios e de localização dos Trabalhadores Nacionais". Convida o Coronel Cândido Mariano Rondon para dirigi-lo, dizendo: "A espontaneidade da escolha do vosso nome, para fomenta-lar e dirigir a catequese que o Governo Republicano deliberou empreender é a consagração formal da conduta humanitária, generosa, que tanto vos recomendou a confiança do indígena na longa e heróica jornada que realizastes por zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores". Queria então circunscrever a missão "em preocupação de proselitismo religioso... pacientemente e sem intermissão de esforços".

Rondon aceita. Rejeitara jovem oficial, a regência de uma cátedra na Escola Militar, por lhe parecer, fic aos princípios do positivismo, que Exército devia prestar-se, desde logo às missões pacíficas que lhe estavam reservadas no Estado Positivo. Por isso preferia ir estender, no Oeste invio, posteação e os fios que ligariam, co os grandes centros, as cidades longinquas da fronteira. E nessa missão fizera respeitado e amado, pelo tratamento que dera ao Índio, tornando axiomático o princípio que seria, d pois, o de todos os indigenistas: as missões de proteção ao gentio: "Mor, se preciso for, matar, nunca." Rondon, complementando aqueles cit co princípios de José Bonifácio, dir giu sua política indigenista por outi novos postulados, inspirando-se e Roquete Pinto, Horta Barbosa e ta los outros eminentes corifeus do p sitivismo:

- a) nosso papel social deve ser simplesmente protegê-los, sem procurá-los;
- b) não tentar substituir os chefes naturais, nem impor-lhes u civilização para que não se ach preparados;
- c) respeitar suas crenças, sua organização familiar, seus costumes hábitos sociais;
- d) não catequisá-los, mas ampará-los, respeitando-lhes a índole fe chista;
- e) não cogitar em transformar aborigine em trabalhador nacio

dentro do período determinado, nem coartar de fazê-lo cidadão.

Esta a política indigenista adotada pelo General Rondon, que lhe valeu a gratidão internacional e as melhores citações no exterior, sendo de assinalar, depois dele, que a sua equipe jamais sacrificou a vida de um índio, enquanto alguns daqueles servidores morreram flechados, sem retirar do coldre a armada carregada de balas.

### III — A Crise no SPI

Dezenas de tribos foram pacificadas, em todo o País. Até 1930 foi profícuo o trabalho de Serviço de Proteção aos Índios, com algumas interrupções, resultantes da escassez de recursos orçamentários, pois, a cada crise econômico-financeira que ocorria, era o primeiro a sofrer cortes de verbas. Com a revolução de 1930, Rondon foi afastado do SPI para retornar em 1934, quando chamado a nova missão internacional. Quando no âmbito do Ministério da Guerra, por algum tempo, o Serviço pôde realizar a sua missão, mas, devolvido ao Ministério da Agricultura, novamente escassearam as dotações. Quando na órbita do Ministério do Trabalho, ocorreu uma evasão dos melhores e dos mais capacitados, entregue a tarefa a funcionários menos experimentados, campeando, por vezes, a desonestidade nas várias inspeções.

Multiplicaram-se na imprensa as denúncias contra os funcionários do SPI. Sucederam-se as mudanças de caráter administrativo algumas delas prejudiciais ao bom andamento dos serviços. Mais de meia dúzia de decretos e leis de 1918 a 1945 modificaram a estrutura do SPI. Escasseavam os colaboradores com o espírito público e o devotamento à causa indigenista da parte de Antônio Martins Estigarribia, Vicente de Paula Teixeira de Vasconcelos, Nicolau Bueno, Horácio Barbosa, Alípio Bandeira, Miguel Miranda, Manuel Rabelo, José Maria de Paula e José Maria da Gama Malcher, que foi diretor do Serviço, de 1951 a 1955. Na sua administração, procurou moralizar o SPI, com o expurgo dos burocratas, impedindo, exploradores, abrindo 2 inquéritos, por violência, incúria e roubo, arquivados pelos seus sucessores, impunes os denunciados.

Tudo isso indicava a necessidade de uma reformulação profunda. Ficou claramente demonstrado que, durante os 50 anos de existência do SPI, só após o Serviço de verba suficiente durante dez anos, uma sucessão de inquéritos, sobre a admissão irregular de servidores e o malbarato de verbas; a revelação de incúria administrativa, o alcance nos dinheiros públicos e outras irregularidades graves não resultaram na necessária punição, embora coubesse, em muitos casos, a demissão e o processo penal. Não vem apelo relembrar toda uma sucessão de escândalos e irregularidades que, largamente exploradas na imprensa do País, por décadas, transformaram o SPI numa entidade altamente suspeita à opinião pública.

### IV — Uma Nova Instituição

Mostrava-se irreversível o Serviço de Proteção aos Índios, absolutamente infiel à sua generosa inspiração, totalmente incapacitado, por culpa da péssima burocracia e da desatenção dos Governos. Impunha-se, não se impõe, a sua extinção, substituído por um órgão em outros moldes, capaz de retomar a bandeira indigenista de Rondon.

Seria um risco de novo desastre substituí-lo por um órgão semelhante, depender de verbas orçamentárias alheias da economia. Há, ainda, entre os indigenistas brasileiros, muitos postos a honrar a memória de Rondon. Entre aqueles que nunca se aculturaram ao SPI ou dele se afastaram até por medida de higiene moral, haverá muitos que, instituída uma Fundação, com personalidade jurídica

de direito privado, poderão prestar-lhe os melhores e mais relevantes serviços. Já existe sedimentada, no País, com a experiência republicana, uma nova doutrina, que não admite a catequese, muito menos uma proteção patriarcal que exija, em troca, mudança de costumes, de instituições e de crenças do silvícula.

As finalidades expressas no projeto, criando a Fundação Nacional do Índio, respondem a essa filosofia que foi toda uma inspiração do ministério de Rondon, estatuinte, como diretrizes da nova política indigenista, o respeito à pessoa do índio e à instituição e comunidades tribais; a garantia da posse das suas terras, com exclusivo usufruto dos seus recursos naturais; a consideração às suas condições biológicas e culturais. O resguardo da aculturação espontânea do índio, para evitar uma evolução sócio-econômica de mudanças bruscas. Contempla o projeto a gestão do patrimonismo indigenista; o levantamento, mediante análises e pesquisas científicas, dos grupos culturais superstitiais; a assistência médico-sanitária, uma educação de base apropriada à sua evolução, a valorização do patrimônio indigenista, conservado, ampliado, defendidos os seus produtos e recursos naturais. Além disso cumpre despertar, no civilizado e no brasileiro em geral, o respeito à cultura indigenista, mas, sobretudo à pessoa humana do índio pela divulgação da causa indigenista.

Compete à Fundação exercer a tutela do índio, na forma da legislação civil e das leis especiais; obter a cooperação e assistência técnica interna e externa, pública e privada; exercer o poder de polícia nas reservas indigenas; requisitar, no serviço público, quem possa ajudar no atendimento e essas finalidades.

O patrimônio da Fundação será constituído do acervo do Serviço de Proteção aos Índios, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e do Parque Nacional do Xingu, que serão extintos com a instituição da Fundação; pelas dotações orçamentárias, créditos adicionais, subvenções federais, estaduais e municipais, doações de pessoas físicas entidades estrangeiras e internacionais, rendas e emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros. Aqui cabe uma inovação: inclui-se no patrimônio da Fundação o dízimo da renda líquida anual do Patrimônio Indígena, da mesma sorte que o tutor cabe, na legislação civil (art. 431, parágrafo único do Código Civil) até dez por cento da renda líquida anual dos bens administrados. Mas a Fundação responderá pelo dono que os seus empregados causam ao Patrimônio Indígena, cabendo-lhe ação regressiva contra o responsável, nos casos de culpa ou dolo. As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas com vista à emancipação econômica das tribos, aos acréscimo do patrimônio rentável e ao custeio dos serviços de assistência ao índio, prestadas contas ao Ministério do Interior.

Os artigos 7º e 8º do projeto preveem a situação dos quadros de pessoal dos órgãos em extinção, a ser operada gradativamente, de acordo com normas a serem fixadas em decreto, ressalvada a situação funcional dos servidores, aproveitados, quando possível, em órgãos federais e mediante convênio com os Estados e Municípios, nessas duas esferas administrativas. A elaboração dos estatutos da Fundação resultará de decreto do Presidente da República, enquanto, em anteprojeto de Lei, a ser encaminhado ao Congresso, sobre o Estatuto Legal do Índio Brasileiro, se atenderá a aspiração sempre defendida pelos nossos melhores indigenistas.

Diante do exposto, esperamos Vossa Excelência remeta ao Congresso Nacional, a presente proposição, rogando que invoque o prazo previsto no § 3º do artigo 54 da Constituição, dada a urgência da imediata res-

truturação dos serviços de proteção ao índio, em tidos capazes de garantir a efetiva ajuda e a justiça que o aborígene brasileiro espera há mais de quatrocentos anos.

Estamos seguros de que o Parlamento brasileiro não recusará aprovação a projeto do Executivo com tão alevantados propósitos, para que se pague, finalmente, uma imensa dívida da nação brasileira.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Afonso Augusto de Albuquerque Lima.

### PROJETO DE LEI

Nº 16, de 1967 (C.N.)

Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades:

I — estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;  
b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes;  
c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;  
d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas;

II — gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III — promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indigenas;

IV — promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V — promover a educação de base apropriada ao índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

VI — despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII — exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais.

Art. 2º O patrimônio da Fundação será constituído:

I — pelo acervo do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e do Parque Nacional do Xingu (P.N.X.);

II — pelas dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe foram atribuídos;

III — pelas subvenções e doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

IV — pelas rendas e emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros;

V — pelo dízimo da renda líquida anual do Patrimônio Indígena;

§ 1º Os bens, rendas e serviços da Fundação são isentos de impostos federais, estaduais e municipais, de conformidade com a letra "c", item III, do art. 20 da Constituição.

§ 2º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos

suficientes ao atendimento das despesas da Fundação.

§ 3º A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica internas ou externas, públicas ou privadas, coordenando e adequando a sua aplicação aos planos estabelecidos.

Art. 3º As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas pela Fundação tendo em vista os seguintes objetivos:

I — emancipação econômica das tribos;

II — acréscimo do patrimônio rentável;

III — custeio dos serviços de assistência ao índio.

Art. 4º A Fundação terá sede e foro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior, ao qual caberá promover o ato de sua instituição, nos termos da lei.

Art. 5º A Fundação, independentemente da supervisão ministerial prevista no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena ao Ministério do Interior.

Parágrafo único. Responderá a Fundação pelos danos que os seus empregados causarem ao Patrimônio Indígena, cabendo-lhe ação regressiva, contra o empregado responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 6º Instituída a Fundação, ficarão automaticamente extintos o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu (PNX).

Art. 7º Os quadros de pessoal dos órgãos a que se refere o artigo anterior serão considerados em extinção, a operar-se gradativamente, de acordo com as normas fixadas em Decreto.

§ 1º Os servidores dos quadros em extinção passarão a prestar serviços à Fundação, consoante o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Diretoria da Fundação, conforme normas a serem estabelecidas em Decreto do Poder Executivo.

§ 2º O tempo de serviço prestado à Fundação em regime trabalhista, na forma do parágrafo anterior, será contado como de serviço público para os fins previstos na legislação federal.

§ 3º A Fundação promoverá o aproveitamento em órgãos federais e, mediante convênio, nos Estados e Municípios, os servidores referidos neste artigo, que não forem considerados necessários aos seus serviços, tendo em vista o disposto no art. 99 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 8º A Fundação poderá requisitar servidores federais, estaduais e municipais, inclusive autárquicos, na forma da legislação em vigor.

requisitados na forma deste artigo poderão optar pelo regime trabalhista peculiar à Fundação, durante o período em que permaneçam à sua disposição, contando-se o tempo de serviço assim prestado para efeito de direitos e vantagens da função pública.

Art. 9º As dotações orçamentárias consignadas ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e ao Parque Nacional do Xingu (PNX), no Orçamento da União, serão automaticamente transferidas para a Fundação, na data de sua instituição.

Art. 10. Fica a Fundação autorizada a examinar os acordos, convênios, contratos e ajustes firmados pelo SPI, CNPI e PNX, podendo ratificá-los, modificá-los ou rescindi-los.

Art. 11. São extensivos à Fundação e ao Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, prazos processuais, ações especiais e executivas, juros e custas.

Art. 12. Cumpre à Fundação elaborar e propor ao Poder Executivo Anteprojeto de Lei, a ser encaminhado ao Congresso, sobre o Estatuto Legal do Índio Brasileiro.

Art. 13. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, o Ministro do Interior, ouvida a Procuradoria-Geral da República, submeterá ao Presidente da República o projeto dos Estatutos da Fundação Nacional do Índio.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, ... de ... de 1967.

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

#### CAPÍTULO V

#### Do Sistema Tributário

Art. 20. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I —

a) ...

c) o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei.

Art. 189. Esta Constituição será promulgada, simultaneamente, pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional e entrará em vigor no dia 15 de março de 1967.

Brasília, 24 de janeiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A Mesa da Câmara dos Deputados. — João Baptista Ramos, Presidente.

A Mesa do Senado Federal. — Azer Soares de Mota Andrade, Presidente.

## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 220 — 12 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

#### CAPÍTULO II

#### Das Medidas de Ação Imediata

Art. 99. O Poder Executivo adotará providências para a permanente verificação da existência de pessoal ocioso na Administração Federal, diligenciando para sua eliminação ou redistribuição imediata.

§ 1º Sem prejuízo da iniciativa do órgão de pessoal da repartição, todo responsável por setor de trabalho em que houver pessoal ocioso deverá apresentá-lo aos centros de redistribuição e aproveitamento de pessoal que deverão ser criados, em caráter temporário, sendo obrigatório o aproveitamento dos concursados.

§ 2º A redistribuição de pessoal ocorrerá sempre no interesse do Ser-

viço Público, tanto na Administração Direta como em autarquia, assim como de uma parte ou totalidade do regime jurídico pessoal do servidor.

§ 3º O pessoal ocioso deverá ser aproveitado em outro setor, continuando o servidor a receber pela verba da repartição ou entidade de onde tiver sido deslocado, até que sejam as providências necessárias à regularização da movimentação.

§ 4º Com relação ao pessoal ocioso que não puder ser utilizado na forma deste artigo, será observado o seguinte procedimento:

a) extinção dos cargos considerados desnecessários, ficando os seus ocupantes encaminhados ou em disponibilidade, conforme forem ou não de estabilidade, quando se tratar de pessoal regido pela legislação dos funcionários públicos;

b) dispensa, com a consequente indenização legal, dos empregados sujeitos ao regime da legislação trabalhista.

§ 5º Não se preencherá vaga nem se abrirá concurso na Administração Direta ou em autarquia, sem que se verifique, previamente, no competente centro de redistribuição de pessoal, a inexistência de servidor a aproveitar, possuidor da necessária qualificação.

§ 6º Não se exonerará, por força do disposto neste artigo, funcionário nomeado em virtude de concurso.

Art. 215. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República. — H. Castello Branco. — Carlos Medeiros Silva.

## EMENDAS AO PROJETO

Nº 12, de 1967 (C. N.)

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 12, DE 1967 (CN), QUE "CONCEDE DEDUÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO INDA, PREVISTA NO ARTIGO 3º DO DECRETO-LEI Nº 58, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966".

Índice das emendas por ordem alfabética dos autores

Consignantes — Número de emendas

Deputado Adhemar Ghisi .....	4
Deputado Antonio Brasilin .....	2
Deputado Aroldo Carvalho .....	6
Deputado Fausto Gervasio .....	3
Senador Elvino Brito .....	5
Senador José Feliciano .....	1

Observação: Todas as emendas foram aceitas preliminarmente, por unanimidade do Relator e da Comissão.

#### Nº 1

#### SUBSTITUTIVO

Art. 1º O projeto de Lei nº 12, de 1967 (CN) que concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando também contribuintes de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, estarão isentos durante 10 (dez) anos, da contribuição devida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificativa

Sem qualquer assistência técnica, o setor de desenvolvimento econômico e financeiro desorganizado pela inflação e pelo rural brasileiro, essa situação é insustentável. O ruralista só é levado ao limbo de ser ignorado e, hoje, não se encontra em condições de desenvolver a produção agrícola. A falta de assistência técnica e financeira normaliza o abandono da produção, quase nada sendo se acha organizada, pois, as leis não são seguidas.

A melhor solução a fim de não se tornar mais desestimulados os produtores rurais, será suspender, por dez anos, a cobrança da contribuição do INDA, até que todos esses órgãos de desenvolvimento e fomento estejam definitivamente estruturados.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 1967. — Senador José Feliciano.

#### Nº 2

Acrescenta ao art. 1º — "... nas áreas de terra comprovadamente cultivadas ou racionalmente aproveitadas para o pastoreio".

Acrescente-se ao art. 1º — "... de 21 de novembro de 1965, "nas áreas de terra comprovadamente cultivadas ou racionalmente aproveitadas para o pastoreio", as seguintes deduções:

#### Justificativa

O projeto, tal como está redigido, contraria o espírito da Constituição e os fundamentos do Estatuto da Terra. Se aprovado como está, será um instrumento a serviço do latifúndio improdutivo, um estorvo para sustentar por mais algum tempo a bolsona e condenável estrutura agrária que aí está, a serviço de uma minoria de privilegiados e contra os próprios interesses nacionais.

A terra tem função social e a tributação sobre a mesma, do igual modo, tem função social. A terra que não cumpre a sua finalidade social deve ser gravada de tributo. Não foi sem razão que Ruykim, o grande colonizador das encíclicas papais, disse: "A propriedade só merece respeito em função dos serviços que presta". E aqui, desta, consulte-se o pensamento de José de Castro, de Pasquim, de Padre Leoberto ou dos eminentes comentaristas dos documentos papais: Tristão de Almeida, Conella e outros.

No Brasil precisamos tirar a reforma agrária do papel para transformá-la na realidade que milhões de brasileiros esperam. E logo devemos fazer com demagogia, sem argumentos, porém com ilusão, com patriotismo, com coragem.

O INDA e o IERL, a rigor, até hoje não justificaram sua existência através de realizações. O Congresso está convencido, por isto, a prestar a sua colaboração ao Executivo na realização desta obra, antes que seja tarde, antes que o comunismo, através de suas manobras criminosas, continue estender e estreitar seus tentáculos trágicos que só os cegos não os vêem.

Esperamos que a douta Comissão, atenta aos superiores interesses do Brasil, acolha esta emenda.

Sala das sessões, 13 de outubro de 1967. — Deputado Antonio B. ...

#### Nº 3

Substitua-se as letras "a" e "b" do art. 1º, pelo seguinte:

"Fica isento de pagamento o exercício corrente e será devido 10% a parte do exercício de 1963, havendo um aumento anual e sucessivo nunca superior a 10%.

#### Justificativa

O fato de durante dez anos não ter sido possível a cobrança das contribuições que agora a mensagem presidencial propõe reduzir, evidencia a necessidade imperiosa de se prometer mais lentamente a implantação do tributo em causa. Convém não esquecer que o próprio Governo já sancionou Projeto de Lei dispensando a cobrança dos referidos tributos devida a sua implantação, pelas dificuldades insuperáveis que encontrou.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 1967. — Deputado Elvino Brito.

#### Nº 4

O art. 1º e seus bens ficará assim redigidos:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, estarão isentos dessa contribuição até o ano de 1968, inclusive, para os efeitos do art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — Deputado Adhemar Ghisi.

#### Justificativa

A grande maioria dos proprietários rurais, enquadrada nos dispositivos que ora se pretende criar, está verdadeiramente sufocada com os onerosos encargos da atual conjuntura econômico-financeira porque atravessa o país.

Se o objetivo, da proposição, como quer a mensagem dirigida ao Senhor Presidente da República pelo Senhor Ministro da Agricultura, é o de, "fazer a atual conjuntura econômica e em consonância com a política de estímulos à produção agropecuária e o desenvolvimento das atividades rurais" adotar por oportuna, "medidas tendentes a tornar gradativamente suportável a carga fiscal que incide sobre as propriedades territoriais rurais, determinadas através das disposições das Leis ns. 2.613, de 23 de setembro de 1955, 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966", nada mais correto e recomendável do que a isenção da contribuição prevista no projeto, ora encaminhado à esta Casa pelo Poder Executivo.

Essa isenção recomendada, antes, ante a reformulação da política tributária que se impõe ao contribuinte rural brasileiro, recentemente extinto do si sacrifícios cada vez maiores. Uma segunda tributação sobre sua propriedade rural, em momento tão crucial para sua existência e produção rural praticamente obsoleta no interior brasileiro, não é recomendada, nem se faz defensável. Da emenda que levamos, repetitivamente, à consideração dos nossos eminentes pares.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1967. — Deputado Adhemar Ghisi.

#### Nº 5

O art. 1º do projeto de lei nº 12-67 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, terão, a partir do exercício financeiro de 1967, nos seis primeiros anos de aplicação do disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 58, d



31 de novembro de 1966, as seguintes deduções:

a) no primeiro ano, oitenta por cento do valor da contribuição calculada.

b) no segundo ano, setenta por cento do valor da contribuição calculada.

c) no terceiro ano, sessenta por cento do valor da contribuição calculada.

d) no quarto ano, cinquenta por cento do valor da contribuição calculada.

e) no quinto ano, quarenta por cento do valor da contribuição calculada.

f) no sexto ano, trinta por cento do valor da contribuição calculada.

§ 1º As deduções de que trata o presente artigo, são extensivas ao imposto territorial rural.

§ 2º Para o efeito da incidência de que trata esta lei, o valor das terras deverá decorrer da média de operações efetivamente realizadas mediante escritura pública nos últimos três anos, em cada região considerada, a partir do exercício de 1967, inclusive.

#### Justificativa

O art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1963, fixa como base para o cálculo da contribuição 1% do salário mínimo regional anual, para cada módulo atribuído ao respectivo imóvel rural.

O critério para a fixação deveria ter por base apenas o número de empregados e não a extensão da propriedade. Entretanto, face às dificuldades da verificação do número real de empregados, optou-se pelo tamanho da área e o legislador partiu do pressuposto de que, a cada módulo, corresponde um empregado. Esta proporção, de um trabalhador para cada módulo, pode ocorrer em pequenos e médios glebas. Todavia, nos Estados de território com maiores dimensões e população menos densas, essa proporcionalidade não existe, pois nas áreas utilizadas para pecuária e outras explorações, é comum a existência de numerosos módulos, onde não é necessária a participação de nenhum empregado. Ao revés, nas propriedades menores, nas zonas mais populosas, de mais intensa exploração agrícola, normalmente por módulo encontra-se mais de um empregado.

Dai decorre que o critério da lei é injusto, pois faz incidir maior gravame exatamente nas regiões menos exploradas, isto é, onde, em sua maioria, não ocorrem sequer condições de exploração, por falta de comunicações e de outros fatores imprescindíveis à exploração agrícola, como é o caso específico de setores amplos de Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, etc.

O mesmo ocorre com o imposto territorial rural.

Situação tão anômala, que o próprio governo vislumbrou e procurou corrigir com a presente mensagem, somente terá solução adequada através de um mais profundo e mais prolongado estudo.

Dai a proposta constante da emenda apresentada que visa amenizar a situação dos contribuintes injustamente gravados e possibilitar prazo mais dilatado para a reformulação do grave problema. De igual passo convém fixar-se o critério para a avaliação das terras, visto que o imposto na letra "f", do art. 40 do Estatuto da Terra, dando margem a excessos e arbitrariedades como são do conhecimento geral.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1967. — Senador Flávio Brito.

#### Nº 6

Proceda-se no Projeto nº 12-67 às seguintes alterações:

— No art. 1º — elisão das palavras "a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955";

II — Renumerando-se os demais, acrescentando-se o seguinte artigo:

Art. 2º Os contribuintes a que se refere o artigo anterior são todas as empresas de atividades rurais não enquadradas entre as que se seguem, o a que referia a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, no artigo 6º:

- 1 — Indústria do açúcar;
- 2 — Indústria do laticínios;
- 3 — Xarqueadas;
- 4 — Indústria do mate;
- 5 — Extração de fibras vegetais e descarbonamento de algodão;
- 6 — Indústria de beneficiamento de café;
- 7 — Indústria de beneficiamento de arroz;
- 8 — Extração de sal;
- 9 — Extração de madeira, resina e lenha;
- 10 — Matadouros;
- 11 — Frigoríficos rurais;
- 12 — Cortumes rurais;
- 13 — Olaria.

#### Justificativa

A Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, criou o Serviço Social Rural, estabelecendo no art. 6º ser "devida ao S. S. R. a contribuição de 3% sobre a soma paga mensalmente a seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exercem as atividades" que enumerou nos 13 itens supratranscritos. No art. 7º, determinou que as empresas de atividades rurais não enquadradas no art. 6º contribuiriam para o S.S.R. com 1% sobre o montante da remuneração mensal paga a seus empregados.

A Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, no art. 1º, terminantemente prescreveu: "O Serviço Social Rural, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural do Tapejós passam a constituir a Superintendência de Política Agrária (SUPRA)".

E no art. 7º: "Constituem recursos da SUPRA:

a) o produto da arrecadação das contribuições criadas pela Lei número 2.613;

No art. 18 revogou as disposições em contrário.

Sobrevindo a Lei nº 4.504, de 20 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra — instituiu:

"Art. 116. Fica revogada a Lei Delegada nº 11, extinta a SUPRA e incorporados ao IBRA, ao Ministério da Agricultura, ao INDA e aos demais Ministérios, na forma do artigo 115, para todos os efeitos legais, jurídicos e patrimoniais, os serviços, atribuições e bem patrimoniais..."

Art. 117. As atividades do Serviço Social Rural, incorporado à SUPRA pela Lei Delegada nº 11, bem como o produto da arrecadação das contribuições criadas pela Lei nº 2.613, serão transferidas, de acordo com o disposto nos seguintes incisos:

I — ao INDA caberão as atribuições relativas à extensão rural e 50% da arrecadação;

II — ao órgão do Serviço Social da Previdência que atenderá aos trabalhadores rurais caberão as demais atribuições e 50% da arrecadação. Enquanto não for criado esse órgão, suas atribuições serão da competência da autarquia referida no inciso I (INDA)".

Como se verifica, desde 1962 encontra-se revogada a Lei nº 2.613, quando a Lei Delegada nº 11 incorporou o Serviço Social Rural.

E as contribuições devidas ao SSR, desde a vigência do Estatuto da Terra e até que seja criado seu sucedâneo, o Serviço Social da Previdência, são arrecadadas pelo INDA.

Já o Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1963, que delimitou os efeitos do art. 2º da Lei nº 5.097, de 2 de setembro de 1966, incidiu no

mesmo equívoco da presente Mensagem nº 12-67, referindo-se à Lei número 2.613, totalmente revogada.

Sómente com a incrustação das Emendas propostas no texto do Projeto de Lei nº 12 se convalidará a apontada eiva. Nessa conformidade, esperamos vê-las aprovadas.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1967. — Aroldo Carvalho.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 75, DE 1967

Aposenta, por invalidez, José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, de acordo com o artigo 103, item I, letra b, da Constituição Federal, combinado com os artigos 341, item III e 319 § 2º da Resolução nº 8, de 1960, mais o artigo 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Martins de Moraes.

Senado Federal, 24 de outubro de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 77, DE 1967

Nomeia Herculano Ruy Vaz Carneiro, Vice-Diretor Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Geral da Presidência, símbolo PL.

Artigo único. É nomeado, nos termos do art. 85, alínea c, nº 2. do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959, alterada pela Resolução nº 3, de 1963), combinado com o art. 75, item II, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento em comissão, de Secretário Geral da Presidência, símbolo PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Vice-Diretor Geral Legislativo, PL-0, Herculano Ruy Vaz Carneiro.

Senado Federal, 24 de outubro de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1967

Exonera, a pedido, Myriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado.

Artigo único. É exonera, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Myriam Gurjão Mello, a partir de 3 de outubro.

Senado Federal, 24 de outubro de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## ATA DA 173ª SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

#### PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA:

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena.  
Oscar Passos.  
Edmundo Levi.  
Cattete Pinheiro.  
Clodomir Milet.  
Duarte Filho.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
João Cleofas.  
Leandro Maciel.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindenberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Aurélio Vianna.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.

José Feliciano.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Müller.  
Bezerra Nelo.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

#### Parecer nº 753, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 500-B, de 1967, da Câmara), que estima a Receta e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 5.03.00 — Ministério da Agricultura.

Relator: Senador Aurélio Vianna.

Este Orçamento, como os anteriores, é o espelho fiel do subdesenvolvimento nacional.

Se o consumidor compra menos, menos produzirá a indústria brasileira e menos incentivo terá a produção agropecuária.

Adendo A, justificando-a nestes termos:

O dispositivo orçamentário é de clara reconhecida.

Destina verba nele consignada a um fim específico, qual seja a "Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil".

De os NCR\$ 750.000 destinados à sua manutenção foram todos eles consignados a menos de 100 colônias de Pescadores, das 400 espalhadas pelo Brasil, como manter-se a Confederação e, ainda, assistir, prévia e abundantemente, às outras não destacadas, e que somam 311?

O Adendo é efeito e não causa. É no muito consequência.

Não pode alterar dispositivo orçamentário no que diz respeito às destinações específicas.

Discriminar não é alterar a substância e a essência do dispositivo geral.

Adendo, também, que a verba consignada à manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil é insuficiente, proponho outra emenda alterando-lhe o quantitativo para NCR\$ 1.000.000, não havendo aumento de despesas porquanto trata-se meramente de uma transição de verba, ao mesmo tempo que modifica sem alterar a sua substância o teor da destinação com um acréscimo que levará a SUDZEP a atender — no Campo da Assistência e Previdência Social a todas as Colônias de Pesca existentes no Brasil, sem discriminação.

A emenda está assim redigida:

Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, inclusive para Assistência e Previdência Social às Colônias de Pesca e a ela filiadas — NCR\$ 1.000.000".

Apresento, também, outra emenda alterando do setor Representantes e Financiamento (153.2.033) NCR\$ 200.000 que foram transferidos para a rubrica 153.2.031, isto é: Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, inclusive para assistência e Previdência às Colônias de Pesca a ela filiadas.

Assim redigida e justificada: "2.031.031 — NCR\$ 4.750.000" — A diferença é acrescida ao NCR\$ 750.000 de anados originalmente à manutenção da SUDZEP a fim de que esta entidade possa satisfazer plenamente os compromissos que lhe são impostos no âmbito de Assistência e Previdência a.

#### INDA

Quanto ao INDA, chegamos — Relator do Anexo na Câmara, presidente da comissão e este relator — a um entendimento que se consubstancia nas seguintes emendas:

5.03.05.05 — Suprima-se do item 151.1.0323, a seguinte expressão: "... Conforme o constante do Adendo C".

O item trata expressamente da Coordenação da Política de Colonização, Cooperativismo e Extensão Rural.

As despesas de custeio estão claras e insofismavelmente registradas.

Só para pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, temos: NCR\$ 7.500.000.

Como incluir-se, ainda, no setor Coordenação e Política de Colonização, Coordenação e Política de Colonização, Cooperativismo e Extensão Rural o Adendo "C" que trata de Execução de Planos de Eletrificação Rural?

Su de opinião que o dispositivo próprio é o que trata do Desenvolvimento dos Trabalhos dos Núcleos de Colonização.

5.03.05.05 — "Altere-se o quantitativo para NCR\$ 2.500.000".

Esses NCR\$ 2.500.000 serão adicionados aos NCR\$ 6.500.000 do

Plano de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais, para cumprimento do seu desideratum, inclusive o constante do Adendo "C".

5.03.05.05 — Ao item 174.2.033.2. Altere-se o quantitativo para NCR\$ 9.000.000".

Com essa alteração, com a qual está plenamente de acordo o Presidente do INDA, haverá mais recursos para a execução dos Planos, já em andamento, de Colonização e Assistência aos Núcleos de Colonização, inclusive o de que trata o Adendo "C", que se refere, também, à eletrificação rural.

Pelo Adendo "C" destinava o Congresso para a realização dessa política NCR\$ 6.000.000.

Alteramos, para mais, de NCR\$ 1.000.000 o quantitativo.

Ao Adendo "C", dá-se ao caput a seguinte redação:

"Plano de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais, inclusive eletrificação rural, diretamente ou em convênio com os governos dos Estados e Cooperativas de eletrificação — NCR\$ 13.000.000".

Com essa emenda estaremos harmonizando o princípio orçamentário com o Adendo.

#### IBRA

Quanto ao IBRA, igual entendimento foi feito de modo a não prejudicar os destaques dos nobres Deputados e Senadores, preservando, também, o plano de trabalho do órgão encarregado da execução da "Reforma Agrária do Brasil".

As emendas que consubstanciam os nossos propósitos são as seguintes: a) 5.03.05.06 — 1.74.1.0325 — "Substituir a palavra "conforme" pelos "inclusive o".

Foi essa a regra adotada pela Câmara, só quebrada quando do Adendo em causa.

O termo "conforme" obriga a que todo o quantitativo seja destinado única e exclusivamente à realização dos empreendimentos constantes do Adendo.

E as obras já planejadas? E as já em execução?

A alteração visa a dar mais clareza aos propósitos do legislador, que não deseja criar dificuldades ao Executivo, impedindo que realize obras programadas.

b) Substitua-se o caput do Adendo D pelo seguinte:

"Desenvolvimento dos trabalhos de Núcleos de Colonização, Determinação de Terras e Regularização de Títulos de Domínio, inclusive Eletrificação Rural, diretamente ou em convênio com o INDA, Governo do Estado e Cooperativas de Eletrificação Rural".

Daremos, assim, oportunidade ao IBRA de realizar a política que a lei determina, não lhe tirando os meios hábeis para sua execução.

Além do mais, não tocaremos na verba que se toda ela consignada às despesas de custeio.

Quanto às emendas apresentadas pelos Senhores Senadores, discriminando a aplicação de recursos destinados ao IBRA e ao INDA, que passarão a fazer parte dos Adendos respectivos, — C e D — somos pela aprovação.

Também pela aprovação, com as emendas dos Senhores Senadores, do Adendo B.

#### OUTROS ADENDOS

O nosso parecer é contrário aos Adendos E, F, e G aceitando, como justificativa, as razões expostas pelos órgãos componentes do Ministério da Agricultura:

"O Departamento de Promoção Agropecuária, de acordo com os termos da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, incumbem-se das seguintes atividades:

Planejar, promover e controlar as atividades de Promoção Agro-

pecuárias, de extensão rural, de revenda de material agropecuário, de produção de mudas e sementes e demais materiais de multiplicação vegetal, de espécies animais, de registro genealógico e de treinamento de pessoal técnico.

Para execução dessas atividades o Departamento de Promoção Agropecuária elabora, anualmente, a sua proposta orçamentária, com base nos recursos que lhe são reservados dentro da previsão orçamentária do Governo.

A partir de 1966, de acordo com a nova técnica orçamentária adotada, pelo Governo Federal, a proposta do DPA, vem sendo apresentada em forma de orçamento-programa, com fixação das metas a serem alcançadas por cada projeto, onde constam o custo das operações e os recursos a serem alcançados.

Estamos, evidentemente, diante de um instrumento importantíssimo para acompanhamento dos gastos públicos, mas que exige perfeito equilíbrio entre os recursos previstos e os trabalhos programados".

Assim, o Departamento de Promoção Agropecuária com vistas ao atendimento da realidade brasileira, organiza o seu orçamento objetivando a introdução de técnicos agropecuários nacionais do manejo do solo e da água, dos rebanhos, de demonstrações de resultados e de produção de sementes e mudas melhoradas, visando a evolução sócio-econômica do meio rural através do aumento da produção e da produtividade.

A alteração da destinação dos recursos implica infalivelmente no desvirtuamento das metas fixadas, redundando na impossibilidade de serem atingidos os objetivos programados e relativos aos investimentos públicos, no setor agropecuário.

A Reforma Administrativa preconizada pelo Decreto-lei nº 200-67 em seu artigo nº 16, estabelece, textualmente:

"Art. 16. Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual".

Em decorrência da norma legal supracitada, o Ministério da Agricultura fez constar do seu programa plurianual os trabalhos programados para 1968.

Conquanto seja reconhecida a honestidade de propósitos das emendas apresentadas, elas dificultam e impossibilitam, mesmo, a ação ordenada tecnicamente pelo Departamento de Promoção Agropecuária e, favorecendo especificamente determinadas áreas, ou setores, prejudica a ordenação de esforços e as metas globais a serem atingidas, mormente aquelas a serem levadas a efeito nas bases físicas do Departamento. Em razão disso, na grande maioria dos casos, a serem aprovadas as emendas em questão, o Departamento não terá condições de utilizar os recursos que lhe forem consignados.

A execução dos projetos a cargo do Departamento de Promoção Agropecuária é realizada através de suas unidades executivas, espalhadas por todo o território nacional, compreendendo, entre outras:

25 Serviços Federais de Promoção Agropecuária

Incumbem-se essas unidades, da coordenação dos trabalhos nos Estados e Territórios.

276 Postos Agropecuários

Os Postos Agropecuários representam a presença do Ministério da Agricultura nas áreas da produção, servindo como base física para a multiplicação de sementes básicas e a produção de mudas.

Na fase atual, em que o Ministério da Agricultura enceta esforços no sentido de uma verdadeira integração com os órgãos autárquicos a si vinculados, com os Governos de Estados e de Municípios, os Postos Agropecuários servem de base física, para demonstrações de técnica agropecuária nacionais, através a realização de semanas ruralistas e estágios ministrados a agropecuaristas, objetivando demonstrações práticas de manejo do solo, conservação de pastagens, manejo e conservação de pomares, métodos racionais de cultivo das culturas de subsistência, formação de mudas, métodos racionais de manejo e desenvolvimento da suinocultura, apicultura, canicultura e outras criações, segundo a região em que atuam.

Além do já exposto, cumpre ressaltar que os Postos Agropecuários são parte integrante da rede de Revenda do Material Agropecuário formando, com outros órgãos do Departamento de Promoção agropecuária, a infraestrutura do Serviço de Revenda do Material Agropecuário, pois além de revender o material presta as informações técnicas necessárias à sua utilização.

Ressalte-se que a atuação julgada deficitária dos Postos Agropecuários prende-se à falta de recursos suficientes e em tempo hábil.

37 — Fazendas e Posto de Criação

Representam essas unidades as bases físicas físicas do Ministério da Agricultura para desenvolvimento de trabalhos zootécnicos ligados diretamente à melhoria qualitativa dos rebanhos nacionais, através da multiplicação de espécies de alto padrão zootécnico.

Aliado a esse trabalho e em desenvolvimento paripassu as Fazendas e Postos de Criação realizam práticas de melhoria qualitativa e quantitativa das pastagens, mediante técnicas de consorciação e rotação de pastagem e conservação de alimentos pela fenação e encilagem.

Além de, obviamente, realizar operações práticas de manejo das criações nela desenvolvidas.

Outra atividade que consta do Projeto de Desenvolvimento da Produção animal refere-se à Inseminação Artificial, cuja importância está ressaltada nos dados que se seguem:

	1956/66	1961
Regiões . . . . .	8	8
Municípios . . . . .	32	36
Nº de propriedades . . . . .	336	427
Inseminações efetuadas . . . . .	994.864	1.200.000
Nº de ovelhas inseminadas . . . . .	331.623	395.272
Nº de cordeiros nascidos . . . . .	255.119	300.427
Porcentagem geral . . . . .	76%	76%
Cursos ministrados . . . . .	10	10
Inseminadores treinados . . . . .	135	135
Rúfiões preparados e testados . . . . .	3.404	3.000

Obs.: Houve um aumento de ... 63.649 ovelhas inseminadas com ... 45.288 cordeiros nascidos a favor do corrente ano de 1967, atribuindo-se este aumento, entre outras causas, a

#### Gado Bovino

Atividades Desenvolvidas	1966/1967
Total de Inseminação .....	29.313
Diagnóstico clínico da gestação .....	14.616
Tratamento ginecológicos .....	17.352
Levantamentos ginecológicos .....	13.034
Levantamentos sanitários .....	26.256
Curso para inseminadores .....	22
Inseminadores treinados .....	119
% de fecundação .....	73%

A guisa de conhecimento, os resultados obtidos evidenciam que o SIART contribuiu com aproximadamente ... NCr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros novos) para a economia do País, a saber: transpondo número de ovelhas inseminadas para a reprodução em monta natural e considerando um mínimo de 3% de reprodutores machos, teríamos então 11.857 carneiros a utilizar. Os trabalhos de inseminação artificial realizados, permitiram somente com cerca de 395 carneiros, média de um reprodutor para cada 1.000 ovelhas, o que equivale a uma redução de 11.462 carneiros. Considerando o preço de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) como sendo o valor de um reprodutor de alta linhagem, teremos feito uma economia de Cr\$ 22.924.000,00 (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e quatro mil cruzeiros novos) aproximadamente.

No que concerne aos trabalhos com bovinos de leite e de corte, sabemos que em monta natural, um touro em condições excepcionais, pode cobrir não mais de que 100 vacas anualmente. Com a inseminação artificial servirá igual número de fêmeas apenas com um salto.

Isto significa que em um (1) ano o reprodutor fecundará milhares de fêmeas. Em 1966-67 cerca de 30.000 (trinta mil) vacas foram artificialmente inseminadas com um percentual médio de fecundação de 73%. Transpondo-se esse número para a reprodução em monta natural e considerando-se a média de um reprodutor para 40 (quarenta) fêmeas, teríamos então 750 (setecentos e cinquenta) touros a utilizar.

Sabendo-se que atualmente, um touro de boa linhagem custa em média de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) a inversão de capital seria da ordem de NCr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), valor equivalente a 750 (setecentos e cinquenta) touros.

Somando-se a estes dados os trabalhos realizados com a congelação de sêmen bovino, o ensino e o treinamento de inseminadores, bem como a introdução de novas técnicas como a sincronização do cio em ovelhas, teríamos um acervo de operações bastante significativo.

Releva notar ainda a importância extraordinária que se reveste o trabalho pioneiro do SIART no campo da patologia da reprodução, cobrindo com a sua atividade a primeira identificação, diagnóstico e a cura das doenças específicas do aparelho genital (doenças venéreas) que de outra forma ficariam sem um atendimento à altura de sua importância. Referimo-nos aqui em especial à Tricomonose e Vibrose bovina e à Epididimite ovina. Os trabalhos do SIART revelam que na região do Sul de Minas 45% das propriedades estavam contaminadas pelo *Tricho nas fecus* e igualmente evidenciaram que em certos estabelecimentos de criação ovina no Rio Grande do Sul, cerca de 80% dos carneiros apresentavam-se com epididimite ovina. Em um e outro caso, a recuperação dos rebanhos tem sido espetacular.

51 Patrulhas Pesadas Motomecanizadas, compostas de 6 tratores de esteira cada uma.

dedicação exclusiva do pessoal técnico como consequência da melhoria de suas condições financeiras através o regime de tempo integral.

#### Detalhamento das Patrulhas

Em caso de corte ou destinação diferente dos recursos previstos para serviços de motomecanização, a implicação que ocasionará a paralisação das máquinas, por falta de peças de reposição, combustíveis e lubrificantes e pessoal especializado acarretando a redução do já precário atendimento aos agricultores e pecuaristas, nos trabalhos de desmatamento, destaca, preparo do solo, construção de estradas vicinais e de pequenos açudes e outros trabalhos correlatos.

A construção de estradas vicinais forma um capítulo à parte, de vez que concerne para aumento consubstancial da rede rodoviária, permitindo fácil escoamento da produção das colônias agrícolas e refletindo diretamente no custo de produção decorrente ao barateamento do transporte.

Para melhor compreensão do problema, fazemos a anexação dos seguintes documentos elucidativos:

— Orçamento-Programa do Departamento de Promoção Agropecuária (Projetos: Desenvolvimento da Produção Animal, Desenvolvimento da Produção Vegetal e Utilização Racional do Solo e da Água) — Anexo I.

— Introdução para Instalação e Funcionamento de Postos Agropecuários — Anexo II.

— O restabelecimento do Orçamento-Programa do Departamento de Promoção Agropecuária para 1938, pelas razões expostas, é um imperativo para que a ação do Ministério da Agricultura no próximo exercício não sofra solução de continuidade, com sensível prejuízo para o desenvolvimento da Agropecuária Nacional.

#### Considerações Gerais

"O trabalho do Ministério da Agricultura no setor da promoção agropecuária vem sendo prejudicado em grande parte, pela insuficiência de recursos e liberação tardia dos mesmos o que ocorre sistematicamente em todos os exercícios.

Notamos que a maior incidência de emendas se destinam a favor da construção, instalação, complementação e manutenção de Parques de Exposições, os quais têm, efetivamente, ação meritória e de grande significação para o desenvolvimento da Agropecuária nacional, mas não constituem todavia, meta prioritária e só se justificam no âmbito regional, atendidas as peculiaridades de cada região, já tendo D.F.A. adotado normas técnicas para a instalação e o funcionamento dessas unidades, com destaque de verbas nos exercícios anteriores.

Eclarecemos ainda, que os Parques de Exposições atuam como instrumento final de demonstração de resultados dependendo totalmente dos trabalhos de fomento animal, podendo constituir-se em estímulo negativo, uma vez que os produtos apresentados têm sua competição restrita a pequenas áreas de produção, não trazendo os resultados desejados para o intercâmbio entre criadores de várias regiões, objetivo principal de uma exposição.

Notamos, também, que emendas existem atribuindo recursos a áreas e setores que, na sua grande maioria, fogem à competência do D.F.A. (é

o caso dos recursos de Desenvolvimento da Produção Vegetal, atribuídos às Escolas, que foram transferidos para a área de competência do M.E.C.); outra há que, desviadas da aplicação programada ficarão sem condições de serem utilizadas pela ausência de estrutura técnica".

As referidas emendas, se mantidas, além de acarretarem o acima exposto, ocasionarão a paralisação de trabalhos vitais para a sobrevivência técnica do Ministério da Agricultura.

Eclarecemos por último, que o Ministério da Agricultura está concluindo o seu Plano Trienal, em consonância com as instruções recebidas do Ministério do Planejamento do qual contém dados estatísticos e medidas físicas justificadas a serem atingidas, o que justificará com mais precisão os dispêndios programados pelo Ministério e ora referidos."

#### Em síntese:

Somos pela aprovação dos Adendos B, C e D com emendas e pela rejeição dos Adendos A, E, F e G e respectivas emendas.

Pela aprovação: Emendas de número: 9, 11, 14 (sem o quantitativo) 18 (sem o quantitativo), 21, 22 (sem o quantitativo), 30, 32, 34, 38, 40, 45 (sem o quantitativo) e as de texto de ns. 61, 62 e 63;

Pela rejeição: Das de ns.: 2 — 3 — 6 — 7 — 8 — 10 — 12 — 13 — 15 — 17 — 18 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 29 — 31 — 35 — 37 — 39 — 41 — 42 — 43 — 44 — 46 e as de texto de ns.: 60, 64, 65 e 66;

Consideramos prejudicadas: As de ns.: 1 — 4 — 5 — 19 — 20 — 33 — 36 e 47.

E como relator, oferecemos os seguintes: 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 55 — 56 — 57 — 58 e 59.

Este é o nosso parecer.  
Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Aurélio Vianna*, Relator. — *Clodomir Millet*. — *Fernando Corrêa*. — *Carlos Lindenberg*. — *Beccia Neto*. — *Petrônio Portela*. — *Oscar Fa'sos*.

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.03 — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

174.2.0332 — Planos de Colonização e Assistência etc.

#### EMENDA 1-F

##### Adendo "C"

#### Inclua-se:

Pará  
Monte-Alegre.

Senador Cattete Pinheiro.

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

#### EMENDA 2-F

##### Adendo G

#### Onde se lê:

Pará

Conservação do solo, irrigação do solo, aquisição de moto-bombas, construção de pequenos açudes, açudados e bebedouros, inclusive nos Municípios de Maracaná, Arariuna, Núcleo Colonial do km 47, da Rodovia Pará-Maranhão — NCr\$ 150.000

#### Leia-se:

Pará

Conservação do solo, irrigação do solo, aquisição de moto-bombas, construção de pequenos açudes, açudados e bebedouros, inclusive nos Municípios de Maracaná, Arariuna, Núcleo Colonial do km 47, da Rodovia Pará-Maranhão, Monte-Alegre e Fraínha — NCr\$ 150.000.

Senador Cattete Pinheiro

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária

#### EMENDA 3-F

##### Adendo E

#### Onde se lê:

Pará

1 — Parques e Exposições em Belém-Amazonas, a cargo da Prefeitura Municipal — NCr\$ 9.000.

2) Soure — NCr\$ 70.000.

3) Desenvolvimento da Produção Animal — NCr\$ 39.000.

#### Leia-se:

Pará

1) Parques e Exposições em: Santarém (Belém-Amazonas) — NCr\$ 25.000.

Soure — NCr\$ 45.000.

Paragominas — NCr\$ 10.000.  
2) Desenvolvimento da Produção Animal — NCr\$ 39.000.

#### Justificação

Não há no Estado do Pará uma Prefeitura do Belém-Amazonas. Esta denominação é dada a uma das regiões do Estado após, das mais importantes na sua economia.

A emenda indica distribuição de dotações mais acordes com a realidade da pecuária paraense, incluindo um novo Município, Paragominas, no Belém-Brasília, em franca expansão econômica e que já realizou, este ano, a sua Primeira Exposição Pecuária em 10 de outubro de 1967. — Senador Cattete Pinheiro.

5.03.00 — Ministério da Agricultura

5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.03 — INDA

174.2.0332 — Plano de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais.

#### EMENDA 4-F

##### Adendo C

Maranhão

#### Onde se lê:

Programa de colonização em terras públicas do Estado do Maranhão no eixo Santa Luzia-Açailândia, em convênio com o Governo do Estado

#### Leia-se:

Para o programa de efetivação rural no Estado do Maranhão, incluindo a colonização em terras públicas no eixo Santa Luzia-Açailândia, em convênio com o Governo do Estado — NCr\$ 239.000.

Senador Clodomir Millet

5.03.00 — Ministério da Agricultura

5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.00 — IBRA

174.1.0335 — Desenvolvimento dos Trabalhos dos Núcleos de Colonização

#### EMENDA 5-F

Maranhão

#### Inclua-se:

Eletificação rural nos municípios de Codó, Coroatá, Pedreiras, Pindaré e Pindaré-Mirim em convênio com o Governo do Estado — NCr\$ 100.000.

Senador Clodomir Millet

5.03.00 — Ministério da Agricultura

5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.03 — INDA

174.2.0332 — Planos de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais

#### EMENDA 6-F

##### Adendo C

Maranhão

#### Inclua-se:

Para eletificação rural nos municípios de Codó, Coroatá, Pedreiras



Pindaré Mirim e Bacabal — NCr\$ 100.000.

Senador Clodomir Milet  
5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.0345 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 7-F

## ADENDO "E"

Onde se lê:

## MARANHÃO

Desenvolvimento da Produção Animal em convenio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 121.000.

Leia-se:

Para formação e desenvolvimento de pastagens, nas zonas de criação do Estado, em convenio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 50.000.

Para parque de exposição, em convenio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 11.000.

Para o programa de subcultura e avicultura, em convenio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 50.000.

Senador Clodomir Milet  
5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.02 — SUDEPE

## EMENDA Nº 8-F

## ADENDO "A"

Onde se lê:

Colônia de Pescadores em: Camoim — NCr\$ 7.000.  
Paracuru — NCr\$ 7.000.  
Acarau — NCr\$ 6.000.

Leia-se:

Colônia de Pescadores em: Camoim — NCr\$ 5.000.  
Paracuru — NCr\$ 5.000.  
Acarau — NCr\$ 5.000.  
Aracati — NCr\$ 5.000.

## Justificação

Não há aumento de despesa e atende, também, ao Município de Aracati, que é, igualmente, uma importante comunidade pesqueira no Ceará.

E' justa a emenda.

Senador Wilson Gonçalves

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.  
174.1.0335 P Desenvolvimento dos Trabalhos dos Núcleos de Colonização.

Coordenação e execução do Plano da Reforma Agrária, inclusive Eletrificação Rural.

## EMENDA Nº 9-F

## ADENDO "D"

## CEARA

Inclua-se:

Caririagu.

Senador Meneses Pimentel

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 10-F

## ADENDO "F"

## CEARA

Inclua-se:

Varzea Alegre.

Senador Meneses Pimentel

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.03 — Superintendência Nacional do Abastecimento.

## EMENDA Nº 11-F

Onde se lê:

137.2.0313 — Promoção, Execução e Controle do Plano de Abastecimen-

to, inclusive, 80.000 para o Centro de Abastecimento de Codó, Maranhão — 10.977.000.

Leia-se:

137.2.0313 — Promoção, Execução e Controle do Plano Nacional de Abastecimento, inclusive, 20.000 para o Matadouro de Cuité, em Cuité, no Estado da Paraíba e 80.000 para o Centro de abastecimento de Codó, Maranhão — 10.977.000.

Senador Argemiro de Figueiredo  
5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 12-F

## PERNAMBUCO

## ADENDO "F"

Diversos

Inclua-se:

Escola de Iniciação Agrícola Exu — Exu — NCr\$ 200.000.

Senador João Cleofas  
5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.02 — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

## EMENDA Nº 13-F

## ADENDO "A"

Inclua-se:

Federação das Colônias de Pescadores de Alagoas, incluindo-se Colônia de Barra de Santo Antonio — NCr\$ 10.000,00.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.03 — Superintendência Nacional do Abastecimento.

## EMENDA Nº 14-F

Destaque-se:

Para o Centro de Abastecimento de Maceió — NCr\$ 100.000,00.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.04 — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

## EMENDA Nº 15-F

## ALAGOAS

## ADENDO "B"

Inclua-se:

Horto Florestal de Maceió, para atividades de reflorestamento — NCr\$ 20.000,00.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.05 — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

174.2.0332 — Planos de colonização, etc.

## EMENDA Nº 16-F

## ADENDO "C"

## ALAGOAS

Destaque-se:

Para Alagoas, incluindo-se os Municípios de Arapiraca, Tanque D'Arca, Limoeiro de Anadia e Campo Alegre — 200.000.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

## EMENDA Nº 17-F

## ADENDO "E"

Inclua-se:

## ALAGOAS

Item I — União dos Pannares — NCr\$ 15.000.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

174.1.0335 — Desenvolvimento dos

Trabalhos dos Núcleos de Colonização.

## EMENDA Nº 18-F

## ADENDO "D"

## ALAGOAS

Inclua-se:

Eletrificação Rural em convenio com as Cooperativas de Eletrificação Rural ou com a CEAL.

Municípios de Santana do Ipanema e Olhos d'Água das Flores.

Senador Rui Palmeira

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 19-F

Destaque-se:

Parque da Exposição da Cidade de Lagarto — NCr\$ 100.00.

Senador Leônaro Maciel

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Promoção Vegetal.

## EMENDA Nº 20-F

## BAHIA

Inclua-se:

Brotas de Macaúbas.

Senador Josaphat Marinho

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.05 — INDA.

133.2.0331 — A — Extensão Rural.

## EMENDA Nº 21-F

Destaque-se:

Para eletrificação rural nos municípios de Ubaira, Cravolândia, Cruz das Almas, Itaberaba, Santa Ines, Jequiritica e Jaguaquara.

Senador Josaphat Marinho

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.03 — SUNAB.

137.2.0313 — Promoção, Execução e Controle do Plano Nacional de Abastecimento.

## EMENDA Nº 22-F

Inclua-se:

o Mercado Municipal de Nazaré, Bahia — NCr\$ 100.000.

Senador Josaphat Marinho

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

155.2.0311 — Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

## EMENDA Nº 23-F

## BAHIA

Inclua-se no Adendo "A":

Colônia de Pesca de Itacaré — NCr\$ 10.000.

Colônia de Pesca de Prado — NCr\$ 10.000.

Senador Josaphat Marinho

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0350 — Plano de Utilização Racional do Solo e da Água.

Conservação do solo, irrigação, aquisição de motobombas, etc.

## EMENDA Nº 24-F

## MINAS GERAIS

Onde se lê:

7) Fazenda Escola Rio das Pedras (Associação de Ajuda ao Menor),

Uberlândia, para irrigação — NCr\$ 10.000.

Leia-se:

7) Fazenda Escola Rio das Pedras (Associação de Ajuda ao Menor), Uberlândia, para irrigação — NCr\$ 50.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 25-F

## ADENDO "F"

## MINAS GERAIS

Inclua-se:

Cultura do Arroz no Município de Ituiutaba — NCr\$ 50.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Promoção Animal.

## EMENDA Nº 26-F

## ADENDO "E"

Inclua-se:

Parque de exposição pelo Sindicato dos Cultivadores do Centro de Minas Gerais — NCr\$ 50.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 27-F

## ADENDO "E"

## MINAS GERAIS

Inclua-se:

Parque de Exposição em Araguari — NCr\$ 40.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 28-F

## ADENDO "E"

## MINAS GERAIS

Onde se lê:

Uberlândia — NCr\$ 20.000.

Leia-se:

Uberlândia — NCr\$ 50.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.05 — INDA.

174.2.0322 — Planos de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais.

## EMENDA Nº 29-F

Destaque-se:

Aquisição de trafor para empréstimo aos agricultores, pelo Sindicato dos Cultivadores do Centro de Minas — NCr\$ 500.000.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.05 — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

174.2.0332 — Planos de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais.

## EMENDA Nº 30-F

## ADENDO "C"

## MINAS GERAIS

Inclua-se:

Tupaciguara.

Senador Milton Campos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — D.P.A.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 31-F

## ADENDO "F"

## RIO GRANDE DO SUL

## Diversos

## Destaque-se:

Para prosseguimento de obras da Escola Agrícola da Sociedade Educadora de Beneficente do Sul na cidade de Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul — NCr\$ 20.000.

Senador Fernando Corrêa

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05.05 — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.  
174.2.0332 — Planos de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais.

## EMENDA Nº 32-F

## ADENDO "C"

## Onde se lê:

## SÃO PAULO

Eletificação rural no Estado, inclusive nos seguintes municípios: Aguas de Lindóia (Sertãozinho e Barreiro), Dracena ... São Bento do Sapucaí e Taquaritinga.

## Leia-se:

## SÃO PAULO

Eletificação rural no Estado, inclusive nos seguintes municípios: Aguas de Lindóia (Sertãozinho e Barreiro), Dracena ... São Bento do Sapucaí, Taquaritinga, São Roque, Cotia, Viradouro e Cachoeira Paulista.

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

174.20332 — Planos de Colonização etc. (Adendo "C").

## EMENDA Nº 33-F

## Onde se lê:

## SÃO PAULO

Eletificação rural no Estado, inclusive nos seguintes municípios: Aguas de Lindóia (Sertãozinho e Barreiro), Dracena ... São Bento do Sapucaí e Taquaritinga.

## Leia-se:

## SÃO PAULO

Eletificação rural no Estado, inclusive nos seguintes municípios: Aguas de Lindóia (Sertãozinho e Barreiro), Dracena ... São Bento do Sapucaí, Taquaritinga, Viradouro, Cachoeira Paulista, São Roque e Cotia.

Senador Lino de Mattos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

174.1.0335 — Desenvolvimento dos Trabalhos etc.

## (ADENDO "D")

## EMENDA Nº 34-F

## Onde se lê:

## SÃO PAULO

Eletificação rural em Guaratinguetá (Rocinha) e Bananal.

## Leia-se:

## SÃO PAULO

Eletificação rural em Guaratinguetá (Rocinha), Bananal, Viradouro, Terra Roxa e Cachoeira Paulista.

Senador Lino de Mattos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.06 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal, conforme Adendo "F".

## ADENDO "F"

Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 35-F

## Onde se lê:

## SÃO PAULO

1) Desenvolvimento da Produção Vegetal — NCr\$ 120.000.

## Leia-se:

1) Desenvolvimento da Produção Vegetal, inclusive nos municípios de Cachoeira Paulista, Viradouro e Terra Roxa — NCr\$ 120.000.

Senador Lino de Mattos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.06 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.350 — Plano de Utilização Racional do Solo e da Água.

## EMENDA Nº 36-F

## SÃO PAULO

Inclua-se:  
Andradina  
Brotas  
Barretos

Senador Moura Andrade

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.06 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

## EMENDA Nº 37-F

## SÃO PAULO

Destaque-se da verba de NCr\$ ... 120.000:

Festa da Uva — São Roque — NCr\$ 10.000.

Festa do Caqui — Mogi das Cruzes — NCr\$ 10.000.

Senador Moura Andrade

5.03.03 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.05 — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (I.N.D.A.).

## EMENDA Nº 38-F

## ADENDO "C"

## SANTA CATARINA

## Inclua-se:

Penha (Gravatá), Itajaí (Estrada de Brusque, Laranjeiras), Camboriú, Nova Trento, Lebon Régis, Navegantes.

Senador Antônio Carlos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.06 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 39-F

## ADENDO "E"

## SANTA CATARINA

## Onde se lê:

Blumenau — NCr\$ 20.000.

## Leia-se:

Curitiba — NCr\$ 20.000.

## Justificativa

A retificação ora proposta foi solicitada pelo Deputado Federal Albino Zeni que incluiu a dotação em tela, através de emenda de sua autoria, na Câmara dos Deputados.

Senador Antônio Carlos

5.03.03 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.).

## EMENDA Nº 40-F

## ADENDO "D"

## SANTA CATARINA

## Inclua-se:

Cooperativas de Eletificação de Luiz Alves, Leoberto Leal, São Bonifácio, Presidente Nereu.

Senador Antônio Carlos

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.07 — Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

## EMENDA Nº 41-F

## RIO GRANDE DO SUL

Criação e instalação de um Horto Florestal para produção de mudas de árvores frutíferas e de essências florestais para o reforestamento, em Machadinho, Rio Grande do Sul — NCr\$ 20.000.

— Instalação de um posto para a criação de reprodutores suínos e melhora do gado leiteiro, em Machadinho, Rio Grande do Sul — NCr\$ ... 20.000.

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.07 — Departamento de Inspeção Agropecuária.

## AGROPECUÁRIA

## EMENDA Nº 42-F

## Destaque-se:

— Centro de Treinamento Agropecuário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — Morro Redondo — Pelotas, para aquisição de sementes e mudas e aquisição de implementos agrícolas — NCr\$ ... 20.000.

Senador Guido Mondin

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 43-F

## ADENDO "E"

## Inclua-se:

RIO GRANDE DO SUL  
— Para a realização da II Festa Nacional da Soja e I Exposição Agropecuária e Industrial em Tapera, Rio Grande do Sul, em 1968 — NCr\$ ... 30.000.

Senador Guido Mondin

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento da Produção Animal.

## EMENDA Nº 44-F

## ADENDO "E"

## Inclua-se:

Para conclusão dos pavilhões da Feira Nacional do Calçado e Exposições Agro-Indústrias (FENAC), em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul — NCr\$ 30.000.

Senador Guido Mondin

5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

174.1.0335 — Desenvolvimento dos Trabalhos dos Núcleos de Colonização.

## EMENDA Nº 45-F

## RIO GRANDE DO SUL

## Destaque-se:

Para Eletificação Rural no Município de Palmitinho, Rio Grande do Sul, a cargo da Comissão Estadual de Energia Elétrica — NCr\$ 60.000.

Senador Guido Mondin

Ministério da Agricultura

## ADENDO "A"

## EMENDA Nº 46-F

## Inclua-se:

Para os Ambulatórios das Colônias de Pescadores dos Municípios de Amapá e Macapá, no Território Federal do Amapá — NCr\$ 2.900.

## Justificativa

Possuindo o Território Federal do Amapá duas Colônias de Pescadores e não tendo aquela unidade da Federação representantes no Senado Federal, o Relator acha por bem, e como medida de justiça, incluir as supra-referidas entidades no Orçamento das entidades no Orçamento da União.

Brasília, ... de outubro de 1967. —

Aurélio Vianna, Relator.

Senador Aurélio Vianna, Relator

5.03.03 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.04 — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

135.1.0321 — Plano de Reforestamento.

## EMENDA Nº 47-F

## ADENDO "B"

## MARANHÃO

## Inclua-se:

Plano de Reforestamento do Estado, em convenio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 100.000.

Senador Clodomir Iriarte

5.03.00 — Ministério da Agricultura.

5.03.05 — Departamento de Administração.

5.03.05.02 — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

## EMENDA Nº 48-F

## Suprima-se o Adendo "A":

## Justificativa

O dispositivo orçamentário 5 de planta reconhecida.

Destina a verba nele consignada a um fim específico, qual seja a "Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil".

Se os 750.000 destinados à sua manutenção for todo ele consignado menos de 100 colônias de Pescadores das 400 espalhadas pelo Brasil, com manter-se a Confederação e, ainda, assistir, prévia e diretamente, às outras não destacadas, e que soma 311 das 400 restantes?

O Adendo é efeito e não causa. J. no muito consequência.

Não pode alterar dispositivo orçamentário no que diz respeito às destinações específicas.

Discriminar não é alterar a substância e a essência do dispositivo geral.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1967. — Senador Aurélio Vianna, Relator.

5.03.05.02 — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

## EMENDA Nº 49-F

## Dê-se a seguinte redação ao

5.03.05.02 —

155.2.0211:

"Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, inclusive para Assistência e Previdência Colônias de Pesca e ela filiadas NCr\$ 1.000.000.

## Justificativa

Não haverá aumento de despesas porquanto se trata apenas de transferência de verba.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1967. — Senador Aurélio Vianna, Relator.

5.03.05.02 — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

## EMENDA Nº 50-F

133.2.0336 — Empréstimos e Financiamentos — NCr\$ 4.750.000.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1967. — Senador Aurélio Vianna, Relator.

## Justificativa

A diferença é acrescida aos NCr\$ 750.000 a fim de que a SUDEP possa satisfazer plenamente as compromissos que lhe são impostos no se de Assistência e Previdência.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1967. — Senador Aurélio Vianna, Relator.

## EMENDA Nº 51-R

5.03.05.05 — INDA.  
Suprima-se do item 131.1.0327 a seguinte expressão: ... "Conforme o constante do Adendo "C".

## Justificação

O item trata expressamente da Coordenação da Política de Colonização, Cooperativismo e Extensão Rural.

As despesas de custeio estão aí, clara e inofensivamente registradas.

Só para pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, temos: NCr\$ 7.500.000.

Como incluir-se, ainda, no setor Coordenação e Política de Colonização, Cooperativismo e Extensão Rural o Adendo "C" que trata de Execução de planos de Eletrificação Rural?

Sou de opinião que o dispositivo próprio é o que trata do Desenvolvimento dos Trabalhos dos Núcleos de Sala das Sessões, em de outubro de 1967. — Senador Aurélio Vianna, Relator.

## EMENDA Nº 52-R

5.03.05.05 — INDA  
133.2.0333  
Altere-se o quantitativo para: .... NCr\$ 2.500.000

## Justificação

Esses NCr\$ 2.500.000 serão adicionados aos NCr\$ 6.500.000 do Plano de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais, para cumprimento do seu desideratum, inclusive o constante do Adendo C.

Sala das Comissões, em de outubro de 1967 — Senador Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA Nº 53-R

5.03.05.05  
Ao item 174.2.033.2  
Altere-se o quantitativo para — .. NCr\$ 9.000.000

## Justificação

Com essa alteração, com a qual está plenamente de acordo o Presidente do INDA, haverá mais recursos para a execução dos Planos já em andamento de Colonização e Assistência aos Núcleos de Colonização, inclusive o de que trata o Adendo "C", que se refere, também, à eletrificação rural.

Pelo Adendo "C" destinava o Congresso para a realização dessa política, NCr\$ 8.000.000.

Alteramos para mais, de 1.000.000 o quantitativo.

Sala das Comissões, em de outubro de 1967. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA Nº 54-R

Ao Adendo "C",  
De-se ao Caput a seguinte redação:  
"Plano de Colonização e Assistência aos Núcleos Coloniais, inclusive eletrificação rural, diretamente ou em convênios com os governos dos Estados e Cooperativas de eletrificação — NCr\$ 13.000.000"

## Justificação

Com essa emenda, estaremos harmonizando o princípio orçamentário com o Adendo.

Sala das Comissões, em de outubro de 1967. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA Nº 55-R

5.03.05.06 — IBRA  
1.74.1.0335  
Substituir a palavra "conforme" pelas "inclusive o".

## Justificação

Foi essa a regra adotada pela Câmara, só quebrada quando do Adendo em causa.

O termo "conforme" obriga a que todo o quantitativo seja destinado

única e exclusivamente à realização dos empreendimentos constantes do Adendo.

E as obras já planejadas?

E as já em execução?

A alteração visa a dar mais clareza aos propósitos do legislador, que não deseja criar dificuldades ao Executivo, impedindo que realize obras programadas.

Sala das Comissões, em de outubro de 1967. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

5.03.00 — Ministério da Agricultura

5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.06 — IBRA

## EMENDA Nº 56-R

## Adendo "D"

Substitua-se o caput pelo seguinte:

"Desenvolvimento dos Trabalhos de Núcleos de Colonização, Determinação de Terras e Regularização de Títulos de Domínio, inclusive Eletrificação Rural, diretamente ou em convênio com o INDA, Governo do Estado e Cooperativas de Eletrificação Rural.

## Justificação

Daremos, assim, oportunidade ao IBRA de realizar a política que a lei determina, não lhe tirando os meios hábeis para a sua execução.

Além do mais, não tocaremos na verba quase toda ela consignada às despesas de custeio.

Sala das Comissões, em de outubro de 1967. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA Nº 57-R

## Emenda Supressiva

Suprima-se o Adendo "E".

## Justificação

Os motivos estão expostos no parecer.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1967. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA SUPRESSIVA Nº 58-R

Suprima-se o Adendo "F".

## Justificação

As razões expostas no nosso parecer. — Senador Aurélio Vianna — Relator.

## EMENDA SUPRESSIVA Nº 59-R

Suprima-se o Adendo "G".

## Justificação

A justificativa que apresento está no parecer. — Senador — Aurélio Vianna — Relator.

5.03.00 — Ministério da Agricultura

5.03.05 — Departamento de Administração

5.03.05.02 — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

155.2.0311 — Manutenção da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil

## EMENDA Nº 60-T

## Adendo "A"

Inclua-se:

## Alagoas

Ambulatório de Pescadores: Levada — Maceió — 1.700,00

Senador Teotônio Vilela

Colônia de Roteiro — 1.700,00

Senador Rui Palmeira

Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Alagoas — ..... 1.700,00

Relator

## Amapá

Colônias de Pesca de Amapá e Macapá

Relator

## Amazonas

Colônia de Pesca Beira-Mar —

Manaus — 2.550,00

Senador Flávio Brito

Colônia de Pescadores Beira-Mar —

Manaus — 2.550,00

Senador Desiré Guarani

## Bahia

Itacaré e Prado — 3.400,00

Senador Josaphat Marinho

Colônia de Pesca de Alcobaça — ..

1.700,00

Senador Aloysio de Carvalho

## Ceará

Colônia de Pesca de Mucuripe —

1.700,00

Senador Menezes Pimentel

Caucaia — 1.700,00

Senador Paulo Sarazule

Colônia de Pescadores de Aracati —

1.700,00

Senador Wilson Gonçalves

## Espírito Santo

Ambulatório de Pescadores — ....

1.700,00

Senador Carlos Lindenberg

Hospital São Pedro — Vitória — ..

1.700,00

Senador Eurico Rezende

Ambulatório da Escola de Pesca de

Conceição da Barra — 1.700,00

Senador Raul Giuberti

## Goiás

Colônia de Pescadores de Aragua-

cema — 2.550,00

Senador Pedro Ludovico

Colônia de Pescadores de Aragua-

cema — 2.550,00

Senador José Feliciano

## Guanabara

Colônia de Pesca de Pedra da

Guaratiba — 2.550,00

Colônia de Pesca de Sepetiba — ..

2.550,00

Senador Aurélio Vianna

Senador Marcelo de Alencar

Senador Gilberto Marinho

## Maranhão

Ribamar — 2.550,00

Senador Clodomir Millet

Ambulatório da Colônia de Pesca-

dores de São Luiz — 2.550,00

Senador Victorino Freire

## Mato Grosso

Colônia de Pescadores de Cuiabá —

1.700,00

Senador Filinto Müller

Sindicato dos Pescadores de Cuiabá

— 1.700,00

Senador Fernando Corrêa

Colônia de Pescadores de Cuiabá

— 1.700,00

Senador Bezerra Neto

## Minas Gerais

Colônia Z-2, de Januária — .....

2.550,00

Senador Milton Campos

Colônia Z-2, de Januária — .....

2.550,00

Senador Nogueira da Gama

## Para

Ambulatório da Colônia de Pesca-

dores Z-17, Município de Bragança —

1.700,00

Senador Moura Palha

Ambulatório de Pescadores de Ma-

rapaním — 1.700,00

Senador Cattete Pinheiro

Ambulatório de Pescadores de Ma-

rapaním — 1.700,00

Senador Milton Trindade

## Paraíba

Colônia de Pescadores de Tambaú

— João Pessoa — 2.550,00

Senador Domicio Gondim

## Ambulatório da Colônia de Pesca-

dores de Cabedelo — 2.550,00

Senador Ruy Carneiro

## Paraná

Colônia de Pesca Z-7 — 2.550,00

Senador Ney Braga

Ambulatório de Pescadores de An-

tonina — 2.550,00

Senador Adolpho Franco

## Pernambuco

Federação das Colônias dos Pesca-

dores (P/Serv. Médico) — 2.550,00

Senador José Ernirio

Ambulatório da Colônia Z-12 de

Pernambuco — 2.550,00

Senador João Cleofas

## Piauí

Colônia de Pescadores Z-1 de Luiz

Correia — 2.550,00

Senador José Cândida

Ambulatório da Colônia de Pesca-

dores Z-8, de Poti Velho — Teresina

— 2.550,00

Senador Petrônio Portela

## Rio de Janeiro

Colônia de Pescadores de Jurujuba

— 2.550,00

Senador Aarão Steinbruch

Angra dos Reis — 2.550,00

Senador Paulo Tôres

## Rio Grande do Norte

Policlínica dos Pescadores de Na-

tal — 2.550,00

Senador Dinarte Mariz

Policlínica dos Pescadores de Na-

tal — 2.550,00

Senador — Relator

## Rio Grande do Sul

Colônia de Pescadores Z-8 — São

Laurence do Sul — 1.700,00

Senador Guido Mondin

Tramandaí — 3.400,00

Senador Daniel Krieger

Senador Mem de Sá

## Santa Catarina

Armação de Itapocorói — Penha —

1.700,00

Senador Antônio Carlos

Colônia de Pescadores Z-13 — Gan-

to dos Ganchos — Biguaçu — .....

1.700,00

Senador Altílio Fontana

Colônia de Pescadores Z-13 — Can-

to dos Ganchos — Biguaçu — .....

1.700,00

Senador Celso Ramos

## São Paulo

Colônia de Pescadores de Santos —

2.550,00

Senador Carvalho Pinto

Colônia de Pescadores de Santos —

2.550,00

Senador Lino de Mattos

## Sergipe

Colônia de Pescadores de Pirambu

— 1.700,00

Senador — Relator

Ambulatório de Pescadores de Es-

tância — 1.700,00

Senador Leandro Maciel

Colônia de Pescadores de Propriá

— 1.700,00

Relator

5.03.00 — Ministério da Agricul-

tura

5.03.05 — Departamento de Admi-

nistração

5.03.05.04 — Instituto Brasileiro

de Desenvolvimento Florestal

135.1.0321 — Plano de Refloresta-

mento

## EMENDA Nº 61-T

## Adendo "B"

Inclua-se:

## Alagoas

Pôsto Florestal de Viçosa — 3.000

Senador Teotônio Vilela

<p>Pósto Florestal de Anadia — 3.000 Senador Rui Palmeira</p> <p>Pósto Florestal em Campo Grande — 3.000 Relator</p>	<p>Paraná</p> <p>Município de Irati — 4.500,00 Senador Ney Braga</p> <p>Prefeitura de Telemaco Borba — 4.500,00 Senador Adolpho Franco</p>	<p>São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Palmeira dos Índios. Cooperativa de Arapiraca. Senador Rui Palmeira</p>	<p>Aparecida do Tobaado. Jacara em convênio com a Prefeitura Municipal. Cooperativa de Porto Murinho. Senador Bezerra Neto</p>
<p>Amazonas</p> <p>Município de Manacapuru, para plantio de castanheiras — 3.000 Senador Flávio Brito</p> <p>A cargo da Secretaria de Agricultura do Estado — 3.000 Senador Edmundo Levi</p>	<p>Pernambuco</p> <p>Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Nordeste — IPEANE — 4.500,00 Senador José Ermirio</p>	<p>Municípios de Alagoas a cargo da Cia. de Eletricidade de Alagoas — CEAL. Relator</p>	<p>Minas Gerais</p> <p>Ponte Nova, Amparo do Serra e Tupaciguara, Unai e Colônia Agrícola do Paracatu. Senador Milton Campos</p>
<p>Município de Japurá, para plantio de seringueiras — 3.000 Senador Desirê Guarani</p>	<p>Piauí</p> <p>Pósto de Reflorestamento de Vitória de Santo Antão — 4.500,00 Senador João Cleofas</p>	<p>Amapá</p> <p>Macapá, Amapá, Calçoene, Mazagão e Oiapoque. Relator</p>	<p>Três Corações. Senador Nogueira da Gama</p>
<p>Bahia</p> <p>Iambé — 9.000,00 Senador Aloysio de Carvalho</p>	<p>Rio de Janeiro</p> <p>Horto Florestal de Trajano de Moraes — 4.500,00 Senador Aarão Steinbruch</p>	<p>Amazonas</p> <p>Parintins em convênio com a Celotromazon. Cooperativa Mista dos Pecuáristas — Comipeam. Senador Flávio Brito</p>	<p>Pará</p> <p>Bragança. Cooperativa Mista de Bragança. Senador Moura Palha</p>
<p>Ceará</p> <p>Horto Florestal de Sobral — 4.500,00 Senador Menezes Pimentel</p>	<p>Rio Grande do Norte</p> <p>Horto Florestal de Trajano de Moraes — 4.500,00 Senador Aarão Steinbruch</p>	<p>Eletrificação no Estado, inclusive nos Municípios de Envira e Ipixuna. Senador Edmundo Levi</p>	<p>Distrito Mulata:</p> <p>Núcleo Colonial, Município de Monte Alegre. Cooperativa Agropecuária de Monte Alegre. Senador Cattete Pinheiro</p>
<p>Distrito Federal</p> <p>Reflorestamento em convênio com a Prefeitura — 9.000,00 Comissão Distrito Federal</p>	<p>Rio Grande do Sul</p> <p>Município de Machadinho — 3.000,00 Senador Guido Mondin</p>	<p>Benjamin Constant, em convênio com a Celotromazon. Cooperativa Mista dos Pecuáristas — COMIPEAM. Senador Desirê Guarani</p>	<p>Distrito Mulata, Núcleo Colonial, Município de Monte Alegre. Cooperativa Agropecuária de Monte Alegre. Senador Milton Trindade</p>
<p>Espirito Santo</p> <p>Município de Mimoso do Sul (inclusive) — 3.000,00 Senador Carlos Lindenberg</p>	<p>Santa Catarina</p> <p>Município de São Joaquim — 3.000,00 Senador Antônio Carlos</p>	<p>Bahia</p> <p>Valente. Senador Aloysio de Carvalho</p>	<p>Paraíba</p> <p>Companhia de Eletricidade de Borborema CELB — Campina Grande. Nova Floresta e Barra de Santa Rosa. Cooperativa Agrícola de Antenor Navarro. Senador Domicio Gondin</p>
<p>Goiás</p> <p>Horto Florestal — Goiânia — 4.500,00 Senador Pedro Ludovico</p>	<p>Santa Catarina</p> <p>Herbário Barbosa Rodrigues, para o Instituto de Pesquisas Biológicas — 3.000,00 Senador Atílio Fontana</p>	<p>Distrito Federal</p> <p>Comissão Distrito Federal</p>	<p>Santa Terezinha. Cooperativa Agrícola de Mamanguape. Senador Ruy Carneiro</p>
<p>Maranhão</p> <p>Em convênio com a Secretaria de Agricultura — 4.500,00 Senador Clodomir Millet</p>	<p>São Paulo</p> <p>Campos de Jordão — 3.000,00 Senador Carvalho Pinto</p>	<p>Espirito Santo</p> <p>Itaguaçu, Linhares e Castelo. Cooperativa de Venda Nova, Município de Castelo. Senador Carlos Lindenberg</p>	<p>Natuba. Cooperativa Rural Mista de Quelmados. Senador Argemiro de Figueiredo</p>
<p>Mato Grosso</p> <p>Cuiabá em convênio com a Prefeitura Municipal — 3.000,00 Senador Filinto Müller</p>	<p>Sergipe</p> <p>Horto Florestal de Ibura — 3.000,00 Relator</p>	<p>Linhas de Transmissão para os Municípios de Montanha, Mucurici, Barra de São Francisco — Ecoporanga, Mantemópolis. Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim. Senador Eurico Rezende</p>	<p>Paraná</p> <p>Sertaneja, Sertãoópolis e Ribeirão do Pinhal. Cooperativa de Produtores de Café de Maringá. Senador Ney Braga</p>
<p>Minas Gerais</p> <p>Horto Florestal de Ubá — 4.500,00 Senador Milton Campos</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Municípios de Colatina, São Gabriel, Pancas, Nova Venécia, São Mateus, São Francisco e Econoporanga. Cooperativa de Cafeicultores de Colatina. Senador Raul Giuberti</p>	<p>Pernambuco</p> <p>Azaré, Aliança e Goiana. Cooperativa Agrícola de Pernambuco — Cogranga. Senador José Ermirio</p>
<p>Pará</p> <p>Município de Bragança — 3.000,00 Senador Moura Palha</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Goiás</p> <p>Planaltina, Itaguarú, Inhumas e Itauçu, em convênio com as Prefeituras locais. Relator</p>	<p>Assistência direta ao pequeno produtor de gêneros de subsistência dos municípios da zona do agreste de Pernambuco. Senador João Cleofas</p>
<p>Paraíba</p> <p>Monte-Alegre — 3.000,00 Senador Cattete Pinheiro</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Rio Verde.</p> <p>Cooperativa Rural de Goiânia Ltda. Senador Pedro Ludovico</p>	<p>Piauí</p> <p>Santa Filomena. Cooperativa de José de Freitas. Senador José Cândido</p>
<p>Paraíba</p> <p>Município de Monte-Alegre — 3.000,00 Senador Milton Trindade</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Jatã.</p> <p>Cooperativa Agrícola de Jatã. Senador José Feliciano</p>	<p>Santa Filomena. Cooperativa de José de Freitas. Senador Petrólio Portela</p>
<p>Paraíba</p> <p>Município de Gurjão — 4.500,00 Senador Domicio Gondin</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim. Senador Eurico Rezende</p>	<p>Rio de Janeiro</p> <p>Cooperativa Agropecuária de Mucuco, Miracema e Itaperuna. Cooperativa de São José do Rio Preto. Senador Aarão Steinbruch</p>
<p>Paraíba</p> <p>Município de Mari — 4.500,00 Senador Ruy Carneiro</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Coroatá, Codó e Pedreiras. Clodomir Millet</p>	<p>São João do Sabugi e Serra Negra do Norte. Banco Rural de Caicó. Senador Dinarte Mariz</p>
<p>Paraíba</p> <p>Município de Gurjão — 4.500,00 Senador Domicio Gondin</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Balsas.</p> <p>Cooperativa dos Lavradores de Victorino Freire. Senador Victorino Freire</p>	<p>São João do Sabugi e Serra Negra do Norte. Banco Rural de Caicó. Senador Dinarte Mariz</p>
<p>Paraíba</p> <p>Município de Gurjão — 4.500,00 Senador Domicio Gondin</p>	<p>Para reforestamento de pinheirais, em convênio com o Estado de Santa Catarina — 3.000,00 Senador Celso Ramos</p>	<p>Cooperativa dos Lavradores de Victorino Freire. Senador Victorino Freire</p>	<p>São João do Sabugi e Serra Negra do Norte. Banco Rural de Caicó. Senador Dinarte Mariz</p>



## Rio Grande do Sul

Antônio Prado.  
Cooperativa Agrícola de Esquina  
Tucunduva — Município Tucunduva.  
Senador *Guido Mondin*  
São Nicolau, Cerro Largo, General  
Câmara, Tapejara, Osório, Santo An-  
tônio.

Senador *Mem de Sá*  
Senador *Daniel Krieger*  
Santa Catarina

Penha (Gravatá), Itajaí (Est. Brus-  
que Laranjeiras), Cambóiu, Lebon  
Regis, Navegantes, Porto Belo, Antô-  
nio Carlos, Curitibaanos.  
Cooperativa de eletrificação de Luiz  
Alves, Aranguá, São João do Sul.  
Cooperativa Mista de Arraial dos  
Cunhas, Itajaí.

Senador *Antônio Carlos*  
Concórdia, Ipumirim e Seara.  
Cooperativa de Produção e Consu-  
mo Concórdia Ltda.

Senador *Atílio Fontana*  
Lages.  
Taio.

Cooperativa de Mate — Maíra.  
Senador *Celso Ramos*

## São Paulo

Morungaba — Amparo.  
Senador *Carvalho Pinto*  
Andradina e Barretos.  
Senador *Moura Andrade*

Prefeitura Municipal de Cachoeira  
Paulista.  
Cooperativa dos Produtores de Leite  
de Cachoeira Paulista.

Senador *Lino de Mattos*

## Sergipe

Araú, Itabaianinha, Buquim, Um-  
pauba, Japarutuba, Muribeca, Malha-  
da dos Bois.  
Cooperativa de Laticínios de Ara-  
caju.

## Relator

A cargo da Empresa Distribuidora  
de Energia de Sergipe (Energipe) —  
Barra dos Coqueiros, Cumbé, Buquim,  
Tchilas Barreto, N. S. das Dores, Ma-  
roim, Malhador, Itabaiana, Lagarto,  
S. Cristóvão.

Cooperativa do Km 13 (Lagarto).  
Senador *Leandro Maciel*

Itabaiana.  
Cooperativa dos plantadores de  
cana de Açúcar em Aracaju.

## Relator

5.03.00 — Ministério da Agricul-  
tura.  
5.03.05 — Departamento de Admi-  
nistração.  
5.03.05.06 — Instituto Brasileiro de  
Reforma Agrária.

174.1.0335 — Desenvolvimento dos  
Trabalhos dos Núcleos de Coloniza-  
ção.

## EMENDA Nº 63-I

## Adendo D

Inclua-se:

## Acre

Eletrificação Rural — IBRA:  
Rio Branco — Cruzeiro do Sul —  
Tarauacá — Feijó — Brasília Xapuri  
— Sena Madureira.

Senador *José Guimarães*

## Alagoas

Municípios de Viçosa, Atalaia e  
Murici.

Senador *Teotônio Vilela*

Municípios de Viçosa, Atalaia, São  
José da Lagoa.

Senador *Rui Palmeira*

Eletrificação Rural dos Municípios  
de Alagoas a cargo da CEAL — Cia.  
de Eletricidade de Alagoas.

## Relator

## Amazonas

Município de Itacoatiara.  
Sen. *Flávio Brito*  
Município de Barreirinhas e Parin-  
tins.

Sen. *Edmundo Levi*

Município de Nhamundá.

Senador *Desiré Guarani*

## ADENDO D

## Ceará

Sobral e Caririagu.  
Senador *Menezes Pimentel*  
Paracurú.

Senador *Paulo Sarazate*  
Distrito Federal

Distrito Federal.  
Comissão do Distrito Federal

## Espírito Santo

Município de São Gabriel da Pa-  
lha.

Senador *Carlos Lindenberg*

Espírito Santo Centrais Elétricas  
S. A.

Senador *Eurico Rezende*

Para eletrificação rural dos Muni-  
cípios de: Montanha, Murici, Monte-  
nópolis, Boa Esperança, Linhares e  
Pinheiros.

Senador *Raul Giuberti*  
Goiás

Para eletrificação rural nos Muni-  
cípios de Leopoldo de Bulhões, Goiá-  
nézia, Orizânia, com convênio com as  
prefeituras locais.

## Relator

## Rio Verde

Senador *Pedro Ludovico*  
Município de Mateira.

Senador *José Feliciano*

## Maranhão

Maranhão.  
Senador *Clodomir Millet*  
Município de Balsas.

Senador *Victorino Freire*

## Mato Grosso

Municípios de: Área de Rondonó-  
polis — Mutum — Jaciara.

Senador *Filinto Müller*

## Campo Grande

## Dourados

Senador *Fernando Corrêa*

Municípios de Dourados, Fátima do  
Sul e Vila Glória de Dourados.

Senador *Bezerra Neto*

## Minas Gerais

Eletrificação Rural em Unaí e Co-  
lônia Agrícola do Paracatu.

Senador *Milton Campos*

Nova Era, Presidente Bernardes,  
São Domingos do Prata, Guaraciaba,  
Vespasiano — Contagem — Três Pon-  
tas — Cataguazes, Cabo Verde.

Senador *Nogueira da Gama*

## Pará

Município de Bragança.

Senador *Moura Palha*

## Monte-Alegre

Senador *Cattete Pinheiro*  
Município de Monte-Alegre.

Senador *Milton Trindade*

## Paraíba

Município de Monteiro e Prata.

Senador *Domicílio Gondim*

## Município de Taperoá

Senador *Ruy Carneiro*

Queimadas, Fagundes e Lagoa Seca.  
Senador *Argemiro de Figueiredo*

## Paraná

Municípios de: Francisco Beltrão,  
Pato Branco, Medianeira, Toledo, Ma-  
telândia, Cascavel, Guaira e Foz do  
Iguaçu.

Senador *Ney Braga*

Prefeitura de Ponta Grossa.

Senador *Adolpho Franco*

## Pernambuco

Paulista e També.

Senador *José Ermírio*

Eletrificação Rural de Vitória de  
Santo Antão.

Senador *João Cleofas*

## Piauí

Santa Filomena.

Senador *José Cândido*

Várzea Grande.

Senador *Petrônio Portela*

## Rio de Janeiro

Eletrificação Rural em Itaocara.  
Senador *Aarão Steinbruch*  
São Gonçalo, Cantagalo, Barra do  
Piraí, Parati, Angra dos Reis, Piraí,  
Bom Jesus do Itabapoana, São Fide-  
lis, São Sebastião do Alto, Carmo e  
Sumidouro.

Senador *Paulo Torres*

## Rio Grande do Norte

Vale do Acú.

Senador *Dinarte Mariz*

Vale do Açu.

## Relator

Municípios de Mossoró e Grosso.

Senador *Duarte Filho*

## Rio Grande do Sul

Município de Ivoti.

Senador *Guido Mondin*

Campinas das Missões, Tucunduva,  
Campo Novo, Campinas do Sul.

Senador *Daniel Krieger*

Senador *Mem de Sá*

## Santa Catarina

Leoberto Leal, São Bonifácio, Pre-  
sidente Nereu, Caçador (Taquara  
Verde).

Senador *Antônio Carlos*

Município de Concórdia.

Senador *Atílio Fontana*

Para eletrificação rural do Muni-  
cípio de São José do Cerrito.

Para eletrificação rural no Muni-  
cípio de São Bento do Sul.

Senador *Celso Ramos*

## São Paulo

## Amparo

Andradina, Brotas, Barretos e Mo-  
runga.

Senador *Moura Andrade*

Prefeitura Municipal de Cachoeira  
Paulista.

Senador *Lino de Mattos*

## Sergipe

Lagarto — Simão Dias — Itabaia-  
na — Riachuelo — Laranjeiras —  
Barra dos Coqueiros.

## Relator

Município de Itabaiana.

Senador *Leandro Maciel*

Município de Itabaiana.

## Relator

5.03.00 — Ministério da Agricul-  
tura.

5.03.06 — Departamento de Promo-  
ção Agropecuária.

133.1.0346 — Desenvolvimento de  
Produção Animal.

## EMENDA Nº 64-I

## Adendo E

Inclua-se:

## Acre

Tarauacá — Sena Madureira —

Feijó — Brasília, em convênio com a  
Secretaria de Agricultura — NCr\$ ...

18.000.000.

Senador *José Guimarães*

Para formação de pastagens, a car-  
go da Prefeitura de Sena Madureira  
— NCr\$ 18.000.00.

Senador *Oscar Passos*

## Alagoas

União dos Palmares — NCr\$ ...

12.000.00.

Senador *Teotônio Vilela*

União dos Palmares — NCr\$ ...

12.000.00.

Senador *Rui Palmeira*

Parque de Exposição em Palmeira  
dos Índios — NCr\$ 6.000.00.

Parque de Exposição em Batalha —  
NCr\$ 6.000.00.

## Relator

## Adendo E

Municípios de Amapá e Macapá —  
NCr\$.

## Relator

## Amazonas

Formação e desenvolvimento de  
pastagens a cargo da Prelazia do Rio  
Negro — NCr\$ 12.000.00.

Senador *Flávio Brito*

Desenvolvimento de Produção Ani-  
mal, formação e desenvolvimento de  
pastagens, inclusive aquisição de re-  
produtores para melhoria do plantio  
leiteiro de Parintins — NCr\$ 12.000.00  
Senador *Edmundo Levi*

Inspetoria Laura Vicuña, para for-  
mação de pastagens e desenvolvi-  
mento de pastagens — NCr\$ .....  
12.000.00.

Senador *Desiré Guarani*

## Bahia

Parques de Exposição dos Muni-  
cípios de: Itapetinga, Vitória da Con-  
quista, Itaperi, Feira de Santana —  
NCr\$ 18.000.00.

Senador *Josaphat Marinho*  
Vitória da Conquista — NCr\$ ...  
9.000.00.

Jequié — NCr\$ 9.000.00.

Senador *Aloysio de Carvalho*

## Ceará

Associação Rural de Sobral e vár-  
zea Alegre — NCr\$ 12.000.00.

Senador *Menezes Pimentel*  
Parque de Exposição em Oradã  
Nova NCr\$ 12.000.00.

Senador *Paulo Sarazate*  
Associação Rural de Potengi —  
NCr\$ 6.000.00.

Associação Rural de Crato — NCr\$  
6.000.00.

Senador *Wilson Gonçalves*  
Adendo E

## Distrito Federal

Em convênio com a Secretaria de  
Agricultura do Distrito Federal —  
NCr\$ 36.000.00.

Comissão do Distrito Federal

## Espírito Santo

Parque de Exposição de São Ma-  
teus — NCr\$ 12.000.00.

Senador *Carlos Lindenberg*  
Parque de Exposição de Colatina —  
NCr\$ 6.000.00.

Parque de Exposição de Nova Ve-  
nécia — NCr\$ 6.000.00.

Senador *Eurico Rezende*  
Parque de Exposição de Mimoso de  
Sul — NCr\$ 4.000.00.

Parque de Exposição de Colatina —  
NCr\$ 4.000.00.

Parque de Exposição de Cachoeira  
do Itapemirim — NCr\$ 4.000.00.

Senador *Raul Giuberti*

## Goiás

Para Parque de Exposição na ci-  
dade de Anápolis — NCr\$ 6.000.00.

Para Parque de Exposição na ci-  
dade de Goiânia — NCr\$ 6.000.00.

Relator  
Goiânia, para Parques e Exposições  
— NCr\$ 12.000.00.

Senador *Pedro Ludovico*  
Associação Rural de Jataí, para  
Exposição — NCr\$ 12.000.00.

Senador *José Feliciano*

## Guanabara

Desenvolvimento da Produção Ani-  
mal a cargo da Secretaria de Eco-  
nomia — NCr\$ 36.000.00.

Senador *Aurélio Vianna*  
Senador *Marcello de Alencar*  
Senador *Gilberto Marinho*

## Adendo E

## MARANHÃO

Municípios de: Coroatá, Pedreiras  
e Bacabal — NCr\$ 18.000.00.

Senador *Clodomir Millet*  
Município de Victorino Freire —  
NCr\$ 18.000.00.

Senador *Victorino Freire*

## MATO GROSSO

Associação Rural de Cuiabá — NCr\$  
12.000.00.

Senador *Filinto Müller*  
Exposição Agro-Pecuária de Cam-  
po Grande — NCr\$ 6.000.00.

Exposição Agro-Pecuária de Dou-  
rados — NCr\$ 3.000.00.

Exposição Agro-Pecuária de Cuiabá — NCr\$ 2.000,00.  
Exposição Agro-Pecuária de Rondonópolis — NCr\$ 1.000,00.  
*Senador Fernando Corrêa*

Associação Rural de Corumbá — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Bezerra Neto*

**MINAS GERAIS**  
Parques e Exposições em: Carangola, Leopoldina, Ponte Nova e Sete Lagoas — NCr\$ 18.000,00.  
*Senador Milton Campos*  
Três Corações — NCr\$ 10.000,00.  
Varginha, para Inseminação Artificial — NCr\$ 8.000,00.  
*Senador Nogueira da Gama*

**PARÁ**  
Escola Doméstica Santa Maria Eufrásia — Município de Ananindeua — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Moura Palha*  
Monte-Alegre — NCr\$ 12.000,00.  
Município de Monte-Alegre — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Milton Trindade*

**PARAÍBA**  
Campina Grande — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Domicio Gondim*  
Parque de Exposições de Manguape — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Ruy Carneiro*  
Em convênio com a Prefeitura Municipal de Campina Grande — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Argemiro de Figueiredo*

**PARANÁ**  
Parques de Exposições de: Londrina — NCr\$ 9.000,00; Maringá — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador Ney Braga*  
Parque Castelo Branco — Curitiba — NCr\$ 18.000,00.  
*Senador Adolpho Franco*

**PERNAMBUCO**  
Nazaré — NCr\$ 9.000,00.  
Timbaúba — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador José Ernirio*  
Parque de Exposição de Surubim, para sua conclusão — NCr\$ 18.000,00.  
*Senador João Cleofas*

**PIAUI**  
Campo Maior — NCr\$ 18.000,00.  
*Senador José Cândido*  
Picos — NCr\$ 9.000,00.  
Piripiri — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador Petrólio Portela*

**RIO DE JANEIRO**  
Exposições Regionais em Miracema, Itaperuna e Barra do Piraí — NCr\$ 18.000,00.  
*Senador Aarão Steinbruch*  
Barra do Piraí — NCr\$ 9.000,00.  
Itaboraí — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador Paulo Torres*

**RIO GRANDE DO NORTE**  
Caicó — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Dinarte Maria*  
Caicó — NCr\$ 12.000,00.

**RELATOR**  
Exposição de Mocuró — NCr\$ .... 8.000,00.  
Exposição de Caicó — NCr\$ ..... 8.000,00.  
*Senador Duarte Filho*

**RIO GRANDE DO SUL**  
Feira Nacional do Calçado e Exposição Agro-Industriais (FENAC) — Novo Hamburgo — NCr\$ ..... 12.000,00.  
*Senador Guido Mondim*  
Associação Rural Arroio do Meio — NCr\$ 4.000,00.  
Parque de Exposição da Feira Nacional de Laticínios de Lajeado — NCr\$ 20.000,00.  
*Senador Mem de Sá — Senador Daniel Krieger.*

**SANTA CATARINA**  
Parque de Exposição no Município de Curitiba em Convênio com a Prefeitura Municipal — NCr\$ .... 12.000,00.  
*Senador Antônio Carlos*  
Parque de Exposição da Cooperativa de Produção e Consumo de Concórdia Ltda. — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Atílio Fontana*  
Para a Exposição Agropecuária de Lages, em convênio com o Estado de Santa Catarina — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Celso Ramos*

**SÃO PAULO**  
Guaratinguetá — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Carvalho Pinto*  
Andradina — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Moura Andrade*  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Lino de Mattos*

**SERGIPE**  
Parque de Exposição Agropecuária de Aracaju a cargo da Secretaria de Agricultura — NCr\$ 12.000,00.

**RELATOR**  
Parque Exposição Nicolau Almeida de Lagarto — NCr\$ 12.000,00.  
*Senador Leandro Maciel*  
Parque de Exposição de Aracaju — NCr\$ 12.000,00.

**RELATOR**  
5.03.00 — Ministério da Agricultura.  
5.03.06 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.0348 — Desenvolvimento da Produção Vegetal.

**EMENDA Nº 65-T**  
Adendo "F"

Inclua-se:

**ACRE**  
Desenvolvimento da Produção Vegetal:  
Fruticultura e outras experiências na Estação Experimental Agrícola Governador José Guimard, em convênio com a Secretaria de Agricultura — NCr\$ 13.500.  
*Senador José Guimard*  
A cargo da Prefeitura de Sena Madureira — NCr\$ 13.500.  
*Senador Oscar Passos*

**ALAGOAS**  
Viçosa, Chã Preta e Mar Vermelho — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador Teotônio Vilela*  
Tanque D'Arca, Marimbando, Limoeiro de Anadia — NCr\$ 9.000,00.  
*Senador Ruy Palmeira*  
A cargo da Secretaria de Agricultura do Estado — NCr\$ 9.000,00.

**RELATOR**

**AMAPÁ**  
Amapá e Mazagão —

**RELATOR**  
Amazonas

Inspetoria Missionária Salesiana do Amazonas — 9.000.  
*Senador Flávio Brito*  
Manacapuru, Barricirinha, Parintins e Itacoatiara — 9.000.  
*Senador Edmundo Levi*  
Benjamim Constant — 9.000.  
*Senador Desre Gheruni*

**Bahia**  
Campo de multiplicação de sementes de fumo no Município de Brotas de Macaúbas — 13.500.  
*Senador Josaphat Marinho*  
Itajaú do Colônia — 13.500.  
*Senador Aloysio de Carvalho*

**Ceará**  
Caucais — 9.000.  
*Senador Menezes Pimentel*

**Itaúba — 9.000.**  
*Senador Paulo Sarazate*

Associação Rural de Araripe..... 3.000.  
Associação Rural de Crato..... 3.000.  
Associação Rural de Potengi..... 3.000.  
*Senador Wilson Gonçalves*  
Distrito Federal

Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal — 27.000.  
*Comissão do Distrito Federal*  
Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social do Brasília — 4.000.  
*Senador Bezerra Neto*  
Espírito Santo

Jerônimo Monteiro — 9.000.  
*Senador Carlos Lindemberg*  
Horto Florestal de Vitória — 9.000.  
*Senador Eurico Rezende*  
Santa Tereza — 9.000.  
*Senador Raul Giuberti*

**Goias**  
Inhumas — 9.000.  
Relator  
Rio Verde — 9.000.  
*Senador Pedro Ludovico*  
Jataí — 9.000.  
*Senador José Feliciano*

**Guanabara**  
Desenvolvimento da Produção Vegetal e convênio com o Governo do Estado — 27.000.  
*Senador Aurélio Vianna.*  
*Senador Marcelo de Alencar*  
*Senador Gilberto Marinho.*

**Maranhão**  
Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado — 13.500.  
*Senador Clodomir Millet*  
Caxias — 13.500.  
*Senador Victorino Freire*

**Mato Grosso**  
Colônia Agrícola de Meruri..... 9.000.  
*Senador Filinto Müller*  
Associação Rural de Campo Grande — 9.000.  
*Senador Fernando Corrêa*  
Colônia Agrícola de Meruri — 5.000.  
*Senador Bezerra Neto*

**Minas Gerais**  
A cargo da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais — 13.500.  
*Senador Milton Campos*  
Pósto Agropecuário de São Sebastião do Paraíso — 13.500.  
*Senador Nogueira da Gama*

**Pará**  
Instituto Bom Pastor — Município de Ananindeua — 9.000.  
*Senador Moura Palha*  
Magalhães Barata — 9.000.  
*Senador Catele Pinheiro*  
Magalhães Barata — 9.000.  
*Senador Milton Trindade*

**Paraíba**  
Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba — 9.000.  
*Senador Domicio Gondim*  
Município de Jurema — 9.000.  
*Senador Ruy Carneiro*  
Fazendas e Lagoa Seca — 9.000.  
*Senador Argemiro de Figueiredo*

**Paraná**  
Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado — 13.500.  
*Senador Ney Braga*  
Secretaria de Agricultura do Paraná — 13.500.  
*Senador Adolpho Franco*

**Pernambuco**  
Universidade Rural de Pernambuco — 6.750.

Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste — IPEANE — 6.750.  
*Senador José Ernirio*  
Pernambuco

Escola de Iniciação Agrícola do Exu — 13.500.  
*Senador João Cleofas*  
Piauí

Em convênio com a Prefeitura do Altos — 13.500.  
*Senador José Cândido*  
Picos — 13.500.  
*Senador Petrólio Portela*

**Rio de Janeiro**  
Rio Bonito e Itaperuna — 13.500.  
*Senador Aarão Steinbruch*  
Cordeiro e Parati — 13.500.  
*Senador Paulo Torres*

**Rio Grande do Norte**  
Parelhas — 9.000.  
*Senador Dinarte Maria*  
Parelhas — 9.000.  
Relator  
Em Convênio com a Secretaria da Agricultura — 9.000.  
*Senador Duarte Filho*

**Rio Grande do Sul**  
Tapera — 9.000.  
*Senador Guido Mondim*  
Secretaria da Agricultura — 18.000.  
*Senador Daniel Krieger*  
*Senador Mem de Sá*

**Santa Catarina**  
Rancho Queimado — 9.000.  
*Senador Antônio Carlos*  
Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda. — 9.000.  
*Senador Atílio Fontana*  
Construção do Parque de Exposição da Festa da Maçã — São Joaquim — 9.000.  
*Senador Celso Ramos*

**São Paulo**  
Festa da Uva — São Roque..... 9.000.  
*Senador Carvalho Pinto*  
Festa da Uva — São Roque..... 4.500.  
Festa do Caqui — Mogi das Cruzes — 4.500.  
*Senador Moura Andrade*  
Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista — 9.000.  
*Senador Lino de Mattos*

**Sergipe**  
Desenvolvimento da cultura do coco em Estância, a cargo da Associação Rural local — 9.000.  
Relator  
Estação Experimental de Aracaju — 9.000.  
*Senador Leandro Maciel*  
Riachuelo — 9.000.  
Relator  
Nº 5.03.03 — Ministério da Agricultura.  
5.03.05 — Departamento de Promoção Agropecuária.  
133.1.0350 — Plano de Utilização Racional do Solo e da Água.

**Emenda nº**  
Adendo "G" — 63-T  
Inclua-se:

**Acres**  
Construção de pequenos açudes, aguadas e bombadouros nas colônias que circundam a cidade de Rio Branco — 27.000,00.  
*Senador José Guimard*

Para obras de prevenção à erosão do solo a cargo da Prefeitura de Sena Madureira — 27.000,00.  
*Senador Oscar Passos*

**Alagoas**  
Viçosa — 18.000,00.  
*Senador Teotônio Vilela*  
São Miguel dos Campos — 18.000,00.  
*Senador Rui Palmeira*

**Conservação do Solo nos Municípios**

De Alagoas — 18.000,00

Relator

Amapá

Município de Amapá e Calçoene.

Relator

Amazonas

Município de Benjamin Constant — 18.000,00.

Senador Flávio Brito

Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado — 18.000,00.

Senador Edmundo Levi

Município de Benjamin Constant — 18.000,00.

Senador Destré Guarani

Paraná

Ao município de Paratinga, para construção de poços tubulares em Bom Sucesso e Alagças e ao Município de Botuporã para construção de pequenos açudes (para cada) — 18.500,00.

Senador Josephat Merinha

Tucano — 13.500,00.

Ribeira do Pombal — 13.500,00.

Senador Alcysio de Carvalho

Ceará

Conservação do Solo. Irrigação. Aquisição de Motobombas e construção de pequenos açudes em Sobral — 18.000,00.

Senador Menezes Pimentel

Mocambo — 18.000,00.

Senador Paulo Sarazate

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Potengi — 4.000,00.

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Daltro — 4.000,00.

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Barbalha — 3.000,00.

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Araruna — 5.000,00.

Senador Wilson Góes

Distrito Federal

Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal — 54.000,00.

Comissão do Distrito Federal

Espírito Santo

Município de Itapemirim — 18.000,00.

Senador Carlos Lindenberg

Governo do Estado do Espírito Santo — Secretaria de Agricultura — 18.000,00.

Senador Eurico Rezende

Plano de Utilização de Água de Linhares — 18.000,00.

Senador Raul Glubert

Goias

Prefeituras de:

Rialma — 6.000,00.

Itaçu — 6.000,00.

Hidrolândia — 6.000,00.

em convênio com as prefeituras locais.

Relator

Rio Verde — 18.000,00.

Senador Pedro Ludovico

Município de Jataí — 18.000,00.

Senador José Feliciano

Guanabara

Conservação do solo e irrigação em convênio com o Governo do Estado — 54.000,00.

Senador Aurélio Vianna

Senador Marcello de Alencar

Senador Gilberto Marinho

Paraná

Construção de açudes nos Municípios de: Sítio Novo, Amaranhe, Pôrto Franco e Grajaú — 27.000,00.

Senador Clodimir Millet

Município de Lago da Pedra — 27.000,00.

Senador Victorino Freire

Mato Grosso

Secretaria de Agricultura do Estado — 18.000,00.

Senador Filinto Müller

**Associação Rural de Campo Grande**

— 18.000,00.

Senador Fernando Corrêa

Secretaria de Agricultura do Estado — 18.000,00.

Senador Bezerra Neto

Minas Gerais

Ponte Nova e Alfenas — 27.000,00.

Senador Milton Campos

Contagem — 27.000,00.

Senador Nogueira da Gama

Pará

Município de Bragança — 18.000,00.

Senador Moura Paiva

Monte Alegre — 18.000,00.

Senador Cattete Pinheiro

Município de Monte Alegre — 18.000,00.

Senador Milton Trindade

Paraná

Em convênio com a Secretaria de Agricultura — 18.000,00.

Senador Domicio Gondin

Município de Congo — 9.000,00.

Município de Teixeira — 9.000,00.

Senador Ruy Carneiro

Município de Pocinhos, Soledade, Juazeirinho e Fagundes — 18.000,00.

Senador Argemiro de Figueiredo

Paraná

Em convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná — 27.000,00.

Senador Ney Braga

Prefeitura de Foz do Iguaçu — 27.000,00.

Senador Adolpho Franco

Pernambuco

Cabrobé — 8.000,00.

Santa Maria de Belém — 8.000,00.

Petrolândia — 6.000,00.

Florência — 5.000,00.

Senador José Ermírio

Trabalho de conservação do solo dos municípios de agreste de Pernambuco, destinada a assistência a cultura de gêneros alimentícios da região — 27.000,00.

Senador João Cleofas

Piauí

Em convênio com a Prefeitura de Pimenteiras — 27.000,00.

Senador José Cândido

Pimenteiras — 27.000,00.

Senador Petrólio Portela

Rio de Janeiro

Bom Jesus de Itaboraana, Cordeiro e Itaguaí — 27.000,00.

Senador Aarão Steinbruch

Parati — 27.000,00.

Senador Paulo Torres

Rio Grande do Norte

Caicó, para conservação do Açude Itans — 18.000,00.

Senador Dinarte Mariz

Caicó, para conservação do Açude Itans — 18.000,00.

Relator

Município de Mossoró — 18.000,00.

Senador Duarte Filho

Rio Grande do Sul

Município de São Paulo das Missoes — 18.000,00.

Senador Guido Mondin

Rio Grande do Sul

Em convênio com a CORSAN — 36.000,00.

Senador Daniel Krieger

Senador Mem de Sá

Santa Catarina

Plano de utilização Racional do solo e da água — 18.000,00.

Senador Antônio Carlos

Município de Concórdia — 18.000,00.

Senador Atílio Fontana

Para drenagem da zona rural de Florianópolis em convênio com o Estado — 18.000,00.

Senado Celso Ramos

**São Paulo**

Sorocaba — 18.000,00.

Senador Carvalho Pinto

Morungaba, Andradina, Brotas e Barretos — 18.000,00.

Senador Moura Andrade

Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista — 18.000,00.

Senador Lino de Mattos

Sergipe

Conservação do solo, irrigação, construção de aguadas, pequenos açudes e bebedouros no município de N. S. da Glória — 18.000,00.

Relator

Município de Ribeirópolis — 18.000,00.

Senador Leandro Mactel

Riachuelo — 18.000,00.

Relator

**Parcer nº 754, de 1967**

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução nº 43, de 1967, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Senador Antonio Balbino.

Tendo em vista entendimento fixado por proposta do Senador Aloysio de Carvalho a Comissão de Justiça opina pelo arquivamento do presente projeto, cujas sugestões poderão ser apreciadas por ocasião da revisão geral do Regimento, que está sendo diligenciada.

Sala das Comissões, 15 de julho de 1967. — Antônio Carlos, Presidente, em exercício. — Antônio Balbino, Relator. — Aloysio de Carvalho — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Alvaro Maia.

**Parcer nº 755, de 1967**

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 43, de 1967, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Senador Cattete Pinheiro.

O objetivo do presente Projeto, de autoria do eminente Senador José Ermírio de Moraes, é alterar o Regimento Interno do Senado, no sentido de melhor precisar — inclusive ampliando-as — as atribuições da Comissão de Agricultura, definidas no artigo 85-A daquele diploma, de modo a adequá-las à nova Constituição.

II. A Comissão de Constituição e Justiça, ouvida a respeito, opinou pelo arquivamento do Projeto, "cuja sugestões poderão ser apreciadas por ocasião da revisão geral do Regimento, que está sendo diligenciada".

III. Parece-nos que, estando em elaboração o novo Regimento Interno do Senado, onde matérias como a de que se cogita serão necessariamente consideradas, o mais conveniente será, realmente, como sugere a douta Comissão de Constituição e Justiça, o arquivamento do Projeto.

Entretanto, dada a nobre intenção do ilustre Autor da Proposição, e como as providências não consubstanciadas poderão servir de sugestões, ao ensejo da discussão do novo Regimento, julgamos oportuno fazer algumas apreciações sobre a mesma.

IV. De um modo geral, as alterações propostas pelo Representante de Pernambuco são interessantes, e todas elas revelam o elogiável propósito de dar à Comissão de Agricultura, uma responsabilidade muito grande na tarefa de examinar quantos estudos, em tramitação no Senado, se refiram, direta ou indiretamente, a assuntos agrícolas ou pastorais.

Estamos, porém, que o justificável ardor com que o Autor do Projeto defende suas idéias, levou-o — data vênica — a ampliar em demasia a área de competência da Comissão que dirige.

V. Vejamos, de modo sucinto, aquilo que julgamos ser necessário modificar no Projeto, para o que nos referiremos aos seus diversos itens:

**2) Estrutura da economia agrícola.**

Achamos muito ampla a expressão usada neste item: "estrutura da economia agrícola". Para compreendermos a "estrutura" dessa economia, como da economia "industrial" ou outra, poderíamos, se quiséssemos, ir até a própria Constituição, que é onde estão fixados os princípios que informam todas as instituições políticas, sociais, econômicas e educacionais do País.

Desse, onde está:

2) Estrutura da economia agrícola, talvez fosse melhor colocar:

3) Organizações agrícolas.

3) Crédito Agrícola.

Aqui, achamos restrita a expressão. Sugerimos a seguinte redação:

3) Crédito aos lavradores e proprietários destinado ao fomento da produção e ao aperfeiçoamento da criação nacional.

O crédito se torna mais amplo e preciso.

8) Química agrícola e industrial.

Achamos que se deva dar a esta essa redação:

8) Química agrícola e industrial, esta quando relacionada com atividades agropecuárias.

10) Produção e comércio agrícolas.

Há uma Comissão especial para falar de problemas da agricultura e do comércio. Cremos que se deve suprimir a palavra comércio, redigindo-se o item assim:

10) Produção agrícola.

11) Estabilização de preços dos produtos agrícolas.

Dar à Comissão de Agricultura competência para opinar sobre estabilização de preços é dila ar em excesso as suas atribuições. Melhor, seria redigir assim o item:

11) Defesa de preços para os produtos agropecuários.

17) Organização Administrativa do Ministério da Agricultura, incluindo seu orçamento.

É necessário suprimir este dispositivo. A organização administrativa de qualquer Ministério, quando sujeita à apreciação do Senado, deverá ser examinada pela Comissão de Serviço Público Civil. Quanto a orçamento, há uma Comissão específica para estudar a matéria: a de Finanças. Existe uma unidade administrativa e orçamentária, a ser considerada nos planos de governo, e devem, estes, ser encarados de maneira global, por órgãos que os examine, numa totalidade de seus aspectos.

§ 1º) A requerimento de, no mínimo, um terço da Comissão poderá este órgão, ad referendum de seu Presidente, realizar estudos e pesquisas sobre assuntos agropecuários, cabendo-lhe, neste caso, requisitar funcionários dos serviços administrativos do Senado, necessários aos seus trabalhos, bem como, para o mesmo fim, na forma da Legislação em vigor, funcionários de Ministérios, órgão ou departamento da administração pública.

O § 1º deve ser suprimido. Nada impede que se façam estudos e pesquisas, nos termos não estabelecidos. Quanto à requisição de funcionários do Senado, quando a Comissão deles precisar, poderá entendê-lo com o Diretor-Geral da Secretaria.

Relativamente à requisição de funcionários de Ministérios, esta só deveria ser feita pela Presidência da Casa.

Aliás, o atual Regimento proíbe a requisição de funcionários, salvo quando se trate de atividade policial

complementar, na forma da Resolução nº 3, de 1963.

VI. Uma alteração que se nos afigura necessária é na denominação da própria Comissão que, em nosso entender, deve passar a chamar-se "Comissão de Agricultura e Pecuária."

Suprimido o § 1º, o 2º também terá de sô-lo, pois é decorrência dele.

VII. Essas as considerações que julgamos fazer em torno do assunto. Diverção valer, no entanto, apenas como sugestões, quando da discussão do novo Regimento Interno do Senado.

Por ora, repitamos, cremos, com a Comissão de Constituição e Justiça, que o Projeto deve ser arquivado.

Sala da Comissão Diretora, 21 de setembro de 1967. P. Auro Moura Andrade, Presidente. — Cattete Pinheiro, Relator. — Edmundo Levi — Guido Mondin — Raul Giuberti.

#### Parecer nº 756, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 23, de 1966, que altera a letra b do art. 341 do Regimento Interno.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

Em data de 30 de maio do ano passado de 1966, o Sr. Senador Jefferson de Aguiar apresentou Projeto de Resolução, que recebeu o número 29, alterando a letra b do artigo 341 do nosso Regimento Interno, para o fim de incluir os Ministros, Juizes e outras autoridades sobre cuja nomeação pelo Poder Executivo deva o Senado manifestar-se, por força de disposição constitucional ou legal, entre aquelas pessoas a serem convocadas pela Comissão competente do mesmo Senado, para audiência sobre assuntos pertinentes ao cargo para que foram indicadas. Tal convocação, como se sabe, é restrita; presentemente, aos chefes de Missão Diplomática.

A Comissão de Constituição e Justiça, depois de longo debate, em que foram lembrados, ao lado de aspectos positivos, alguns evidentemente negativos em relação ao mérito da inovação, deliberou recomendar ao plenário a sua rejeição, pelo fundamento maior, senão preliminar, de estarmos em véspera de ampla reforma regimental, para ajustar-se a lei interna à Lei Maior, quando haverá, então, oportunidade para o presente exame da matéria, através de emenda de qualquer Senador ou desta Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator do vencido. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel — Bezerra Neto, vencido. — Carlos Lindenberg.

#### Parecer nº 757, de 1967

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 29, de 1966, que altera a letra b do artigo 341 do Regimento Interno.

Relator: Senador Cattete Pinheiro

Dispõe o artigo 341, letra b, do Regimento Interno do Senado:

"Art. 341. No pronunciamento do Senado sobre as escolhas a que se refere o artigo 63, nº 1, da Constituição, observar-se-ão as seguintes normas:

b) quando se tratar de chefe de missão diplomática, a Comissão convocará o escolhido, para ouvi-lo, no prazo que estipular, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo que deverá ocupar, salvo em se tratando de diplomata em exercício no estrangeiro, caso em que a convocação dependerá de deliberação da Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros."

II. Pelo presente Projeto, de iniciativa do ex-Senador Jefferson de

Aguiar, a letra b, passa a ter a seguinte redação:

"b) quando se tratar de chefe de missão diplomática, de Ministros, Juizes e outras autoridades que, por disposição constitucional ou legal, o Senado deva se manifestar, a Comissão convocará o indicado para ouvi-lo, em local, dia e hora que designar, sobre assuntos pertinentes ao desempenho das funções do cargo que deverá ocupar, salvo em se tratando de diplomata em exercício no estrangeiro, caso em que a convocação dependerá de deliberação da Comissão, a requerimento de seus membros."

III. Como se verifica, do confronto dos dois textos, a alteração proposta visa a incluir, na alínea b do artigo 341, ao lado do chefe de missão diplomática, os Ministros, Juizes e outras autoridades sobre cuja indicação, por disposição constitucional ou legal, o Senado deva opinar.

IV. O ex-representante do Estado do Espírito Santo, em sua justificativa, diz, entre outras coisas:

"É indispensável que os Senadores tenham conhecimento pessoal dos candidatos indicados, não bastando o *curriculum vitae* para informá-los dos pressupostos intelectuais, culturais e morais de cada um deles.

A responsabilidade maior, afinal, é do Senado, quanto a nomeação de pessoas incompatibilizadas com o exercício das funções de cargos de relevo na Federação.

É indispensável que todos tenham consciência plena da deliberação adotada, informando-se plena e profundamente das condições personalíssimas dos indicados.

O Regimento obriga o comparecimento dos diplomatas, na Comissão, que são funcionários e exercem cargos de relevo e responsabilidade de carreira, salvo os admitidos, em caráter excepcional, estranhos aos quadros do Itamarati (art. 341, b).

É justo e aconselhável que a medida se estenda, obrigatoriamente, a todos aqueles que, indicados para exercerem cargos de indiscutível responsabilidade, e que, por determinação legal, dependem, também, de aprovação do Senado.

Dir-se-á que Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos devem ser submetidos a inquirição ou indagações na Comissão de Constituição e Justiça, em oposição à reforma pretendida, considerando-se a categoria do cargo e os pressupostos de reputação ilibada e de notável saber jurídico (Constituição, arts. 99 a 103), deverão eles, mais do que os outros, cumprirem a determinação constitucional, que é restritiva, exigindo do indicado condições especiais e especificamente determinadas para o exercício das funções do cargo.

Nem o Senado se disporia a constranger ou humilhar candidatos indicados pelo Presidente da República, cujo zelo na escolha seria redobrado, afastando-se a possibilidade de solicitações em favor daqueles que estivessem desorientados para o exercício do cargo. Deve ser presumido o critério e bom senso dos Senadores, assim como deve ser considerado que o indicado preenche os requisitos da Constituição.

Demais disso o voto do Senador deve ser conscientemente proferido, e só o conhecimento pessoal do indicado poderá permitir decisões justas, sem quais-

quer considerações de ordem política ou partidária."

V. A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando o assunto "deliberou recomendar ao plenário a sua rejeição, pelo fundamento maior, senão preliminar, de estarmos em véspera de ampla reforma regimental, para ajustar-se a lei interna à Lei Maior, quando haverá, então, oportunidade para o presente exame da matéria."

VI. Em nosso entender, cabe, em parte, o acolhimento do ponto-de-vista da Comissão de Constituição e Justiça.

Realmente, breve estaremos discutindo e votando o novo Regimento Interno desta Casa, em vias de total modificação, para efeito de adaptar-se à nova Constituição.

O Senado, como se sabe, teve ampliadas as suas atribuições constitucionais, inclusive no tocante ao exame de nomes escolhidos para integrar determinados órgãos.

Esta Comissão, atenta a tais circunstâncias, vem se manifestando invariavelmente contrária a iniciativas desse jaez.

Não é de boa técnica legislativa alterar-se um diploma legal em vias de ser inteiramente modificado.

Ante o exposto, opinamos pela sustação do Projeto, que deverá servir como elemento subsidiário para a Reforma Regimental.

Sala da Comissão Diretora, 20 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente. — Cattete Pinheiro, Relator. — Edmundo Levi. — Guido Mondin — Raul Giuberti.

#### Parecer nº 758, de 1967

Da Comissão Diretora, sobre a Indicação nº 1, de 1967, que sugere à Comissão Diretora a criação de serviço confidencial para as informações que menciona.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro.

A presente indicação, subscrita pelo Senador Atílio Fontana e outros Srs. Senadores, sugere à Comissão Diretora a criação de um serviço cadastral, de caráter confidencial, de nomes de personalidades que, em razão de sua situação funcional ou profissional, estejam em condições de serem escolhidas pelo Presidente da República, para cargos compreendidos no sistema de referendo do Senado Federal.

A indicação é justificada com a alegação de que tanto os Senadores como as Comissões Técnicas não possuem elementos seguros de informação sobre as reais qualificações dos indicados, em que pese o *curriculum vitae* do proposto, que, nesses casos, acompanha a mensagem presidencial.

O serviço de cadastro, segundo esclarece a presente indicação, seria organizado com os recursos existentes na Secretaria do Senado, sem novos ônus orçamentários ou aumento do quadro de servidores.

E' ainda a indicação que esclarece a natureza dos registros cadastrais, aduzindo que os mesmos deveriam reunir informações minuciosas sobre ocorrências da vida progressiva dos cadastrados.

Na espécie, vale ressaltar os elevados propósitos dos autores da indicação, os quais vêm, na providência recomendada, a solução adequada ao problema da escolha de nomes para o desempenho de funções públicas de grande relevância, quando submetidos ao exame do Senado Federal, por força de imperativo constitucional ou legal.

No momento, entanto, dado o crescimento do volume de encargos da Secretaria do Senado, não seria possível, sem prejuízo fundamental para outros setores administrativos, deslocar servidores para o serviço a ser criado, em número suficiente ao seu pleno atendimento.

Ademais, o novo conjunto de atribuições teria que ser atendido por

recursos materiais específicos, que, certamente, se traduziriam em ônus orçamentário obrigatório.

Quanto aos resultados práticos da medida, poderiam prever-se dificuldades insuperáveis que, em muito, reduziriam a eficiência do serviço, uma vez que, ao contrário dos sistemas das redes bancárias — que funcionam em regime de troca de informações de interesse recíproco — teria de valer-se de seus exclusivos recursos para formar cadastro eficiente e à altura de suas objetivas finalidades.

Além do mais, nada obsta a que os Senadores, seja por intermédio da inquirição direta do proposto, senão, também, por solicitação de vária ordem, busquem os subsídios julgados necessários à formação de seu convencimento, no exame da personalidade do indicado.

Assim, ao opinar pelo arquivamento da presente indicação, sugiro a esta Comissão tenha presente a ideia nela consubstanciada para aproveitamento em situação oportuna.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1967. — Moura Andrade, Presidente. — Cattete Pinheiro, Relator. — Gilberto Marinho. — Edmundo Levi. — Guido Mondin. — Raul Giuberti.

#### Parecer nº 759, de 1967

##### DA COMISSÃO DIRETORA

O Senador Desiré Guarany requer a publicação da Conferência pronunciada pelo Ministro Albuquerque Lima, da Pasta do Interior, no I Seminário do Desenvolvimento Nacional do Instituto de Engenharia de São Paulo, no qual foram abordados aspectos que o requerente assinala, particularizando a problemática Amazônica.

A Comissão Diretora opina favoravelmente à transcrição pedida, no que se refere aos seguintes itens, que constituíram o objeto da Conferência sobre os problemas da Amazônia:

1º) a região Amazônica (fls. 27)  
2º) a Sudam e sua participação no desenvolvimento da Amazônia (fls. 28 a 31)

3º) recursos florestais, vias navegáveis, em agricultura, pecuária, minérios, economia, vegetais, concentração demográfica nos principais centros urbanos e atividades em curso (fls. 32, 33, 34, 35, 36)

4º) projetos em análise e projetos aprovados (fls. 37, 38, 39 e 40).

E' o parecer.

Sala da Comissão Diretora, 12 de outubro de 1967. — Moura Andrade, Presidente e Relator. — Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Edmundo Levi. — Cattete Pinheiro. — Guido Mondin. — Raul Giuberti.

##### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

##### REQUERIMENTO

Nº 918, de 1967

Requerido, na forma regimental, a transcrição nos Anais do Senado Federal da conferência proferida pelo Professor Ovídio Meira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, em homenagem ao centenário do nascimento de Augusto Montenegro.

##### Justificação

Entre os brasileiros nascidos no Pará, Augusto Montenegro destaca-se na sua História.

Após sobressair na carreira diplomática, aos 25 anos de idade Augusto Montenegro foi eleito Deputado Federal pelo Pará, na Legislatura que se seguiu a Constituinte de 1891.

Líder da Maioria, no Governo Campos Sales, dirigiu, na Câmara dos Deputados, toda a política financeira daquele grande Presidente.



Governador do Pará, em 1901, propiciou ao Estado uma administração fecunda, que lhe assegurou reeleição para um segundo período, iniciado em 1903.

Findo o seu mandato, Augusto Montenegro viajou para a Europa, onde logo depois veio a falecer.

O meu Estado comemora, comovido, o centenário de nascimento de Augusto Montenegro. Entre as várias conferências preferidas em sua homenagem, destacou-se a do Professor Otávio Meira, na Faculdade de Direito da Universidade do Pará, no dia 28 de junho, cuja transcrição requiero, nos Anais do Senado, associando-me ao sentir de meus coestaduanos, nela tão bem definido.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — *Catete Pinheiro*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 919, de 1967

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

A Bancada do Estado do Rio requer, na forma regimental, seja inserido, na ata dos trabalhos do Senado Federal, um voto de congratulações ao eminente brasileiro Raul Fernandes mestre de Direito, ex-Chanceler do Brasil, político e estadista, cujo nonagésimo aniversário de nascimento ocorre no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Torres, Aarão Steinbruch, Paulo Torres*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Tem a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Sr. Senador Filinto Müller.

#### O SR. FILINTO MÜLLER:

(*Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, raros homens alcançam a consagração em vida. Esses poucos somam em sua personalidade tantas qualidades positivas; marcam tão singularmente a sua presença nos acontecimentos de que participam; traçam com tal vigor e visão diretrizes amplas para os povos que os seus vultos transcendem dos limites comuns projetam-se como verdadeiros marcos da coletividade, orientando-a no sentido do Bem e da Justiça. São homens que poderíamos chamar de representativos.

Festejar vidas assim, enquanto vivas, para que outros nelas se inspirem; elogiar homens assim, para que sintam no elogio a confiança dos que os ouvem, dos que os admiram, dos que os seguem; apontar vultos assim, como padrão às novas gerações — não é, portanto, fazer honra fácil, é antedgar julgamentos, é reconhecer méritos e, sobretudo, aproveitar exemplos vivos de grandza para, com eles e através deles, modelar a nacionalidade.

Raul Fernandes, Sr. Presidente, é uma dessas figuras excepcionais. Enaltece-lo é enaltecer a nossa própria gente, de cujos ideais ele se fez sintese e um altíssimo representante; é enaltecer a nossa própria pátria, a que ele, em toda a sua vida, soube servir com rara dignidade, com inextinguível dedicação, com excepcional brilho.

Sob o grande brasileiro, muito já se falou e se escreveu. Dispensável, portanto, no pequeno espaço desta sessão, relembra, com minúcias, sua vida e sua obra.

Entretanto, Sr. Presidente, tão marcante, tão expressiva é a sua personalidade que, ao ensejo do seu nonagésimo aniversário, que hoje se celebra, não podemos deixar de homenageá-lo aqui no Senado — como o está homenageando o Brasil pelas mais altas expressões da sua intelectualidade, da sua vida pública — focalizando aspectos da sua personalidade, tentando fixar algumas características suas de grande homem, de grande brasileiro.

O que, desde logo, impressiona em Raul Fernandes, Sr. Presidente, é o seu profundo sentido humano. No amor à família, no carinho para com os afilhados que, nas suas preocupações substituíram os filhos que não teve, na maneira afetuosa de recordar amigos e companheiros, nos hábitos simples de vida, ele se mostra, antes de tudo um homem modesto, de modéstia própria dos espíritos superiores. Assim é que, falando de si, há dias, disse a jornalistas e amigos: "Homem de pouco dinheiro, tenho uma cultura desordenada, sou incapaz de dar lições."

A esse severo julgamento de si próprio, podemos, com orgulho de brasileiros, contrapor a opinião unânime da II Conferência Interamericana Extraordinária que, em memorável decisão, assim se expressou:

"A Segunda Conferência Interamericana Extraordinária, considerando:

Que o Jurisconsulto brasileiro, Doutor Raul Fernandes, é uma das mais destacadas personalidades da América e do Brasil;

Que o Doutor Fernandes ocupou em diversas ocasiões, o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil;

Que também foi encarregado de Missões da maior importância, como a de Chefe da Delegação do Brasil às Conferências Mundiais de Paz;

Que tomou parte decisiva na criação da Corte permanente de Justiça Internacional e da Corte Internacional de Justiça, tendo sido o autor da famosa cláusula sobre a jurisdição facultativa da Corte;

Que prestou sua colaboração à Organização Interamericana como Presidente da Delegação do Brasil à Conferência de Havana, em 1928, e como Presidente, por vários anos, do Comitê Jurídico Interamericano;

Que como jurista, o Doutor Fernandes é autor de obras muito importantes;

Que o Doutor Fernandes, em sua gloriosa idade, desfruta o respeito e a admiração gerais, resolve:

Prestar uma homenagem especial ao Doutor Raul Fernandes, eminente representante da inteligência brasileira."

Na mesma palestra com amigos disse ainda, Raul Fernandes, referindo-se a idéia que teve de reunir em livro alguns de seus trabalhos, algumas das suas magníficas conferências.

"Falei com o editor, em São Paulo, através de um amigo, Gonçalo de Carvalho. Faltava um prefácio para o volume e o Gonçalo, muito gentil, enviou o original para o Francisco Campos prefaciá-lo. Quando o trabalho estava pronto, morri de vergonha. Havia tantos elogios que desisti."

Ora, Sr. Presidente, quem tanta vergonha teve de receber e publicar elogios de um Francisco Campos, outra glória da cultura nacional, não pode impedir que Gilberto Amado, brasileiro, fixasse para a história também luzes das letras jurídicas este lapidário julgamento, este merecido elogio:

"... se há um documento do Brasil em que uma energia se

aquece e atinge o máximo do seu poder a serviço de uma causa, este é a carta que o Embaixador Raul Fernandes mandou ao representante norte-americano, Elihu Root. O sistema de votação proposto por Root, em Haia, entre as grandes potências o domínio da Corte, mas o jovem advogado fluminense, numa atuação histórica, derrubou a proposta."

Esta, o aspecto autenticamente humano de Raul Fernandes: muito simplicidade, muita modéstia, mas uma grande bravura em defesa dos pequenos homens ou povos, de quem soube ser, durante toda a vida, um valente advogado.

Um homem assim, que ao cultivar o Direito mergulhava nos problemas sociais e políticos sempre refletidos nas ciências jurídicas, teria necessariamente de se interessar pela política. E se interessou. Mas a sua atuação nesse setor tinha de ser diferente da comum. Porque Raul Fernandes tinha da política uma concepção aristotélica — via nela a arte de dirigir, de orientar, de construir sem demagogia, com a finalidade exclusiva do bem do povo. Foi dentro dessa compreensão que atuou, primeiro, na Assembleia do Estado do Rio, depois na Câmara dos Deputados e, ainda uma vez, na Constituinte e na Câmara dos Deputados, como líder, sempre de forma destacada, brilhante e respeitada.

Foi com essa mesma elevação e indiscutível autoridade que exerceu, por duas vezes, as importantes funções de Ministro das Relações Exteriores.

Foi, porém, como jurista que Raul Fernandes desenvolveu mais longamente sua atividade. Primeiro, em sua banca de advogado, de boa clientela, que ainda hoje continua ativo; depois, na formulação de teses e princípios que haveriam de situá-lo como um dos maiores juristas pátrios; e, finalmente, como internacionalista, impondo-se no conceito mundial como uma autoridade respeitada.

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1898, recebeu em 1952, dessa mesma Faculdade, o título de Doutor *Honoris Causa*, título conferido apenas a Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua e Mendes Pimentel.

De cultura polimorfa e profunda, Raul Fernandes manifestou, contudo, e talvez subconscientemente, na sua atuação, acentuada preferência pelo campo do Direito Internacional.

E' que, malgrado o seu aparente cepticismo, ele talvez tenha guardado no fundo de si mesmo o anseio por um mundo mais igual, mais justo e melhor objetivo de que aquele ramo do Direito é um preciso instrumento.

Foi no campo do Direito Internacional que conquistou ele sua maior vitória ao ver adotada sua redação do art. 36 do Estatuto da Corte de Justiça de Haia pelas grandes potências, que anteriormente a essa redação se opunham. O advogado que se apaixonava pelas causas de seus clientes transformou-se no Conclave das Nações no intérprete intemerato e itimorato dos povos fracos.

A obra do eminente patricio nessa esfera de atividade foi gigantesca. Em missões e cargos da maior importância, jamais deixou de bater-se pelos princípios da igualdade e da Justiça, tendo obtido êxitos que o consagraram e que honram o Brasil.

Como delegado plenipotenciário à Conferência de Paz em 1919; como delegado nas Assembléias da Liga das Nações, reunidas em 20, 21, 24 e 25, como membro do Comitê encarregado de organizar o Estatuto Permanente da Justiça Internacional; como embaixador em Bruxelas, em 1926; como chefe da Delegação do Brasil à VI Conferência Internacional Americana, reunida em Havana, em 1928, como delegado do Brasil à Conferência da Paz, em 1946; como chefe da Delegação do Brasil à Conferência Interamericana para Manutenção da

Paz e da Segurança no Continente e Presidente dessa Conferência, em 1947; e como chefe da Delegação do Brasil à III Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Paris, em 1948, Raul Fernandes sempre se firmou um espírito voltado para a paz, para a democracia e para o progresso, defendendo teorias e sistemas que visassem a soluções altas e justas para os problemas em debate.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Dá licença V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer!

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. está acentuando com muita propriedade as qualidades que fazem do Sr. Raul Fernandes um dos expoentes da inteligência e da cultura brasileira, e, no plano internacional, um dos nossos homens representativos em todos os tempos.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito grato, nobre Senador Aloysio de Carvalho, pelo aparte de V. Exa., que vem enriquecer, de muito, minha singela oração.

Sr. Presidente, essas idéias, ircoas e generosas, ele não somente as defendeu e propagou em seus discursos e conferências, mas procurou vivê-las, ele próprio, nesse seu quase centenário de existência útil e proba. Por isso por ter sido assim tão fiel a si mesmo, é que dele disse a grande escritora Rachel de Queiroz:

"o importante não é completar noventa anos; o importante mesmo é ser Raul Fernandes, com nove, com dezenove ou com noventa, porque idade todo mundo alcança ou pode alcançar; é um puro problema de duração; mas ser ele, ser essa pessoa e não outra, nisso é que está o mistério."

Raul Fernandes, Sr. Presidente, sempre foi Raul Fernandes, e porque foi sempre igual, porque foi sempre um defensor das causas nobres e justas, porque foi sempre um idealista a serviço de sua gente e da Humanidade, porque foi sempre grande é que, ao completar noventa anos, que desejamos sejam os primeiros noventa anos de sua existência, aqui lhe prestamos essa singela homenagem.

Que os homens de seu tempo saibam respeitá-lo e ser-lhe gratos pelo muito que ele fez pelo Brasil! Que os moços de hoje vejam nele um exemplo a seguir! Porque Raul Fernandes é, realmente, um homem representativo.

Representa o Brasil eterno, já que as Pátrias se eternizam nos vultos e na obra de seus grandes filhos. (*Muito bem. Muito bem.*) (*Palmas*).

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Tem a palavra o Senador Vasconcelos Torres, para encaminhar a votação.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

(*Para encaminhar a votação*) (*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, a Bancada do Estado do Rio, nesta Casa, por minha iniciativa, requereu a inserção na ata dos nossos trabalhos de um voto de congratulações com o Chanceler Raul Fernandes, ao ensejo da data comemorativa do seu aniversário natalício.

Já agora a homenagem não tem apenas um cunho fluminense porque foi o eminente Líder da Maioria, nesta Casa, Senador Filinto Müller, que deu à efeméride sentido nacional.

O nobre representante de Mato Grosso fez, com rara felicidade, um perfil biográfico daquele que prestou inestimáveis serviços ao País, nos diferentes setores de atividade em que foi chamado a colaborar.

Chanceler, por duas vezes, ao tempo do Presidente Eurico Gaspar Dutra e na gestão do Presidente João Café

Filho, mestre de Direito, particularmente de Direito Internacional, representante do Brasil nas duas conferências de paz, político militante, escritor primoroso, este homem recebe, na data de hoje, a consagração que merecem os grandes filhos deste País.

Quero, neste instante, ressaltar a altitude do Sr. Magalhães Pinto, que avocou a comemoração do 90º aniversário do Chanceler Raul Fernandes.

Durante uma Semana o Itamaraty reviverá a época gloriosa em que por ali passou Raul Fernandes, o admirável filho da velha província. Nasceu no Centro-Sul do Estado, no município de Valença, fez o seu curso primário em Vassouras. Convivendo com os fluminenses, todos os instantes do progresso da nossa terra, foi repetidas vezes advogado dos nossos interesses, nos altos escalões da República.

Sua vida é impressionantemente bela. E o que há, talvez, de mais belo, em sua biografia é a modestia, o quase — diria eu — acanhamento. Este grande brasileiro alcançou muitas glórias em todo o mundo. Na Liga das Nações teve — como acaba de apontar o Senador Filinto Müller entre as muitas vitórias, a coragem de interpor os países poderosos, conseguindo fossem aceitos e devidamente justificados pontos de vistas dos países menores na representação das Assembléias Mundiais.

No Itamaraty, cujos desvãos tanto conheço, cujo subterrâneo tenho cuidadosamente procurado devassar, a passagem de Raul Fernandes representou um verdadeiro marco. Jamais permitiu que uma carta, uma nota ou mesmo um comunicado oficial fosse redigido por qualquer um dos seus auxiliares. Talento, culto, profundo conhecedor do nosso idioma e das responsabilidades que o atrelavam a aquele posto, ele mesmo, do próprio punho, com maravilhoso espírito de síntese, uma das marcas da sua personalidade, dava a conhecer ao mundo o pensamento do Governo em matéria de política internacional.

Seu pai pertenceu ao Senado da República. Deputado Federal, redigiu a Constituição de 1933. Coube a Sua Excelência essa missão dada os seus conhecimentos literários e jurídicos, que sempre cultivou, e que fizeram-no um príncipe em estilo, nos seus discursos, nas suas conferências, nas suas aulas e nas informações que marcaram a sua passagem pela vida pública.

Sr. Presidente, o Estado do Rio de Janeiro muito se orgulha em possuir este grande filho. As comemorações às quais o Senado empresta a sua solidariedade, de vez que o Presidente Moura Andrade designou uma comissão para representar a nossa Casa em todos os atos que terão lugar, a partir de hoje.

Esta homenagem, Sr. Presidente, faz jus às manifestações de afeto pelo muito que fez pela nacionalidade e pelo exemplo que, inegavelmente, representa a vida deste homem público, exemplo digno de ser imitado pelas novas gerações.

Político militante, o Estado do Rio deve-lhe uma soma imensa de serviços, em missões das mais importantes para o interesse da terra natal.

As palavras do eminente líder da minha Bancada, formuladas de forma tão precisa e tão brilhante na homenagem à figura de Raul Fernandes, em nome de meus correligionários, devo-lhe endereçar um muito obrigado.

Estamos certos de que o Senado atenderá à convocação que fez, neste instante, V. Ex.<sup>a</sup>, ao anunciar o requerimento da Bancada fluminense para inserção — e só o merecem Senhor Presidente, os grandes homens desta República — de um voto de congratulações com o eminente aniversariante.

Sobretudo desejo assinalar, nestas rápidas palavras, o Estado do Rio orgulha-se de ter dado ao Brasil uma figura do porte de Raul Fernandes. E nós, como fluminenses, sentimos nos envidados de ver que essa homenagem transcendeu do âmbito em que ele nasceu, para abranger todo o Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Requerimento de congratulações pelo 90º aniversário do eminente brasileiro Raul Fernandes, justificado da tribuna, pelos nobres Senadores Filinto Müller e Vasconcelos Torres, é deferido pela Presidência. Será feita a transcrição do voto, de congratulações e a comunicação devida.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama). Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levy, por cessão do Sr. Senador Josephat Marinho.

#### O SR. EDMUNDO LEVY:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, e Srs. Senadores, de conformidade com o Decreto-lei número 283, deste ano, configurou-se a Zona Franca de Manaus, como um dos marcos iniciais da arrancada para a consolidação da Amazônia Ocidental. Mal entrou em vigor tal diploma legal e aqueles que não compreendem uma Amazônia livre e desenvolvida conseguiram, sub-repticiamente, no bojo de um novo decreto-lei, a eliminação da conquista principal, que se atingira através do primeiro dos diplomas citados. Entretanto, o Senhor Presidente da República, sinceramente interessado em que a Amazônia se desenvolva em harmonia com todo o País, "sponte sua", segundo declarações que prestou à bancada da Amazônia, que compareceu para reclamar contra o que acontecera, determinou a revogação daquele dispositivo que anularia todos os benefícios consequentes da Zona Franca de Manaus.

Mas não se dá am por vencidos os inimigos do Amazonas. Agora, estou recebendo de Manaus, por telefonemas, cartas e telegramas denúncia de que outro golpe se arma contra a Zona Franca de Manaus.

Segundo informações transmitidas de Manaus, prepara-se nos subterrâneos de certo Ministério um decreto-lei que tem como escopo anular todas as vantagens contidas nos arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 38, 39, 41 e 42 do decreto-lei que criou a Zona Franca de Manaus.

O Sr. Governador do Estado em telegrama que acabo de receber, transmite-me o teor do despacho que enviou ao Chefe do Executivo, pedindo a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> para a turma que se arma contra uma tão pequena conquista do Amazonas. É o seguinte o expediente dirigido pelo Sr. Governador do Estado ao Exmo. Senhor Presidente da República. (Lê.)

"GE-703 — 19-10-67 — Apresento-me transcrever para conhecimento de Vossa Excelência, telegrama que acabo de receber do Senhor Presidente da República, do teor seguinte: "O Governo do Estado do Amazonas permite-se a voltar à presença de Vossa Excelência para mais uma vez tratar do assunto referente a Zona Franca de Manaus. E que quando acaba de chegar a meu conhecimento nova tentativa está sendo feita no sentido de anular as vantagens da referida Zona Franca, oriunda, tal tentativa, como sempre, de grupos interessados em manter a Amazônia Ocidental em situação de subdesenvolvimento da qual o patriótico governo de Vos-

sa Excelência está querendo arrancá-la. Ao que se apurou, essa nova tentativa deverá se concretizar tal qual aconteceu anteriormente através subreptícia inclusão, em decreto-lei a ser apresentado a Vossa Excelência, de dispositivo que anula as vantagens da Zona Franca. Face ao exposto e porque o Governo e o povo do Amazonas continuam acreditando firmemente na palavra empenhada pelo ilustre Chefe da Nação, de que a Zona Franca de Manaus é conquista irreversível do extremo norte do País, venho encarecer toda a atenção de Vossa Excelência no sentido de não permitir seja novamente posta em dúvida a situação da aludida Zona Franca, a fim de evitar que se repita o episódio anterior de revogação dos seus favores fiscais que perturbou grandemente as relações comerciais entre Manaus e os centros produtores do Sul do País, perturbação que ainda hoje se faz sentir. Dada essa circunstância, fácil é avaliar as prejudiciais consequências que adviriam de uma nova investida contra a Zona Franca de Manaus. Na expectativa de que Vossa Excelência continuará a defender intransigentemente esse organismo, dentro de seu programa de desenvolvimento do extremo norte do país, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de mais elevado apreço e distinguida consideração." Atenciosas saudações. — Danilo Duarte Mattos Areosa, Governador do Estado do Amazonas.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as inquietações e os prejuízos que atitudes dessa natureza conduzem, trazem e provocam no desenvolvimento do Amazonas, criando a intranquilidade, a desconfiança, a insegurança num organismo que, ainda caminha os seus primeiros passos no sentido de dar algo de firme ao Amazonas.

Dessa tribuna, transformando-me em eco dos temores do povo da minha terra, quero alertar o Sr. Presidente da República, para que continue vigilante, a fim de que aqueles que se embuam sob o prestígio de seu Governo não consigam levar avante mais esse golpe contra o Amazonas. (Muito bem. Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador João Cleofas, por cessão do nobre Senador Eurico Rezende.

O SENHOR SENADOR JOÃO CLEOFAS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

#### COMPARECEM MAIS OS SENADORES:

José Guimard.  
Evario Brião.  
Annur Virgílio.  
Milton Trindade.  
Moura Palha.  
Victorino Freire.  
Petrônio Fortes.  
Wilson Gonçalves.  
Dinarte Mariz.  
Demício Goulam.  
José Lúcio.  
Teotônio Vilela.  
Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
Pedro Ludovico.  
Ney Braga.  
Celso Ramos.  
Antônio Carlos.  
Atílio Fontana.

Guido Mondin.  
Daniel Krieger — 23.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Presentes 41 Srs. Senadores, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1º:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 108, de 1967 (nº 583-B-67, 1.ª Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública, tendo parecer favorável, sob nº 721, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão foi encerrada na sessão de ontem.

Em votação o projeto. (Pausa.) Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 108, DE 1967

(Nº 583-B-67, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item II do parágrafo único do art. 163 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"III — contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista."

Art. 2º É acrescentado ao art. 180 do Código Penal o seguinte parágrafo:

"§ 4º No caso dos bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, adquiridos dolosamente:

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos, do maior vigente no País."

Art. 3º É acrescentado no art. 265 do Código Penal o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços."

Art. 4º A presente lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2º:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 33 de 1967, de autoria do Senhor Senador Mário Martins, que dispõe sobre a ocupação de prédios da União por servidores públicos federais e das outras providências, tendo pareceres, sob nºs 691, 698, 699 e 703, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, soliciando tramitação conjunta com os nºs 37, 43 e 44 de 1967, nos termos do substitutivo que oferece; de Serviço Público Civil, pela aprovação do substitutivo da CCJ; do Distrito Federal, favorável ao substitutivo da CCJ; e de Finanças, favorável ao substitutivo da CCJ.

Na sessão de 11 de agosto do corrente ano foi aprovado requerimento, de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 33, 37, 43 e 44 de 1967, por versarem, todos eles, matérias correlatas (art. 255 do Regimento Interno).

Ao Projeto de Lei nº 33-67 a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu substitutivo integral.

As Comissões de Serviço Público Civil, Distrito Federal e Finanças pronunciaram-se favoravelmente ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O § 3º do art. 166 do Regimento Interno dispõe:

"Quando, na mesma Ordem do Dia, figurem proposições regulando a mesma matéria ou matérias correlatas (art. 255), a proposição preferida pela Comissão competente para o estudo do seu mérito antecederá as demais, de maneira que o pronunciamento do Plenário sobre aquela prejudique estas."

A discussão da matéria foi necerada na sessão de ontem. Vamos, assim, passar de imediato a votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

Em votação o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Ficam, assim, prejudicados os demais projetos, indo a matéria à Comissão de Regulação para redigir o vencido para o próximo turno.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1 (CCJ)

Art. 1º O art. da Lei nº 5.235, de 5 de maio de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica assegurado a todos os servidores públicos, federais ou autárquicos, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, bem como, na hipótese de sua morte, ao cônjuge sobrevivente ou seus filhos em dependência econômica, o direito de continuar na ocupação de próprio da União autárquica e demais entidades paraestatais, que detinham em razão do exercício da função, desde que manifestem, no prazo de 60 dias, contados na data do óbito, aposentadoria, ou disponibilidade, o desejo de prosseguir na ocupação."

Art. 2º Ficam amparados pela presente lei os que ainda se encontram na posse desses imóveis, apesar da aposentadoria, disponibilidade ou da morte do servidor ter ocorrido antes da vigência desta lei.

Art. 3º Ficam amparados pela presente lei os que ainda se encontram na posse desses imóveis, apesar da aposentadoria, disponibilidade ou da morte do servidor ter ocorrido antes da vigência desta lei.

Art. 3º Os imóveis residenciais da União, alugados a funcionários públicos civis, que puderem ser reassimbrados, poderão ser alçados pela União aos respectivos lotatários, cuja situação esteja regularizada no Serviço do Patrimônio da União, ou por morte destes com seus sucessores, independentemente de concorrência pública, por prazo não inferior ao respectivo valor atualizado, a ser fixado pelo Serviço do Patrimônio da União.

§ 1º É concedido o prazo de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta lei, para que os que se julgarem com direito aos favores por ela concedidos, apresentem seus requerimentos.

§ 2º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a fazer o levantamento dos imóveis compreendidos

na especificação deste artigo e providenciar a efetivação da alienação, que observará o disposto no art. 1144 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 9.760, de 5-9-46.

§ 3º Não poderão ser incluídos no levantamento objeto do parágrafo anterior os imóveis destinados a residência em "caráter obrigatório", os localizados em zona militar e aqueles considerados, pela autoridade sob cuja jurisdição estejam, como indispensáveis ao serviço público, ou de entidade autárquica ou Sociedade de Economia Mista proprietária.

Art. 4º São terão direito aos benefícios desta lei os ocupantes que não forem proprietários, promitentes-compradores oucessionários de outro imóvel residencial na localidade, exceção feita aqueles que só possuam um e inadequado, em razão de sua área útil, a sua moradia e de seus dependentes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São os seguintes os projetos considerados prejudicados:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 1967

Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais, e as outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado a todos os servidores públicos federais e autárquicos, que foram ou vierem a ser transferidos compulsoriamente para Brasília, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, bem como, na hipótese de sua morte, ao cônjuge sobrevivente ou seus filhos em dependência econômica, o direito de continuar a ocupação do próprio da União, Autárquica e demais entidades paraestatais que detinham em razão do exercício da função.

Art. 2º Ficam amparados pela presente lei os que ainda se encontram na posse desses imóveis, apesar da aposentadoria, disponibilidade ou da morte do servidor ter ocorrido antes da vigência desta lei.

Art. 3º Ficam amparados pela presente lei os que ainda se encontram na posse desses imóveis, apesar da aposentadoria, disponibilidade ou da morte do servidor ter ocorrido antes da vigência desta lei.

Art. 3º Os imóveis residenciais da União, alugados a funcionários públicos civis, que puderem ser reassimbrados, poderão ser alçados pela União aos respectivos lotatários, cuja situação esteja regularizada no Serviço do Patrimônio da União, ou por morte destes com seus sucessores, independentemente de concorrência pública, por prazo não inferior ao respectivo valor atualizado, a ser fixado pelo Serviço do Patrimônio da União.

§ 1º É concedido o prazo de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta lei, para que os que se julgarem com direito aos favores por ela concedidos, apresentem seus requerimentos.

§ 2º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a fazer o levantamento dos imóveis compreendidos

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1967

Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 5.235, de 5 de maio de 1967, e das outras providências.

O art. 1º da Lei nº 5.235, passa a ter a seguinte redação:

"Fica assegurado a todos os servidores públicos, federais, ou autárquicos, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, bem como, na hipótese de sua morte, ao cônjuge sobrevivente ou seus filhos em dependência econômica, o direito de continuar na ocupação de próprio da União, autárquica e demais entidades paraestatais, que detinham em razão do exercício da função, desde que manifestem, no prazo de 30 dias, contados da data do óbito, ou da aposentadoria, o desejo de prosseguir na ocupação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com emprêgo do produto das vendas na construção de novas moradias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a vender, aos seus atuais ocupantes, as casas administradas pela Companhia Siderúrgica Nacional, situadas em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único — O produto das vendas referidas neste artigo, que poderão ser parceladas, será utilizado, exclusivamente, na construção de novas unidades habitacionais.

Art. 2º Dentro de 90 dias, contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua regulamentação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km 47, com emprêgo do produto das vendas na construção de novas moradias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a vender, aos seus atuais ocupantes, as casas administradas pela Universidade Rural — Ministério da Agricultura, situadas no km 47 da rodovia — Rio — São Paulo.

Parágrafo único — O produto das vendas referidas neste artigo, que poderão ser parceladas, será utilizado, exclusivamente, na construção de novas unidades habitacionais.

Art. 2º Dentro de 90 dias, contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará os atos necessários à sua regulamentação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 3º:

Discutão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de Origem), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem, tendo Parecer favorável sob número 633, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Há emenda do nobre Senador Dinarte Mariz. Será lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida a seguinte:

#### EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 107, DE 1967

(Nº 202-D-67, na Casa de Origem)

Redija-se assim:

Dispõe sobre a inscrição, como estagiário, na Ordem dos Advogados do Brasil, e dispensa de provas teóricas e de Exame de Ordem.

Art. 1º Aos alunos das Faculdades de Direito oficiais ou fiscalizadas pelo Governo Federal, matriculados ou que venham a matricular-se até o ano letivo de 1968, nas 4ª e 5ª séries do curso de Direito, é assegurada a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, na categoria de estagiário, dispensados de quaisquer provas teóricas e de Exame de Ordem para ulterior admissão no quadro de advogados.

Art. 2º O estágio da advocacia terá caráter eminentemente prático, de aprendizado profissional, excluídas provas teóricas de qualquer natureza.

Art. 3º Os estagiários a que se refere o art. 1º desta lei devem comprovar, a partir do ano de 1968, a frequência a cursos de orientação do estágio, na própria Faculdade ou perante a Ordem dos Advogados do Brasil, e o comparecimento a audiências e, onde houver, a salas de audiências e tribunais, no mínimo estabelecido em provimento do Conselho Federal da Ordem.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — Dinarte Mariz.

#### Justificação

O Projeto de Lei da Câmara número 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de Origem) dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem.

Teve a seguinte justificação, pelo seu ilustre autor, o Deputado José Bonifácio:

"1. Os terceiranistas da Faculdade de Direito dirigiram-se a esta Casa para obter a apresentação e aprovação do projeto de lei, que visasse aos fins a que se refere o projeto e que ora se oferece ao exame da Câmara.

2. Argumentavam os estudantes que a Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, (Estatuto dos Advogados), no mesmo tempo que exige para inscrição na Ordem dos Advogados, um estágio profissional de dois anos ou um exame de habilitação, extinguiu a categoria de solicitador-econômico, na qual podiam inscrever-se, pela legislação anterior, os alunos da 4ª e 5ª séries das escolas de Direito.

3. Pelo art. 151, da citada lei, durante três anos a partir da vigência dela, foi dispensada, para inscrição na Ordem a exigência do estágio profissional ou do exame de habilitação.

4. No entanto, no parágrafo único do mesmo artigo, permitiu a lei que, nos dois primeiros anos de sua vigência, se fizesse, excepcionalmente, a inscrição na Ordem como solicitador-econômico dos que comprovarem estar matriculados na 4ª ou 5ª séries das Faculdades de Direito.

5. Essa diversidade de prazo, de três para dois anos, entre a vigência da obrigatoriedade do estágio e exame e o de extinção da categoria de solicitador acadêmico, veio a atingir exatamente os alunos que no ano letivo de 1963, foram promovidos à 4ª série do curso de Direito. Se a lei tivesse dado igual tratamento nos dois casos, aqueles alunos teriam o direito a inscrição no quadro de solicitador acadêmico.

6. O projeto repara essa injustiça, e renova a proposta de igual natureza, aprovada e vetada na legislatura anterior (Projeto número 3.649-63)."

A matéria já foi resolvida, com fundamento nessa mesma argumentação, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dentro da sua competência de baixar Provimentos para a execução do Estatuto do Advogado e dos objetivos da Ordem, ou relativos a matérias de interesse profissional (art. 13, inciso IX, da Lei nº 4.215, de 27-4-1963), pela seguinte maneira:

Provimento, nº 17, de 5-8-1965: "Art. 1º Para o fim de compatibilizar a norma de direito intertemporal do Estatuto da O. A. B., que estabelece a facul-



dade do estágio e do exame de Ordem por três anos consecutivos, com as regras que asseguram direito aos alunos do 4º e do 5º anos das Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas, entende-se estendendo até o fim do ano de 1965 o prazo para inscrição, em caráter excepcional, como solicitador acadêmico, aos que comprovarem aquela condição.

Art. 2º Os solicitadores acadêmicos têm os mesmos deveres e direitos atribuídos pelo Estatuto aos estagiários, dispensados, porém, em face da sua natureza transitória e excepcional, da prestação de exame de estágio e do exame de Ordem.

Provimento nº 24, de 14 de dezembro de 1965:

Art. 1º Aplica-se aos atuais concluintes do 3º ano dos cursos das Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas o disposto nos artigos 1º e 2º do Provimento número 17, de 5 de agosto de 1965, entendendo-se estendendo até o fim do ano de 1966, aos que comprovarem aquela condição, o prazo para inscrição como solicitador acadêmico.

Provimento nº 32, de 15-9-1967:

Art. 1º Fica adiada para o ano escolar de 1968 a obrigatoriedade da instalação dos cursos de estágio profissional da advocacia, disciplinados pelo Provimento número 18, de 5-8-1965.

Art. 2º Os Presidentes das Seções expedirão carteiras de estagiários aos atuais estudantes do 4º ano dos cursos jurídicos mantidos pela União ou sob fiscalização do Governo Federal que requererem, independentemente da expedição da carta e da prova de estarem matriculados em curso de estágio profissional.

Art. 3º Aos atuais estudantes do 4º ano dos cursos jurídicos aos quais fora expedida carteira de solicitadores-acadêmicos fica atribuída a qualidade de estagiários, que será anotada nas carteiras respectivas, mediante simples apresentação à Secretaria da Seção.

Art. 4º As Seções que ainda dispuserem de carteiras de solicitadores-acadêmicos poderão aproveitá-las para os que se inscreverem nos termos deste Provimento, desde que façam constar delas a sua qualidade de estagiários.

Art. 5º Os estagiários inscritos de acordo com este Provimento ficam obrigados a provar e fazer constar na carteira respectiva a matrícula no início do ano escolar de 1968, em curso de estágio profissional reconhecido pela Ordem.

Art. 6º As Seções ficam obrigadas a diligenciar a implantação de cursos de estágio, de maneira que estes passem a funcionar efetiva e inadiavelmente no começo do ano letivo de 1968, sob sua própria responsabilidade ou mediante convenção com Faculdades de Direito da União ou sob fiscalização do Governo Federal, ou por simples registro dos mesmos cursos na forma do disposto no art. 2º § 1º do Provimento nº 18, de 5 de agosto de 1965.

Parágrafo único. Sobre as providências tomadas para cumprimento do disposto neste artigo devem as Seções apresentar relatório ao Conselho Federal até o dia 31 de dezembro de 1967.

Art. 7º O curso de estágio para os atuais alunos do 4º ano dos cursos jurídicos, a ser ministrado no ano escolar de 1968, será resumido, cabendo aos professores ministrar o essencial da matéria contida nos programas, observado critério eminentemente prático,

excluídas provas teóricas de qualquer natureza.

Art. 8º O programa editado pelo Provimento nº 22, de 18-11-1955, é um programa mínimo, sendo permitido às Seções ou às Faculdades de Direito estendê-lo, contanto que não lhe retirem, na extensão, o sentido prático de aprendizagem que o inspirou.

3. Como se vê, desapareceram as razões que deram lugar ao pleito dos estudantes endereçado ao ilustre deputado José Bonifácio, permanecendo, porém, certa confusão no tratamento da matéria, pelo fato de se haver procurado, resuscitar, em caráter excepcional, como diz o parágrafo único do art. 151 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1933, a categoria de solicitador-acadêmico, extinta por essa lei para dar lugar à categoria que a substitui, de estagiários.

4. Não é necessário encarecer a vantagem do estágio profissional da advocacia, isto é, da prática forense como meio de preparar o advogado, distinguindo-o do simples barbael em direito. O Estatuto do Advogado (citada lei 4.215, de 27-4-1933), seguindo o exemplo das nações civilizadas do Ocidente, citadas na Exposição de Motivos que encaminhou o projeto que se transformou depois naquela lei (Inglaterra, França, Portugal, Estados Unidos) instituiu cursos de orientação do estágio a serem ministrados nas próprias Faculdades ou pela Ordem, para o fim de orientar os estudantes, dentro do próprio curso de direito, no aprendizado profissional necessário. Tais cursos, infelizmente, foram implantados em poucas Faculdades, até o corrente exercício, o que deu lugar a que a Ordem, no uso das atribuições que a lei lhe conferiu, adiasse a exigência do estágio aos alunos das 4ª e 5ª séries dos cursos de direito durante o corrente ano de 1967, a determinação que no ano de 1968, esse curso fosse resumido, pela impossibilidade de dar, num só exercício escolar, a prática que deveria ser desenvolvida em dois anos.

5. Recentemente o Seminário de Ensino Jurídico, realizada na cidade do Rio de Janeiro sob os auspícios do Instituto dos Advogados Brasileiros de 7 a 10 de agosto de 1967, reunindo Diretores e professores de Faculdades de Direito — depois de debates os problemas relativos a deficiência do ensino jurídico no Brasil propondo a sustentação da criação de novas escolas, a cassação das autorizações dadas a determinadas Faculdades, o enriquecimento dos currículos, a extensão do período diário de trabalho escolar e a modificação dos métodos de ensino — que "o estágio profissional é uma exigência legal que deve ser mantida, conforme se verifica das condições do Provimento nº 32, de 15 de setembro de 1967, atrás citado.

6. É preciso, porém, distinguir, na própria lei, o aprendizado a que o estágio profissional visa, do curso teórico de direito, acentuando o caráter eminentemente prático daquele sem a necessidade de provas teóricas de qualquer natureza.

A Ordem já o disse no seu citado Provimento nº 32, mas a matéria deve ser compendiada em lei, para evitar as dúvidas e complexidades que têm promovido o pleito dos estudantes nos últimos anos, junto ao Congresso e para a defesa do próprio instituto do estágio, indispensável à formação profissional dos advogados.

7. Por essa mesma razão não se justifica que se chame mais solicitador-acadêmico ao estagiário, posto que a categoria de solicitadores foi extinta pelo Estatuto do Advogado (citada lei nº 4.215, de 27-4-1933 art. 153), não se adaptando a denominação de solicitador "mesmo com o grãndio da palavra "acadêmico" ao novo sistema de formação profissional dos ad-

vogados (arts. 49, 50 e 53 do Estatuto).

8. A emenda ora apresentada dispõe, ainda, que os estudantes matriculados até o ano letivo de 1938 nas 4ª e 5ª séries do curso de Direito, devem comprovar, a partir do referido ano de 1933 a frequência a cursos de orientação de estágio e o comparecimento a cartórios, audiências e, onde houver, a secretarias e tribunais, no mínimo estabelecido em provimentos do Conselho Federal da Ordem.

9. Pelo Provimento nº 33, de 4 de outubro de 1967, que revê e consolida as normas sobre o Estágio Profissional da Advocacia, o Conselho Federal da Ordem acaba de fixar, entre outras regras, as de que é obrigatória a frequência aos cursos de estágio não menos em 50% das atividades de cada ano escolar (art. 23), e de que o estagiário deve comparecer, em cada exercício anual, seis comparecimentos, no mínimo, a cartórios, audiências e onde houver, a secretarias e tribunais (art. 31).

10. Não se pode deixar de reconhecer, por conseguinte, que o estágio profissional está posto em bases práticas, que nada acrescentam ao esforço da atividade escolar dos estudantes senão o convívio com a prática do direito e com a vida forense, sem dúvida indispensável ao futuro tirocinista profissional.

11. O empenho da presente emenda é conciliar a pretensão dos atuais estudantes da 4ª e 5ª séries das Faculdades de Direito, pela falta de instalação dos cursos, orientação do estágio, com o objetivo do legislador, que é o mesmo da Ordem dos Advogados do Brasil, de assegurar aquela definitiva implantação em 1968, como meio de melhorar o ensino do direito, acrescentando-lhe o aprendizado profissional da advocacia.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — Dinarte Mariz.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. O projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça para que a mesma se pronuncie sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência esclarece, ainda, que determina a anexação, ao presente Projeto, dos ofícios recebidos da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados de São Paulo, a fim de que deles tome conhecimento a douta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 917, de 1967, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando seja feita a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo de autoria do Senhor Paulo de Castro, sob o título "Revolução e os Judeus", publicado no "Correio da Manhã".

A Presidência retira a matéria da Ordem do Dia, para exame da Comissão de Justiça, nos termos do artigo 235 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Figueira. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBERBERG:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Sr. Senadores, a imprensa do País, nas primeiras semanas deste mês, noticiou — e muitos jornais continuam noticiando — o desentendimento havido entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Governo do Estado do Espírito Santo, com relação à velha questão de limites.

Falaram em invasão, em movimentação de forças, em quebra de compromisso por parte do Espírito Santo, de um acordo julgado pelo Governo de Minas Gerais, como jurídico, perfeito e acabado. Enfim, cada jornal pintou o assunto com as tintas que bem entendeu.

Recebi, entretanto, ontem, a cópia de um telegrama que o Sr. Governador do Espírito Santo passou ao Sr. Governador de Minas Gerais, colocando o assunto na sua verdadeira posição. Achei de meu dever trazer este documento ao conhecimento do Senado da República e da Nação, a fim de que as coisas fiquem em seus devidos lugares.

É um documento oficial, acompanhado de um ofício a mim dirigido, que diz o seguinte:

Senador Carlos Lindenberg

Com respeito aos fatos relacionados com o provimento do cartório de Limeira, dirigi ao Governador Israel Pinheiro o telegrama cuja cópia estou anexando, para seu conhecimento.

O telegrama está assim redigido:

"Governador Israel Pinheiro

Como prometido em nosso contato telefônico, presto ao eminente Governador necessários esclarecimentos respeito instalação Cartório território alegada jurisdição Mantena. Toda questão resulta tese juridicamente correta Egrégio Tribunal Justiça meu Estado que não reconhece eficácia acordo firmado entre Governador Espírito Santo e Minas Gerais em torno limites. Em reiteradas decisões, Egrégio Tribunal Justiça entende que referido acordo não poderia ter sido assinado, muito menos posto execução, porque violador disposição constitucional vigente que fixava limites segundo linha Laudo Geográfico Exército. Logo, sem que tal preceito constitucional fosse alterado e sem que fossem observadas disposições da Constituição Federal que condicionava alterações territoriais Estados ao pronunciamento plebiscitário e aprovação Congresso Nacional, entende Egrégio Tribunal nenhum acordo limites pode ser considerado válido. Ainda mais, referido acordo limites não foi aprovado pela Assembléia Legislativa este Estado, tendo Chefe do Poder Executivo aquela ocasião invocado aplicação preceitos que consideravam automaticamente aprovadas matérias dentro prazo 45 (quarenta e cinco) dias e promulgado lei estabelecendo nossos limites Espírito Santo segundo linha fixada mencionado acordo. A esses argumentos jurídicos junta-se manet-



ra conclusiva e irresponsível disposição vigente Constituição Estadual, recentemente votada e promulgada, desconhecendo acordo e reafirmando artigo 2º que territorialmente Estado e da antiga província do Espírito Santo, com limites lhe são assegurados documentos históricos e Laudo do Serviço Geográfico do Exército. Devo confessar perflho por inteiro tal entendimento Egrégia Corte deste Estado. Arrimados essas teses, o Tribunal de Justiça propôs e não tive dúvida em nomear titular do registro Civil do Distrito de Limeira, Comarca Mantenedora, tendo o Juiz de Direito promovido a reinstalação do respectivo Cartório. Ressalte-se, em nome do Governador, que não se discute se a linha divisória proposta em acordo é boa ou não. Existe, apenas, entendimentos contrários à eficácia do protocolo assinado. Porque a questão está posta simplesmente no terreno da divergência jurídica, porque o Governo do Espírito Santo deseja tranqüilidade na região a fim de obter-se solução definitiva na momentosa questão, sugiro vossa presença determine a devolução de livros e demais documentos de cartório apreendido pela polícia desse Estado, enquanto, de minha parte, determinarei sobrestar qualquer ato instalação ou funcionamento do supra mencionado cartório. Sugiro ainda sejam iniciados entendimentos visando à solução definitiva e incontroversa da questão. É ocasião assaz propícia para o início de conversações ocorre oportunidade de visita a essa Capital, dia 9, ao eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Desembargador Crystalino de Abreu, a quem delegarei poderes para representar o Poder Executivo este Estado. Saudações. *Christiano Dias Lopes Filho*, Governador do Estado.

Vitória, 5 de outubro de 1967.

Por este documento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, verifica-se a posição exata da questão. Eu não tinha intenção de trazer a esta Casa qualquer discussão a respeito de limites nem quaisquer outras explicações, além destas em face do documento que o Sr. Governador teria enviado.

Entretanto, hoje, pela manhã, recebi um recorte do *Luz Jornal* em que deparo com uma entrevista ou declaração, do Sr. Dr. Darcy Bessone. Lamentavelmente, em vários pontos, não só ele falseia a verdade como até, no meu entender, injúria e calúnia a memória de um homem já falecido. Diz o Sr. Dr. Darcy Bessone:

"A reabertura do problema foi feita, de tal maneira, que a solução, hoje, depende de reforma da nova Constituição do Espírito Santo, em que foi incluído um dispositivo considerando zona contestada ainda em litígio."

Ora, S. S. ou desconhece o problema — o que não pode ser, porque ele não só é o advogado de Minas Gerais como Procurador-Geral do Estado, e foi — ou ainda é — professor de Direito em várias faculdades.

Mas a verdade é que esse dispositivo constitucional está na nossa Constituição desde 1946, uma Constituição promulgada quando eu ainda era governador, e foi repetido na segunda Constituição, a aprovada no ano corrente.

Ora, na época em que essa Constituição vigorava, foi feito esse acordo, que considero espúrio, porque contrário à Constituição do Espírito Santo, que não foi modificada, e porque desrespeitara a Constituição Federal.

Mais adiante diz S. S.º:

"Embora a questão do Contestado não tenha nenhum poder de sensibilização em Minas, ela é forte motivo de excitação política no Espírito Santo, a ponto de o Governador Carlos Lindemberg, que era civil, ter-se fardado de coronel em 1949 para dar uma entrevista, cercado de mapas e de armas, expondo seu plano de invasão de Minas Gerais."

A invasão não foi feita, mas o Sr. Carlos Lindemberg garantiu sua eleição para Senador."

Ora, Srs. Senadores, lamento que um homem do gabarito do Sr. Darcy Bessone tenha afirmado inverdade dessa ordem.

Ele não mostrará, em nenhum lugar deste País, em qualquer revista ou particularmente — a não ser que S. S.º faça uma composição fotográfica, do que seria bastante capaz em face dessas declarações — que eu, como Governador do Estado ou como civil, como simples lavrador, tenha-me fardado para defender interesses do Estado. Eu seria incapaz de fazê-lo, principalmente para ganhar uma eleição.

A questão de limites, quando realmente houve a necessidade de o Espírito Santo pegar em armas para defender o seu território, foi em 1948, e a eleição foi em 1951. Ora, qual a influência que teria a questão de limites nessa eleição, questão essa que interessava diretamente apenas à parte norte do Espírito Santo?

De modo que deixo aqui o meu protesto e desafio o Sr. Darcy Bessone a trazer uma prova do que ele afirmou. Se ele provar isso eu renunciarei ao meu mandato de Senador da República.

Entendo que ele deveria defender melhor os interesses do Estado de Minas Gerais usando de outras maneiras que não essa de que lançou mão.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.º permite um aparte?

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer que sou de opinião que não se deve agitar mais a questão.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Eu também sou da mesma opinião, Sr. Senador.

O Sr. Eurico Rezende — Vou mais além. Penso que tudo devemos fazer para que se cumpra o acordo que foi feito, o qual tive a oportunidade de aplaudir nesta Casa, entendendo que ele não foi um pacto ideal para o Espírito Santo, mas foi uma solução boa para o País, em obsequio da unidade nacional e sobretudo para tranqüilidade das famílias lindeiras. Deveria ter sido muito mais desenvolvido do que foi. Mas minha experiência e observação de advogado sempre revelaram que esta questão se eternizaria. O Supremo Tribunal Federal deu implicitamente demonstrações, podemos dizer com a eloquência do seu silêncio, de que não desejava julgar a questão. No processo, havia um parecer do Procurador-Geral da República inteiramente contra o direito do Espírito Santo. Como advogado, realizei no meu espírito a impressão de que perderíamos a questão, se julgada pelo Supremo Tribunal Federal. E seria perdida nesse órgão, em virtude de decisão plenária, de modo irrecorrível. Fiquei, então, satisfeito com o acordo, embora não fosse o ideal.

E continuo mantendo-me nessa posição. Mas, no que diz respeito às declarações do Dr. Darcy Bessone com relação a V. Ex.º, devo dizer que ele está superavilantemente equivocado. Nunca vi V. Ex.º na campanha eleitoral para senador — e dou testemunho de antigo adversário de V. Ex.º — explorar a questão lindeira. No Governo se houve na defesa dos interesses de nosso Estado. Recordo-me

até que, em virtude de o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira ter traído a palavra empenhada em praça pública no Espírito Santo, dizendo que um dos primeiros atos do seu Governo seria resolver a questão de limites, lembro-me perfeitamente que V. Ex.º disse que, com seu partido, no seu partido ou contra seu partido, ficaria ao lado dos interesses do Espírito Santo conectados com a questão de limites. De modo que se equivocou o ilustre Professor Darcy Bessone, que foi um arguto advogado de Minas Gerais no episódio do Contestado. S. S.º não foi feliz ao fazer essa afirmativa e, por via de consequência, fica de um lado a palavra do Dr. Darcy Bessone e de outro lado, o testemunho unânime do povo capixaba, inclusive os adversários de V. Ex.º à época. Dai, ao dar este aparte, afirmar a V. Ex.º minha solidariedade diante dessa interpretação totalmente injusta e, por que não dizer também, desnecessária, porque V. Ex.º não é parte na questão.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Agradeço o aparte de V. Ex.º, Senador Eurico Rezende. O testemunho que V. Ex.º traz do meu procedimento em toda esta questão muito me honra e desvaneca, ainda porque V. Ex.º fala com completa isenção de ânimo, por ter sido meu adversário naquela época.

Quanto à validade ou não do acordo feito com Minas Gerais, entendo que não existe, porque não foram seguidos os princípios legais da Constituição. Se houvessem revogado aquele artigo da Constituição e nesta nova não houvesse sido incluído, ainda vá lá!... Mas não foi cumprido, isso nem foram seguidos os trâmites da Constituição da época.

Não sei qual a intenção do Sr. Governador do Espírito Santo, reabrindo a questão, mas acredito que seja justamente para encontrar uma fórmula em que se faça um acordo na verdade juridicamente válido.

Pelos estudos que realizei a respeito dessa questão de limites, cheguei a uma conclusão completamente diversa da que discute Minas Gerais, e é natural que isso aconteça porque eu fui rever mapas, e fala aqui o Dr. Darcy Bessone em documentos históricos e antigos. Mas ninguém ignora neste País, que a Capitania do Espírito Santo foi criada muito antes do que a Capitania de Minas Gerais. Como ia dizendo, revi mapas até 1722 — e eu tenho mapas de 1722 — quando não existia ainda a Capitania de Minas Gerais.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.º sabe que Brasília, por documentos históricos, pertence ao Espírito Santo.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — É bem possível.

O Sr. Eurico Rezende — Não! É certo.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — A Capitania foi formada com 50 léguas de costa e 50 léguas de fundo...

O Sr. Eurico Rezende — Até a Linha de Tordesilhas...

O SR. CARLOS LINDEMBERG — ... ou até onde fosse de sua conquista.

O Sr. Eurico Rezende — ... Brasília, historicamente, é território capixaba, por isso é que vai progredir bem.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Mais tarde é que se criou a Capitania de Minas Gerais e, em 1800, quando eram parentes o Governador de Minas e o do Espírito Santo, — dizem, que o Governador de Minas tinha interesses; era o Sr. Lorena, e o do Espírito Santo o Sr. Silva Pontes — havia um interesse de terras, e firmaram um acordo para que o limite fosse na Pedra do Souza, que também se chama Pedra do Lorena.

Mais tarde, em 1914, uma outra questão entre Minas e Espírito Santo, ao Sul do Rio Doce. E o Espírito San-

to que já tinha comarca, tudo instalado, perdeu na parte chamada de José Pedro, Município de Marechal Hermes. Havendo um Tribunal arbitral, o qual deu ganho de causa a Minas que, imediatamente, ocupou o Município de Marechal Hermes.

Mas na parte norte do Rio Doce esse Tribunal houve por bem traçar um limite, e declarou que

"ao norte do Rio Doce, partindo da Pedra do Souza, seguiria na direção do Rio Doce pela Serra do Souza ou dos Aimorés..."

O Sr. Eurico Rezende — Pela linha de cumeeada.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — ... ligados por linha reta a soluções de continuidade".

Isto o Dr. Darcy Bessone passa por cima, pois ele só falava em Serra do Souza, quando devia referir-se a Serra do Souza ou dos Aimorés, pela cumeeada. E todos os mapas até 1920, pelo menos, nenhum deles mostra os Rios São José, Barra Sêca, São Matheus, como nascendo no Espírito Santo, todos eles nascem fora da Serra dos Aimorés; todos nascem na Serra dos Aimorés percorrendo o Espírito Santo em toda a sua extensão. No novo mapa de Minas é que se apresentam esses três rios como cortando uma serra; o que é um absurdo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.º um aparte?

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — A responsabilidade por essa questão de limites coube ao Sr. Senador Benedito Valadares. Foi a atitude dele que acarretou a usurpação de grande área do território capixaba.

Explico: a Constituição de 1937, com o propósito de dirimir as questões de limites que naquela época inquietavam várias faixas territoriais da Federação, estabeleceu que o Serviço Geográfico do Exército faria a demarcação. Seria, assim, uma instância única e irrecorrível para o desate dessas questões. O Serviço Geográfico do Exército, depois de uma longa pesquisa e baseado em dados técnicos e pacíficas perícias, ofereceu seu laudo, dando ganho de causa ao Espírito Santo. Foi então remetida exposição de motivos ao então Presidente Getúlio Vargas com a minuta de decreto aprovando o laudo do Serviço Geográfico do Exército. O Sr. Senador Benedito Valadares, que então era Governador de Minas, quando tomou conhecimento da euforia espírito-santense, que espoucou até em forma de foguetes, pegou um daqueles trens cansados da Central do Brasil, foi ao Rio de Janeiro, e lá retirou o decreto da Imprensa Nacional; levou o fato ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas, que já havia assinado o decreto, e S. Ex.º, inobstante as homenagens à sua saudosa memória, cometeu um recuo contrário aos interesses dos espírito-santenses: em vez de ter repreendido o ex-Governador Benedito Valadares por ter arrancado um decreto, assinado por ele, na Imprensa Oficial, deixou que esse crime se praticasse contra o Espírito Santo e que essa ofensa fosse lançada a rosto do Serviço Geográfico do Exército. Hoje, na nomenclatura dos decretos-leis do tempo da ditadura há solução de continuidade; falta um decreto.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Decreto nº 1.870.

O Sr. Eurico Rezende — De fato. Enalteço a memória de V. Ex.º. Decreto-lei nº 1.870, decreto esse retirado abusivamente da Imprensa Oficial pelo ex-Governador Benedito Valadares. De lá para cá, então, não houve mais paz, não ocorreu mais tranqüilidade no contestado. Mas o Serviço Geográfico do Exército em instância

única e irreconhecível deu ganho de causa ao Espírito Santo. Quer dizer, o prestígio político do Governador de um grande Estado sufocou os interesses, mais que isso, os direitos tutelados, reconhecidos de um pequeno Estado. Essa mágoa guardamos, não de Minas Gerais nem do seu povo, mas de um ex-Governador que praticou um ato condenável retirando da Imprensa Oficial um decreto sancionado pelo Sr. Presidente da República.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Agradeço o aparte de V. Exa, nobre Senador, que vem tornar mais clara a questão que estou abordando embora, confesso, bem contra a minha vontade.

Mas o Dr. Darcy Bessone fala, também, no laudo do Serviço Geográfico do Exército e argumenta que esse laudo, a certo ponto, não encontrou mais serra para alcançar Santa Clara, porque pelos limites estabelecidos em 1914, partia da Serra de Souza ou dos Aimorés e iria até Santa Clara, nos limites com a Bahia.

Acontece que, a certa altura, realmente, o laudo do serviço geográfico, aliás cumprindo o que determinava a Constituição da época, viu que infligia muito para o lado de Minas Gerais, em zona já por este ocupada, alcançando até a Cidade de Teófilo Otoni. E aí procurou, então, seguir apenas o *uti possidetis*: onde encontrava posse do Espírito Santo, era do Espírito Santo. Mas foi encontrada a Serra dos Aimorés que existe atualmente, e cujo ponto mais baixo tem quinhentos metros, conforme consta do laudo minucioso do Serviço Histórico e Geográfico. Em 1928 foram nomeadas duas comissões, uma de Minas Gerais e outra do Espírito Santo. Essas Comissões nunca se encontraram. Em 1935, sem nenhum acordo, como Secretário da Agricultura mandei, preceito a um levantamento na Serra dos Aimorés, por uma Comissão sob a presidência do Chefe da Comissão Dr. Cícero Moraes, Engenheiro que o nobre Senador Eurico Rezende deve conhecer muito bem...

**O Sr. Eurico Rezende** — Engenheiro dos mais aplaudidos e dos mais capazes.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Fez o levantamento da Serra dos Aimorés e o ponto mais baixo é de 500 metros. Eu percorri pessoalmente, em 1938, toda a zona. Não de avião, mas a cavalo. Cavalguei lá dias examinando a questão para basear o meu ponto de vista. A serra existe, como se fora um paredão, dividindo os dois Estados. Mas a verdade é que, sendo um Estado muito pequeno, politicamente pequeno, não conseguimos que a questão tivesse andamento nos tribunais. Está parada, creio, até hoje.

Mas quero deixar também entendido — e isto eu faço com muito cuidado, com muita cautela — o que diz aqui o Sr. advogado Darcy Bessone:

De quando em vez, as divergências recrudesciam, mas nunca passavam de uma curiosa guerra de despachos telegráficos. Em 1949, entretanto, havendo assumido o Governo de Minas o Sr. Milton Campos, eleito pelo URM, o Governador Carlos Lindemberg, do Espírito Santo, recebeu estímulos do Ministro Nereu Ramos, Presidente do PSD nacional, que o levavam a amarrar um esquema bélico, fardando-se de alta patente e dando, com essa farda, entrevistas a jornais e revistas, dando de uma mapa de operações.

Ora, Sr. Presidente se houve o Ministro amigo realmente nos homens de bem conhecido em todo o País foi o eminente Sr. Nereu Ramos que muita falta tem feito a este País. Nunca nem por sombra o Senhor Nereu Ramos estimulou-me contra Minas Gerais em defesa do Espírito Santo. Nunca falamos sobre li-

mites de Estado. Foi um homem que prestou ao país os mais assinalados serviços cuja memória defendo não só por espírito de justiça como pela amizade que não permita fique consignada uma inverdade sem uma reparação.

O Sr. Darcy Bessone tece ainda comentários sobre a questão que temos com a Bahia. Dizia que a Bahia limitava-se com a Serra dos Aimorés e que seu limite vai até o Rio São Mateus. Realmente temos um acordo com a Bahia, sempre o revigorado e que ainda está em vigor. Mas não temos nada com isto alegado pelo Senhor Darcy Bessone. Apenas com o Rio Mucuri, foi fixado o limite com o Rio Duce e lá foram assentados os marcos necessários. Não há questão nenhuma.

Mas, o que eu queria era deixar aqui bem claro que o Dr. Darcy Bessone, por equívoco ou por qualquer outro motivo não teve o cuidado de atualizar as suas palavras, trazendo aos jornais não só a assertiva de me ter visto fardado, romandando os batalhões do Espírito Santo, como a ofensa à memória do nosso prezado e querido amigo Dr. Nereu Ramos. Realmente, em abril de 1948, fui obrigado a lançar mão das armas para fazer cessar a invasão que estava havendo no norte do Espírito Santo. Aquela região, que eu havia visitado 10 anos antes, progredia bastante e constantemente. A polícia mineira, a título de perseguir ladrões de cavalo, penetrava no território espírito-santense e, não encontrando resistência, ali implantava delegacia de polícia. E assim conseguia, se fixar não só na região de Mantena — antiga cidade de Gabriel Emilio, no Espírito Santo, fundada pelos espírito-santenses — como introduzir-se na Barra do São Francisco e, para o Norte, em toda aquela região situada na barra dos Rios São Mateus e São José.

A região, realmente, era bastante desconhecida. Somente em 1935, tomamos conhecimento da invasão. Mas, naquela época, ainda sob a ditadura, o Governo do Espírito Santo não tomou qualquer providência no sentido de preservar a sua soberania sobre a região. Quando voltei da viagem que fiz em 1938, apresentei um relatório ao Governo do Estado, em que propunha se pontilhasse toda a região com escolas, estradas, delegacias de polícia, Estrelante, o Interventor de então, na melhor das intenções, não quis tomar qualquer providência.

Basta dizer, Srs. Senhores, que para correr a lei, em 1938, como Secretário da Agricultura, mandei abrir picadas para chegar até a Barra do São Francisco, onde estava, praticamente em fundação a cidade de Gabriel Emilio. Havia ali, uma delegacia, uma delegacia de polícia, umas quatro ou cinco casas dos funcionários do Estado.

Mantena foi fundada mais tarde, porém ali se deu a invasão mineira. Hoje, Mantena é uma grande cidade; toda aquela região foi povoada com muita rapidez. O senso de 1917 para 1963 registrou um aumento de população de cerca de 100.000 habitantes. Fera muito boa região de muita produção, principalmente de cana-de-açúcar. Havendo a questão de limites, os moradores, os trabalhadores daquela região, os comerciantes, os industriais, fugiram um pouco do pagamento dos impostos, ora dizendo que tinham pago em Minas, ora no Espírito Santo. E assim iam levando suas vidas e ganhando um pouco mais, com grande dificuldade, pois realmente é uma região agreste.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Exa. vai me permitir. Além desse fator poderia aduzir outro, qual seja, o interesse eleitoral ilícito na região. O eleitor, naquela faixa litorânea, apa-

rece com dois títulos: o eleitor capixaba é eleitor também em Minas; o eleitor mineiro é eleitor no Espírito Santo. De modo que tínhamos os comerciantes e os políticos interessados nessa duplicidade de títulos, com todo empenho em que aquela situação não se normalizasse, para que pudessem continuar, ali, o seu império econômico e político.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Realmente Sr. Senador Eurico Rezende, V. Exa. deve ter razão nesse ponto.

Nunca verifiquei essa dualidade de títulos, mas tive notícias dela. Ainda porque os moradores da região não queriam ficar mal nem com os políticos de Minas nem com os políticos do Espírito Santo. Travavam títulos nos dois lados e votavam dos dois lados, conseqüentemente.

Naquela ocasião, em 1943, se eu não tivesse reagido com força armada a polícia mineira teria vindo parar talvez em Conceição da Barra pois já estavam em Paulista, como V. Excelência sabe. Eu os fiz recuar.

Estou convencido da necessidade de acalmar-se, de levar tranquilidade àquela região, embora não decline dos meus conhecimentos a respeito de que, o que está na Serra dos Aimorés, para o lado do mar, pertence integralmente, ao Espírito Santo; sempre pertenceu. Foi colonizado, em alguns lugares, por Minas Gerais, é certo que os nossos limites ficam na Serra dos Aimorés, até todas as vertentes do São Mateus e do São José. Ninguém me convence do contrário, mesmo porque esse é o limite natural.

**O Sr. Eurico Rezende** — Conheci-o e proclamado por um órgão isento, insuspeitíssimo e qualificado tecnicamente, que é o Serviço Geográfico do Exército, que reconhece o direito do Espírito Santo àquela faixa.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — É lamentável que, naquela ocasião, a Presidência da República, não tenha cumprido aquilo que havia assumido, porque determinava ao Serviço Geográfico do Exército que fizesse o trabalho, assinou o decreto, que foi para a Imprensa Nacional...

**O Sr. Eurico Rezende** — Exato. O então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, fez a exposição de motivos ao Presidente Getúlio Vargas, conduzindo o texto do decreto. Este foi assinado e remetido para a Imprensa Oficial, mas, como disse, o Sr. Benedito Valladares, Governador de Minas sai de Belo Horizonte, penetra na Imprensa Oficial e de lá retira o decreto-lei, esbaldando essa solução de continuidade na nomenclatura dos decretos-leis do tempo da Ditadura.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Posso afirmar a V. Exa. que o decreto foi composto e impresso, e nos arquivos do Dr. Cícero de Moraes há o chumbo da impressão feita na Imprensa Nacional.

Sr. Presidente e Srs. Senhores, não era meu desejo trazer este assunto ao conhecimento da Casa, a não ser no que se refere ao telegrama que coloca o assunto nos seus verdadeiros termos, passado pelo Governador Cristiano Dias Lopes...

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Exa. vai permitir esta interrupção. Já que estamos fazendo História, é preciso analisar que os políticos mineiros, embora não representando o pensamento de Minas façam justiça ao povo gar os direitos de seu colmão pequeno no Espírito Santo — mas os políticos mineiros têm, interativamente, frustrado a tentativa legal, leviana, que se tem feito, de reconhecer o direito do Espírito Santo. Um episódio foi esse, da retirada do decreto, da Imprensa Oficial. Mas o episódio anterior foi na oportunidade da ela-

boração constitucional de 1946. Parece-me que o saudoso Deputado Eurico de Aguiar apresentou uma emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Presidente da Constituinte — parece-me que era o saudoso Senador Melo Viana — recusou-se a submeter essa emenda à apreciação do Plenário. A emenda confirmava a linha traçada pelo laudo do Serviço Geográfico do Exército. Então, na Constituinte, atriui-se a oportunidade de ver reconhecido o direito do Espírito Santo, mas empolgava a direção dos trabalhos constituintes um prestigioso político mineiro. Por isso ela não pode sequer sensibilizar o plenário, porque não teve tramitação. O segundo episódio foi o do ex-Governador de Minas Gerais, Sr. Benedito Valladares, que deu uma corrida de Belo Horizonte à Imprensa Oficial e de lá retirou o decreto, sancionado pelo seu amado chefe e descobridor, o saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Agradeço o aparte de V. Exa., Senador Eurico Rezende, que veio esclarecer mais ainda este assunto.

**O Sr. Aloysio de Carvalho** — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — No curso das suas considerações relativamente ao conflito de limites de Minas com o Espírito Santo, teve V. Exa. ocasião de referir-se a igual questão ocorrida na Bahia. Mas devemos ambos assinalar, e registrar neste discurso que V. Exa. está proferindo, que jamais as nossas divergências chegaram a um ponto extremo. Há quarenta anos, foram elas satisfatoriamente apreciadas, de lado a lado, tendo o Governo da Bahia mandado ao Espírito Santo, uma das figuras mais brilhantes da historiografia brasileira — o Dr. Braz do Amaral. Esse acordo se realizou como um verdadeiro ato de cavalheiros e até hoje, realmente, não temos tido a seu respeito, nenhuma situação que criasse qualquer sentimento de hostilidade entre espírito-santenses e baianos.

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Agradeço, Senador Aloysio de Carvalho, o aparte de V. Exa., que realmente é a expressão da verdade. Realizamos um acordo de cavalheiros, por vinte cinco anos, e que tem sido renovado de sete em sete anos, de conformidade com a letra do próprio documento. Nunca tivemos nenhuma desavença nem foi preciso força para conter os baianos. E' o limite traçado no Riacho Dóce a que há pouco aludi.

V. Exa. aludiu ao fato de uma emenda na Constituinte. Realmente, foi assinada por toda a Banca espírito-santense e o Senador Melo Viana, Presidente da Constituinte, teve oportunidade de apresentá-la — e a poder ser colocar em discussão as emendas que lhe parecessem pertinentes — mas ele não quis, com revolta muito grande da Bancada inteira, principalmente do Senador Henrique Novais, que teve até certa altercação com ele.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. CARLOS LINDEMBERG** — Com muito prazer, Senador Vasconcelos Torres.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Quero agradecer V. Exa. na qualidade de Senador e, a exemplo do eminente Senador Aloysio de Carvalho, quero dizer que no Estado do Rio de Janeiro problema jamais surgiu. O assunto pôde ser prontamente resolvido, com virtude de entendimento entre duas partes. Quero manifestar o desejo de ver esta contenda solucionada, quanto antes. Permite-me V. Exa., a sinceridade de dizer que, como brasileiro, fico chocado de ver que numa terra tão grande onde há tantos recursos a serem preenchidos, surge assim essa espécie de imperialismo de

um ou de outro Estado, por um pedaço de terra que, afinal de contas, está localizado no nosso território. A posição de V. Exa. foi muito bonita. Eu a acompanhei, V. Exa. varreu a testada, cumpriu o seu dever, na ocasião, como Governador do Espírito Santo. Os mineiros também entenderão assim. O Sr. Benedito Valladares não se acha presente, mas tenho certeza de que, se estivesse, pelo menos teria contra-aparteado o Sr. Senador Eurico Rezende, que falou que o Sr. Getúlio Vargas tinha sido seu descobridor. Tenho a impressão de, ao governar o País o Senador Getúlio Vargas, já Benedito Valladares era uma antiga e conceituado político mineiro. Mas não tenho procuração de S. Exa. para defendê-lo neste instante. Este assunto lhe compete. Quanto a mim, queria que V. Exa. me permitisse expressar meu pensamento de brasileiro, no sentido de ter essa ruga prontamente solucionada. Lá fora, que não dirão os momentaristas internacionais desta luta pela ocupação do território? São Paulo, por exemplo não tem a taxa de ocupação de 20%. O Espírito Santo não tem 10%. De maneira que o bom-senso de V. Exa., do eminente Senador Eurico Rezende, dos Governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais, sob a égide do grande Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, certamente porão termo a essa divergência, que considero, *data venia*, lamentável e impatriótica, não por culpa de Vossa Exa., mas talvez de políticos superados que procuram tirar proveito de natureza vil fazendo com que ambos se digladiem e que se assista a esse espetáculo contristador e lamentável. Eu, que me considero irmão do Espírito Santo, porque o meu Estado também é pequeno, neste instante peço licença a V. Exa. para, dando testemunho de que acompanhei como homem público a sua atuação fecunda como Chefe do Executivo capixaba e também, não na qualidade de fluminense, mas de brasileiro, no corpo do seu discurso formular esse ardente desejo de que essa pendenga seja o quanto antes solucionada em benefício do Brasil.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Sr. Senador Vasconcelos Torres, agradeço o aparte de V. Exa. e as referências feitas à minha pessoa. Em todos esses episódios temos procurado apenas cumprir nosso dever, não só eu, como todas as autoridades do Espírito Santo, como todos os espírito-santenses. Mas estamos de pleno acordo porque, nós do Espírito Santo, desejamos como V. Exa. e como todo o povo brasileiro, acreditar, ver terminada esta questão de uma vez.

Não podemos é cruzar os braços e deixar que o nosso território vá encurralando cada vez mais, pois do contrário vamos acabar, ou virando um município mineiro, ou então ficando na praia. Isto que é a verdade, porque se nós tínhamos cinquenta léguas e setenta quilômetros de fundo, até onde fosse a nossa conquista, hoje estamos reduzidos, talvez, a cento e setenta quilômetros de fundo, e lá naquela parte norte mais ainda, quando nós somos apenas quinze vezes menor que o Estado de Minas Gerais. Temos de nos manter com um certo cuidado a fim de que não reduzam demais o Espírito Santo, que nestes últimos anos vem sofrendo na sua arrecadação, no seu desenvolvimento, como já tive ocasião de dizer nesta Casa, não só pela erradicação do café como pela implantação do ICM e pela evasão de recursos que vão para a SUDENE, SUDAM e outros organismos que têm vassalagem incentivada. E o Espírito Santo não tem nenhum.

O Sr. Vasconcelos Torres — Que se cumpra então o laudo do Serviço Geográfico do Exército há pouco re-

ferido pelo nobre Senador Eurico Rezende. Acompanhei a questão como todo bom brasileiro acompanhou porque houve até um momento emocionante nessas disputas de terras. Tropas estavam alinhadas e houve quase que um serviço diplomático de parte a parte, pois pareciam dois inimigos. O Serviço Geográfico do Exército, que é insuspeito, levantou a járea topograficamente com os melhores oficiais do Serviço de Engenharia, já que esta instituição, apesar de militar, tem característica científica inegável. Só estou entrando no debate porque me parece não ser local, pois se o fosse V. Exa. não estaria ocupando a tribuna, seria assunto de Assembléia Legislativa. É um assunto do País. Então me parece que, se a validade do laudo do Serviço Geográfico do Exército fosse colocada de pé, essas divergências seriam eliminadas de uma vez por todas. É o meu pensamento.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Agradeço o aparte de V. Exa. Acontece que a confrontação de forças foi posterior ao estudo feito pelo Serviço Geográfico do Exército.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero, aliás, dizer a V. Exa., em abono do espírito guerreiro capixaba, foi uma espécie de luta entre Israel e a República Árabe Unida. O soldado capixaba, em menor número, mostrou-se aguerrido e intrépido. Embora esta tenha sido — perdão-me V. Exa. — uma página lastimável na História política brasileira.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Estamos de pleno acordo, nobre Senador. Estou esclarecendo, o laudo do Serviço Geográfico do Exército foi um trabalho feito anteriormente, mais ou menos em 1937 ou 1938, por aí assim, e a divergência, em que foi necessário, lançar mão de força armada para conter a invasão branca, invasão de civis, delegados de polícia, professores, fiscais de impostos, esta foi em 1938.

Como V. Exa., lamento também tudo isto. O que desejamos é ver esta questão terminada de uma vez por todas. Mas naturalmente por um julgamento, como teria acontecido com os dados do Serviço Geográfico do Exército, se tivesse sido publicado o decreto presidencial respectivo, de modo a torná-lo ato juridicamente perfeito, ao qual não pudesse inquirir de inválida tanto um lado como outro.

Faço minhas as palavras de Vossa Exa., apelando para as autoridades máximas do País a fim de que intervenham no assunto e o resolvam com justiça e segurança, ensejando nessa aquele povo continuar trabalhando pelo Brasil, mas com paz, tranquilidade e progresso, fazendo a grandeza de nosso País.

Quero pedir desculpas aos meus nobres colegas, pelo tempo que lhes tomei. É mais uma vez esclarecer que, não fosse a entrevista do grande professor de Direito Dr. Darcy Bessene, de forma alguma teria pronunciado este discurso, mas apenas trazido ao conhecimento do Senado aquele documento que me mandou o Sr. Cristiano Dias Lopes, Governador do meu Estado.

Muito obrigado, Srs. Senadores. Era o que tinha a dizer. *Muito bem. Muito bem.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, ainda hoje, às 18 horas e 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Senador Moura Palha. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Catete Finheira. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não seria fluminense, não seria brasileiro, não seria representante do povo, não seria pai se no dia de hoje, não erguesse a minha voz de protesto contra o desmando policial ontem ocorrido num dos municípios da Baixada Fluminense, particularmente em São João do Meriti, onde autoridades policiais, covardemente, fuzilaram crianças que se encontravam numa Kombi, provocando a morte de um jovem de 14 anos.

Sr. Presidente, toda a imprensa brasileira, no noticiário de hoje, em editorial, proflaga essa violência inaudita que choca os foros de civilização da minha terra natal. Todos bradam no sentido de que providências imediatas sejam tomadas, para punir os autores de crime cometido tão friamente. Uma Kombi, que não teria obedecido a um apito de um dos guardas patrulheiros, foi alvejada com uma sarajada de balas e com rajadas de metralhadoras, indiscriminadamente, ferindo e matando jovens, no alvorecer da vida. O fato de que venho tratar, agora, no Senado, é deveras chocante.

O Sr. Victorino Freire — Além de feridos, foram espancados e levados à Delegacia. Quando os policiais souberam que uma das vítimas tinha morrido, desapareceram.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES

— Este aspecto salientado pelo nobre Senador Victorino Freire projeta, ainda mais, a hediondez desse crime. Depois do carro alvejado, os seus ocupantes foram levados à Delegacia de Polícia e, quando constataram que havia um jovem de 14 anos morto, todos fugiram.

Sr. Presidente, verdadeira lamentação se estende por todo o território brasileiro, repudiando a selvageria ocorrida no meu Estado.

Quero crer Sr. Presidente, — e sou insuspeito para o fazer — que o Governador do meu Estado, com quem não mantenho relações pessoais nem políticas, mas que reconheço ser um homem de bem, neste instante, esteja aturdido com o crime bestial que ocorreu na Baixa Fluminense. Tenho a convicção de que S. Exa. não mandará abrir um inquérito apenas protocolar, desses que correm pelas delegacias, justamente, pelo tempo necessário a que fatos delituosos caiam no esquecimento.

O Sr. Victorino Freire — Veja Vossa Exa. o seguinte: antes de qualquer coisa, o Delegado dissera que os policiais eram honrados; mas, depois, sumiram. Tenho certeza de que o Sr. Secretário de Segurança do Estado do Rio, o Cel. Francisco Homem de Carvalho, não vai deixar os criminosos impunes.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES

— O ocorrido é mais uma vez. Creio que o Governador do Estado, para quem acho desnecessário apelar neste instante, porque estou imbuído da convicção de que S. Exa. deve estar revoltado, como está revoltada a Nação inteira — deve ter tomado providências a respeito. Cita, agora V. Exa. Secretário de Segurança, Cel. Francisco Homem de Carvalho, homem dinâmico, correto e decente. Também S. Exa. deve estar revoltado contra esse fato. É, pois, como fluminense, que ocupo a tribuna neste instante para manifestar a minha confiança nas autoridades do meu Estado, no Sr. Governador Genílias Fontes e, também, na ação moralizadora na ação correta e fiscalizadora do Cel. Francisco Homem de Carvalho.

Sr. Presidente, manifesto, compungidamente, meu pesar pela dolorosa

ocorrência verificada no meu Estado, município de São João do Meriti.

Quero dizer à Nação brasileira que confie nos foros de civilização da terra fluminense pois tal crime não ficará impune. Esses homens fardados, — porque fardados eram aqueles guardas que atiraram, indiscriminadamente, no veículo que transitava do Rio a São João de Meriti, — serão punidos. Desta maneira se evitará um clima de mal-estar e a propaganda negativa numa região que produz e que, antigamente, tinhaíssima fama no noticiário policial. No entanto, hoje é ela um dos centros industriais mais ativos do Estado do Rio e do Brasil.

Lamentando a ocorrência, quero fixar o ponto de vista de que o Governador do Estado e o Sr. Secretário de Segurança deverão dar aos criminosos a punição que eles mereçam. E a sociedade fluminense e a sociedade brasileira receberão a justificativa.

Sr. Presidente, hoje, no Aeroporto de Brasília, ouvimos de Deputados federais e Senadores, comentários negativos quanto ao Estado do Rio, em torno dos maus elementos que infestam a Polícia do meu Estado. Certamente, a esta hora, deverão estar sendo expulsos, para serem devidamente punidos pela Justiça penal, os guardas que cometeram crime tão inqualificável no dia de ontem. *(Muito bem. Muito bem.)*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária a se realizar às 18 horas e 20 minutos, com as seguintes:

#### ORDEN DO DIA

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, D E 1967

(Orçamento — Distrito Federal)

Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968, tendo Parecer, sob nº 710, de 1937, da Comissão de Finanças:

Na parte referente às Secretarias de Educação e Cultura, Serviço Social e Saúde:

Favorável ao Projeto e às emendas ns. 1, 2, 3, 4 e 5, na parte referente à Educação;

Contrário às de ns. 6, 7 e 8;

Na parte referente ao Gabinete do Prefeito:

Favorável ao Projeto;

Na parte referente às Secretarias de Administração, Finanças e Segurança Pública:

Favorável ao Projeto e à emenda nº 2, nos termos da Subemenda do Senador Aurélio Vianna;

Contrário à emenda nº 1;

Na parte referente às Secretarias do Governo e Regiões Administrativas, Viação e Obras Públicas e Agricultura e Produção:

Favorável ao Projeto, com as emendas referentes à Secretaria de Viação de ns. 1-B, 3-B, 4-B e 5-B (nos termos da subemenda do Sr. Senador Aurélio Vianna);

Contrário à emenda nº 2-B;

Na parte referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal:

Favorável ao Projeto;

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 1967

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de



1967, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá, tendo

*Parcerias Favoráveis*, sob números 575, 576, 577 e 578, de 1967 das Comissões;

De Constituição e Justiça;

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas;

De Educação e Cultura; e

De Finanças.

#### REQUERIMENTO Nº 900, DE 1967

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requero 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — *Alvaro Maia*.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.*)

### ATA DA 174ª SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guilomard  
Oscar Passos  
Flavio Brito  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Clodomir Milet  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
João Cleofas  
José Ermirio  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valla  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mendin  
Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

#### PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

Do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Brasília, 23 de outubro de 1967.

Nº 04007

Encaminha Mensagem nº 646, de 28 de setembro de 1967.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Excelência, a fim de que digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados deixou de apreciar, no prazo previsto, a Mensagem nº 646, de 28 de setembro de 1967, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que, na forma do parágrafo único do artigo 58, da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a Cédula Industrial Pignoratícia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Batista Ramos*.

A Sua Excelência o Sr. Senador Auro Soares de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

É o seguinte o projeto encaminhado ao Senado pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 49, de 1967

(Nº 41, DE 1967, NA CÂMARA)

Aprova o texto do Decreto-lei número 331, de 21 de setembro de 1967, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a Cédula Industrial Pignoratícia; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favorável da Comissão de Economia.

(DA COMISSÃO DE FINANÇAS)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a Cédula Industrial Pignoratícia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, 11 de outubro de 1967. — *José Maria Magalhães*, no exercício da Presidência. — Deputado *Flores Soares*, Relator.

#### MENSAGEM Nº 646, DE 1967, DO PO- DER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do parágrafo único do art. 58, da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, publicado no *Diário Oficial* do dia subsequente, o qual "prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967."

Brasília, 23 de setembro de 1967. — *A. COSTA E SILVA*.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS GM/NU- MERO 162, DE 1967, DO MINIS- TRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em ... de setembro de 1967

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o incuso projeto de decreto-lei, prorrogando por mais 90 dias o prazo estabelecido pelo Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, para o início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, que cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a duplicata e dá outras providências.

Motiva a presente proposta a circunstância de que, dada a complexidade do assunto e as implicações tributárias que envolvem a adoção das medidas estabelecidas pelo referido diploma legal, não foi possível a conclusão, em tempo hábil, dos estudos que a respeito vêm sendo providos em diversos setores governamentais.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a matéria, por afetar sensivelmente a prática das transações comerciais e exigir, não só a participação ativa deste Ministério, mas também a do Conselho Monetário Nacional, mediante a colaboração de outros órgãos da administração, dentre os quais ressaltam o Banco Central e o Banco do Brasil, determinando, assim, um complexo de providências para seu exato equacionamento e a boa ordenação das medidas a serem postas em prática.

Renovo a Vossa Excelência, na oportunidade, os protestos de meu mais profundo respeito. — *Edmundo de Macedo Soares e Silva*.

#### DECRETO-LEI Nº 331, DE 21 DE SETEMBRO DE 1967

Prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 dias o prazo estabelecido pelo Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, para início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1967: 146º da Independência e 75º da República. — *A. COSTA E SILVA* — *Antônio Delfim Netto*. — *Edmundo de Macedo Soares*.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### DECRETO-LEI Nº 265, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a Duplicata e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Nas vendas mercantis, mediante pagamento e prestações, que tenham por objeto bens duráveis de consumo ou de produção, para utilização pelo próprio comprador, observar-se-ão as disposições da Lei número 187 de 15 de janeiro de 1936 e as seguintes:

I — poderá ser emitida uma única duplicata discriminando todas as prestações e seus vencimentos, ou série de duplicatas, uma para cada prestação;

II — a duplicata ou duplicatas conterão a denominação "Duplicata de Venda a Prestação de Bens de Consumo" ou "Duplicata de Venda a

Prestação de Bens de Produção" consoante a natureza da mercadoria, vedada a emissão de duplicata correspondente, simultaneamente, a bens de consumo e de produção;

III — a fatura e a duplicata indicarão obrigatoriamente o preço de venda, a importância da entrada ou pagamento à vista, e o montante dos encargos financeiros correspondente ao pagamento em prestações. No caso de emissão de série de duplicatas, essas indicações constarão de cada uma das duplicatas da série;

IV — o não pagamento de uma prestação, até o vencimento da próxima, importará no vencimento antecipado das demais;

V — nos casos de emissão de uma única duplicata discriminando todas as prestações, aquele que receber a prestação, além de passar recibo, anotar o pagamento no verso do próprio título.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional definirá o que são bens duráveis de consumo e de produção, para os efeitos desta lei.

Art. 3º Nas vendas mercantis o prazo não referidas no art. 1º, o vendedor é obrigado a emitir fatura e duplicata, observadas as disposições da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936 e mais as seguintes:

§ 1º A duplicata conterá a denominação "Duplicata de Venda Mercantil".

§ 2º O Conselho Monetário Nacional, observadas as condições do mercado de crédito e tendo em vista evitar excessiva competição pela dilatação do prazo de venda, com agravamento de pressão sobre o sistema creditício, em substituição à concorrência em termos de preço e qualidade, fixará, a partir de 1 de julho de 1967, para efeito da aplicação das restrições referidas no parágrafo seguinte, etapas sucessivas de redução do prazo de vencimento das "Duplicatas de Venda Mercantis", até atingir o limite de 6 (sessenta) dias.

§ 3º Atingida cada uma das etapas de redução dos prazos de vencimento fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as duplicatas emitidas com prazo excedente não serão transferíveis por endosso, ressalvado o endosso mandato para cobrança, cessando, ou trossim, no mesmo caso, a responsabilidade cambial do emitente pela duplicatas aceitas, ou assim, consideradas na forma do art. 6º.

§ 4º Nas vendas mediante expedição de mercadoria por via marítima, os prazos de vencimentos das duplicatas referidas nos parágrafos anteriores serão acrescidos de 45 dias, devendo essa circunstância constar expressamente da referida fatura e duplicata.

Art. 4º Nos casos de prestação de serviços, as empresas poderão emitir fatura e duplicata para cobrança dos serviços prestados, aos quais se aplicará o disposto na Lei nº 187 de 15 de janeiro de 1936, e mais o seguinte:

I — a duplicata conterá a denominação "Duplicata de Prestação de Serviços" e indicará a natureza dos serviços prestados;

II — a Duplicata de Prestação de Serviço não poderá ser emitida com vencimento em prazo superior a 60 (sessenta) dias;

III — no caso de serviço contínuo para pagamento parcelado, poderá ser emitida duplicata relativa a cada parte ou etapa do serviço compreendido;

Parágrafo único. As empresas que emitirem Duplicata de Prestação de Serviço deverão manter e conservar o respectivo registro, observadas as normas do Art. 24 da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936.

Art. 5º A emissão ou o aceite de duplicatas que não correspondam à venda efetiva de mercadorias, entregues real ou simbolicamente, ou a serviço realmente prestado, acarretará as respectivas faturas, sujeitarão os signatários do título a pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa equivalente ao respectivo valor, imposta a todos os coobrigados.



Art. 6º A falta de devolução de duplicata comprovadamente entregue, dentro dos prazos legais, devidamente aceita pelo sacado ou com as razões e sua recusa corresponde ao reconhecimento de sua responsabilidade ambiental pelo respectivo pagamento.

Art. 7º Mantém-se nas duplicatas, registro o direito de regresso contra adossadores e respectivos avalistas, desde que apresentadas a protesto nos cinco dias subsequentes ao vencimento, ressalvado o disposto na parte final do § 2º do art. 3º.

Art. 8º Os prazos para vencimentos das duplicatas serão contados da data de sua emissão, ficando proibida a exclusão dos dias referentes aos dias em que foram emitidas.

Art. 9º Os créditos concedidos por instituição financeira a empresas industriais, para financiamento de estoques de matérias-primas em bruto ou beneficiadas a serem utilizadas pelo devedor nas suas atividades produtivas, poderão ser representados por Cédula Industrial Pignoratícia.

Art. 10. A Cédula Industrial Pignoratícia é promessa de pagamento em dinheiro, garantida pelo penhor de matérias-primas, emitida por empresa industrial a favor de instituição financeira, e conterá os seguintes requisitos lançados por extenso no seu contexto:

a) denominação "Cédula Industrial Pignoratícia";

b) nome da instituição financeira credora e cláusula à ordem;

c) data e prazo do pagamento;

d) soma a pagar em dinheiro;

e) taxa dos juros a pagar, bem como comissão de fiscalização se houver, com indicação da época do respectivo pagamento;

f) descrição dos bens apenados, com indicação da sua espécie, qualidade, quantidade e marca, se houver;

g) local em que se encontram os bens apenados e nome do depositário;

h) data e lugar da emissão;

i) montante da amortização por unidade dos bens apenados, e local onde a emitente deverá pagá-lo;

j) a assinatura do próprio punho do emitente ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais; e

l) a assinatura do próprio punho do depositário dos bens apenados ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais.

§ 1º A Cédula poderá constar outras condições da dívida ou obrigações da empresa ou do depositário, desde que não contrariem o disposto neste decreto-lei e a natureza do título.

§ 2º Salvo resolução em contrário do Conselho Monetário Nacional, em relação a determinados tipos de matérias-primas, não se admitirá a Cédula Industrial Pignoratícia com vencimento em prazo superior a um ano.

§ 3º Se o crédito for destinado à aquisição dos bens que devem integrar a garantia, a Cédula deverá indicar essa circunstância, bem como o prazo dentro do qual a empresa emitente deverá apresentar ao credor o recibo do depositário, de que recebeu a mercadoria apenada.

§ 4º No caso do parágrafo anterior a instituição financeira credora abrirá, com o produto do empréstimo, conta especial vinculada ao título que a empresa somente movimentará para pagamento do preço de aquisição dos bens que integram a garantia e já vinculados ao depositário ou recebidos pelo devedor.

§ 5º Os bens dados em garantia da Cédula Industrial Pignoratícia poderão ficar em instalações industriais da empresa desde que em recinto apropriado, osensivamente cercado ou separado sob o controle absoluto e a responsabilidade do depositário.

§ 6º Correrá por conta do devedor as despesas com o depósito dos bens dados em garantia, assim como as de seu seguro, que, obrigatório e por seu valor, deverá resguardar tais bens dos riscos a que estiverem sujeitos e

será efetuado em companhia livremente escolhida pelo devedor e aceita pelo credor.

§ 7º Ao credor e ao devedor é facultado verificar, a qualquer tempo, as condições de arrumação técnica, proteção, conservação e guarda dos bens apenados.

§ 8º Os bens apenados poderão ser remidos, parcialmente, cabendo ao depositário entregar ao devedor aqueles cuja liberação estiver autorizada no recibo de amortização do principal da dívida ou em outro documento firmado pelo credor.

§ 9º O credor originário da Cédula Industrial Pignoratícia poderá transferir a mediante endosso em preto.

Art. 11. A Cédula Industrial Pignoratícia será inscrita pela forma estabelecida nos arts. 10 a 14 da Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Coletorias ou Repartições arrecadoras federais manterão livro próprio, denominado "Registro de Cédulas Industriais Pignoratícias."

Art. 12. O processo de cobrança da Cédula Industrial Pignoratícia obedecerá o rito estabelecido na Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Art. 13. O Ministério da Indústria e do Comércio e o Conselho Monetário Nacional baixarão, dentro de 60 (sessenta) dias, da data da publicação deste decreto-lei, normas para a padronização formal dos títulos e documentos de uso corrente no comércio, na indústria e nas instituições financeiras, fixando prazos para a sua adoção obrigatória.

Art. 14. Este decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República. — *H. Castello Branco.* — *Otávio Bulhões.* — *Roberto Campos.*

#### DECRETO-LEI Nº 320, DE 29 DE MARÇO DE 1967

Prorroga a vigência do Decreto lei número 265, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição Federal: Considerando a exigência de tempo de que dispõe o Governo para dar cabal cumprimento às providências contidas no Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando a conveniência de se deferir o início da vigência do mesmo diploma legal para data que não só permita a definição ordenada das medidas por ele estabelecidas, mas, e sobretudo, seu conhecimento e adequação;

Considerando as implicações tributárias decorrentes da aplicação dos títulos criados; e

Considerando, finalmente, a urgência e interesse público relevante da matéria de que o mesmo é objeto, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo para início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República. — *A. Costa e Silva.* — *Edmundo de Macedo Soares.* — *Antonio Deijim Netto.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Srs. Senadores, a Presidente tem verificado, em alguns dos subanexos, a ocorrência de erros de impressão e, também, de denominações incompletas nas verbas que sofreram emendas.

Assim, os Srs. Senadores que verificarem tais incorreções em relação às suas emendas, deverão solicitar, por escrito, a retificação correspondente, a fim de que o Sr. Relator da Co-

missão de Finanças opine favorável ou contrariamente à retificação.

É claro que as retificações só poderão se dar sem alterar a emenda, ou em virtude de erro de impressão ou em virtude de omissão daquilo que se acha escrito na emenda.

Portanto, os Senhores Senadores que verificarem casos desta natureza deverão enviar, por escrito, à Mesa os pedidos de retificação. Estes serão submetidos, no ato anteriormente à votação, à Comissão de Finanças, para que esta opine e, em seguida, se façam as votações de acordo com as retificações solicitadas, se elas tiverem sido deferidas.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Para poder concluir a votação do Orçamento, dentro do prazo previsto e já anunciado — 27 do corrente — esta Presidência teve necessidade de cancelar as sessões do Congresso Nacional previstas para amanhã, às 21 horas e 21 horas e 30 minutos, que se destinariam à leitura de Mensagem Presidencial e à apreciação de vetos, uma vez que o Senado necessitará da noite de amanhã para deliberar sobre matéria orçamentária.

Todavia, esta Presidência precisou convocar o Congresso Nacional para amanhã, às 11 horas e às 11 horas e 30 minutos, pois recebeu do Presidente da República Mensagens sob ns. 718 e 719, de 20 do mês em curso, encaminhando Projetos de Lei, para tramitação, na forma estabelecida no art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se dos seguintes Projetos de Lei:

Nº 15, que provê sobre a isenção do pagamento das taxas de melhoramentos dos portos e renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica; e

Nº 16, que autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio", e dá outras providências.

Para leitura de expediente e demais providências iniciais à tramitação de ambos os projetos de lei, esta Presidência convoca sessão conjunta, a se realizar em 25 de outubro, amanhã, quarta-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados. Para às 11 horas e 30 minutos convoca o Congresso Nacional, em virtude de haver recebido quatro propostas de emenda à Constituição, assinadas por Sr. Deputados, sendo a primeira a de nº 1, que dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao art. 176 da Constituição federal (eleição de prefeitos, de vice-prefeitos e de vereadores); a de nº 2, que dá nova redação aos arts. 100 e 101 da Constituição federal (aposentadoria dos funcionários públicos); a de nº 3, que suspende a vigência do art. 23, inciso I, da Constituição, até 1º de janeiro de 1968, e restabelece o

Art. 15, inciso III, § 2º da Constituição de 46, até 1º de janeiro de 1968; e a de nº 4, que dá nova redação aos Arts. 76 e 77 da Constituição Federal. (Eleição do Presidente da República).

Nos termos do Regimento Interno recebidas essas emendas, cabe à Presidência convocar o Congresso, dentro do prazo de 48 horas, o que está sendo cumprido pela convocação para amanhã, às 11:30 horas, para designação das Comissões Mistas e demais providências iniciais da tramitação das matérias, conforme previsto na Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

Assim, fica convocado o Congresso para amanhã, no período matutino, e canceladas as sessões de Congresso previstas para amanhã à noite.

A devida comunicação já foi feita ao Sr. Presidente da Câmara.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A Presidência comunica haver recebido os seguintes requerimentos de informações:

Do Senador Raul Giubert, pedindo informação ao Presidente da SUNAB;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Diretor do Departamento de Administrativo do Fisco Civil — DAPC;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério da Aeronáutica;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério da Agricultura;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério da Educação e Cultura;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério das Relações Exteriores;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério dos Transportes;

Do Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério das Minas e Energia;

Do Senador Aarão Steinbruch, pedindo informações ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e

Do Senador Aarão Steinbruch, pedindo informações ao Ministério da Indústria e do Comércio.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Os requerimentos anunciados serão, após despacho, publicados no Diário do Congresso.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Há, ainda, requerimento de autoria do Sr. Vasconcelos Torres, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 920, de 1967

Requeiro que o Senado Federal não realize sessões ordinárias nos dias 30, 31 de outubro e 1º, 2 e 3 de novembro, marcando como Ordem do Dia, trabalho de Comissões.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1967. — *Senador Vasconcelos Torres.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar.

#### O SR. MARCELO DE ALENCAR:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi-me do meu dever prestar informações e esclarecimentos à Casa a respeito da minha participação no grupo de parlamentares que se dirigiu à Cidade de Juiz de Fora, para fazer a visitação a presos políticos, em face de denúncias recebidas por parlamentares, relativamente a sevícias em alguns desses presos, visitação essa precedida de entendimentos com a liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

No dia 22, sábado, para lá me dirigi, na companhia dos Deputados Federais Márcio Moreira Alves, Mata Machado, Doin Vieira e do Deputado estadual Raul Belém, Líder do MDB na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Devo esclarecer, a bem da verdade e para demonstrar o nosso apreço pelas instituições, que tivemos a agradável oportunidade de verificar que autoridades militares têm noção exata de suas responsabilidades quando aderem ao entendimento de que o poder civil existe, deve ser respeitado, cumprindo ser acolhidos nas suas atribuições precípua.

O ilustre General-Comandante da IV Região Militar nos acolheu como parlamentares, como representante do Poder Legislativo, cordial e respeitosamente. Ouvi do General Itiberé

Gouvêa do Amaral expressões de apreço ao Congresso, aos Deputados e ao Senador que ali eras presentes.

Da conversa que estabelecemos com esse militar reafirmamos as nossas conclusões a respeito de que nossa maior vez do setor político e cultural a que os militares venham a sair da seara de seus afazeres para intervir-se em setores que não lhes são próprios.

Cum esse general, por exemplo, ao manifestar seu apreço pelas instituições civis, declarar que a intervenção de quem que disseminamos é prejudicial por alguns setores políticos — por políticos e por partes — que vão, num campo bastante, aplicar que era a autoridade sobre uma série de providências que não lhe cabem. Citei-me que é frequente a ida de comandantes para reivindicação de um Comando de Região a intervenção nos negócios do Estado da Minas Gerais.

Dese-me esse general que já não tem mais tempo para esse entendimento, que é constante. E então, no mesmo general que a pusilanimidade de certos setores políticos não deve diminuir o conceito que merece o político de modo geral. Fica ver que ali a nossa presença, no exercício do nosso mandato, era a demonstração viva de que os políticos não seguem apenas os impulsos momentâneos, mas também são capazes de suas responsabilidades e deveres.

Foi-me realmente frustado o contato ao contato com presos políticos. Tivemos oportunidade de nos avistarmos em várias unidades militares, e aqui sempre o clima pela maneira alta e respeitosa com que o Coronel Fleury, Coronel Corrêa, Coronel Maciel e Coronel Lado, atenderam os parlamentares, dedicando a consideração de que se fazia necessária.

Lamentavelmente, entretanto, no contato...

O Sr. Eurico Rezende — Antes de ingressar na fase pessimista, permita V. Exa. permitir uma apostila? (Assentimento do orador) Desejo fazer uma retificação no pronunciamento de V. Exa. Contei nos dedos da mão direita, e me dei conta de que a contagem era de sete. V. Exa. falou em presas políticas.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — Certo.

O Sr. Eurico Rezende — Nós não temos presos políticos no Brasil. Temos sim, vários cidadãos brasileiros sendo processados ou por subversão ou por corrupção, mas não se trata de presos políticos porque esta figura é intolerada no regime democrático. Não há presos políticos nos quartéis brasileiros.

Há presos, há cidadãos que estão ou indiciados, ou denunciados, isto é, estão sofrendo o contrangimento legal ou ilegal, pouco importa, de acordo com as leis penais comuns e especiais brasileiras.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — V. Exa. é um jurista. Não quero o debate.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não foi visitar presos políticos.

O SR. MARCELO DE ALENCAR — Presos por crimes políticos. Os crimes da lei especial de segurança nacional são definidos como crimes políticos. Fui visitar indiciados de crimes políticos. Portanto, fui visitar presos políticos.

De sorte que, entrando realmente na fase pessimista a que V. Exa. aludiu, contrastando este comportamento que fazemos questão de frisar da maioria da oficialidade das nossas Forças Armadas, de alto sentido de dignidade, de alto sentido democrático, que foi sempre uma característica dessas mesmas Forças Armadas, tivemos o prazer de constatar que realmente as denúncias oferecidas a parlamentares a respeito de serviços, eram configuradas por esses países e, lamentavelmente, com alguns milita-

res sendo imputados como responsáveis por esses atos.

Vela-se aqui — e desde logo contém assinalar — que existe de fato, na sociedade, uma minoria não raro de oficiais que, sem maiores qualificações ou qualidades para se afirmarem na sua corporação, se aproveitam de momentos como o que vivemos, para se apossar, pelo lado negativo, para se afirmarem no exercício de atividades indecoráveis. Vejo-me, pois, na contingência de trazer ao conhecimento da Casa o relatório a que procedemos após essa viagem, para que, através do relatório que é a síntese do que foi a viagem, para que não fique sem conhecimento os fatos que foram trazidos ao nosso conhecimento.

Este relatório diz o seguinte:

Constatamos os entendimentos havidos com a liderança da maioria na Câmara dos Deputados, através do Deputado Celso Faria, às 14h30 horas do dia 21 de outubro, sábado, apresentando-nos ao QG da 4ª Região Militar os seguintes parlamentares: Militares os seguintes parlamentares: Federais Deolinda Vieira, Edgard Mata, Lado e Mário Moraes Alves, e Deputado Estadual Raul Belém (Lider do I.D.B. na Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Fomos recebidos pelo Tte. Cel. Lado, chefe de Estado do Generalíssimo Gouvêa do Amaral, que nos levou a presença do Comandante da Região.

Assim, uma retificação: esse Comandante da Região da 4ª Região Militar, é o Generalíssimo Gouvêa do Amaral, da 4ª Região Militar.

O General-Comandante deu-nos ciência de telegramas que recebera do Exército e da Casa Militar da Presidência da República, Generalíssimo Gouvêa do Amaral, e do Comandante do I Exército, General Adalberto Pereira dos Santos, dando instruções no sentido de que não fosse permitido visitar todos os presos políticos que em Juiz de Fora se encontrassem.

Após isso, as condições da visita e de explicar ao Deputado Deolinda Vieira que não poderíamos visitar os presos em suas celas, posto que isto contrariava as ordens recebidas, ordenou que os prisioneiros no quartel do comando nos fossem apresentados. As quinze horas entramos em uma sala contígua à dos Comandantes da Região, onde já se encontravam sete presos, encarcerados em diversos I.D.B's. Constatamos, pelas informações que deles recebemos, que em Juiz de Fora nada sofreram e estavam nas melhores condições de encarceramento permitidas pelas instalações do quartel, que não foram planejadas para servir de presidio.

Quanto a irregularidades, verificamos que os presos Carlos Eurico Poncio de Leon Antunes, Guilherme Ovidio Herrera Benitez, chileno, o Konstantino Synodimus, grego, já tinham ultrapassado os prazos das duas prisões preventivas que contra eles foram decretadas pelo Conselho de Justiça da 4ª Região Militar.

A respeito de serviços recebemos duas denúncias, dos presos Expedito Higino da Silva e Juracy Félix Santana. O primeiro, mestre de obras do Departamento Estadual de Saneamento de Goiás, foi preso a 16 de agosto de 1967, sob a alegação de que detinha em seu poder boletins subversivos. Queixa-se de haver sido espancado nos primeiros dias subsequentes à sua prisão, quando respondia a inquirições, no quartel do Exército existente em Goiânia, por sargento de nome Thompson e na presença de um 1º Tenente de nome Bandeira. O segundo, ilustrador de móveis, teria sido preso em virtude de haver participado de reuniões sobre a organização do S.I. (Estado dos Membros). Afirma também haver sido espancado pelo Sargento Thomp-

son e, ainda, pelo mesmo Tte. Bandeira.

Sobre as condições de encarceramento em Juiz de Fora foram todos unânimes em tecer elogios à humanidade com que eram tratados pelo Coronel Maciel, encarregado de sua guarda.

Anotadas as queixas e denúncias dos presos do Quartel-Genral, servimos para o número 1 do 4º Regimento de Obuses, onde fomos recebidos, cerca de 15h45 horas, pelo comandante da unidade, Tenente-Coronel Fleury. Nesta unidade estão os presos envolvidos no chamado "1º das guerrilhas de Uberlândia" e ainda o Professor Edgard Almeida Eulálio, já condenado em primeira instância pelo Conselho de Segurança de Juiz de Fora como participante das chamadas guerrilhas de Capangas.

No 4º Regimento de Obuses foram-nos apresentados dois presos. Todos afirmaram estar sendo bem tratados em Juiz de Fora, embora se queixassem da falta de banhos de sol, que foi justificada pelo Coronel Fleury como sendo motivada pela falta de condições humanas e materiais do seu quartel para servir de prisão a tão numeroso grupo de presos políticos.

A respeito de torturas recebemos denúncias dos seguintes presos:

Antônio Jerônimo Freitas, Jarbas Silva Marques, José Lourenço, Edmo de Souza, Taylor Silva e Irto Marques dos Santos, este último como testemunha do espancamento de Dionísio Costa, prisioneiro da liberdade, Edmo Ferreira Batista e José Ferreira Braga.

Antônio Jerônimo Freitas, lavrador, preso às 5 da tarde do 1 de agosto de 1967, declara que em Uberlândia sofreu a tortura chamada "telefone", no quartel da 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores. Esta tortura foi aplicada por um agente do DOPS de Brasília que pelos companheiros era chamado de "Capitão" e "Beto". Presume, portanto, seja ele oficial do Exército, é paisano, talvez dos quadros do S.I. Declara que em virtude dos golpes que recebeu sobre os ouvidos ficou surdo do ouvido direito, ao ponto de não ouvir por ele sequer as batidas de um relógio quando colado a orelha. Recebeu golpes nos rins e cacetadas nas pernas para confessar o que sabia.

Jarbas Silva Marques, brasileiro, professor secundário, residente à SQ 105, Bloco 4, apt. 505, em Brasília, foi preso às 6h30 horas da manhã do dia 31 de julho de 1967. Levado ao quartel dos Dragões da Independência (RGG), nada sofreu durante o dia, a não ser ameaças por parte do Major Zeno José de Almeida Moura, que lá se encontrava a paisana. Depois das dez da noite, entretanto, começou a ser interrogado debaixo de pancadas. Recebeu, nos ouvidos, muitos golpes de "telefone". Um cigarro foi apagado no seu rosto. Seu espancador, cujo nome não sabe, era oficial de dia em serviço. Estas torturas duraram até cerca de sete horas da manhã, cessando quando a vida do quartel retomava o seu fluxo normal e a ele chegavam os oficiais. Durante este interrogatório violento seus inquisidores queriam que acusasse de envolvimento em um plano de guerrilhas os Deputados Antônio Magalhães e Mário Costa o ex-Governador de Goiás, Lauro Borne, e o Prefeito de Goiânia. Queriam, ainda, que dissesse que o Deputado Brito Velho fazia parte de uma conspiração contra o Vice-Presidente Pedro Costa e o Presidente da República. Fleury ainda perguntou sobre as ligações que acaso teriam com o jornalista Flávio Tavares e uma organização nacional soviética os Deputados Hermanno Alves e Afonso Moreira Alves.

Após esta primeira noite de interrogatório foi o preso removido para

o quartel de artilharia de Brasília, onde nada sofreu. A noite foi mais uma vez transferido de cárcere, desta vez para o quartel da Polícia do Exército. Neste quartel foi espancado durante três noites consecutivas, sendo um de seus espancamentos presenciado pelo preso Guaracy Pedreiro. Na última noite de serviços foram-lhe dados três golpes que quebraram a costela e ficou de tal forma machucado que era incapaz de raciocinar. Ao ser levado para o pavilhão do Estado de Investigações Criminais, pelos Agentes Militares e Juizes Militares, sob as ordens do Capitão Benedito Nogueira, sofreu a tortura denominada "branco chinês" ou "branco" em um tanque d'água que passou a este pavilhão do PIC encarcerado do 1º extremamente coagido. Foi levado para uma cela. Quando sobre a cama percebeu que estava acordado em seu poder seus dentes, cujas lenças estavam coladas. Usou os cascos de uma descalçada para abater o pulso direito. Deitou em seguida. De madrugada, quando perceberam o estado em que se encontrava, foi removido, no quarto de um capitão-médico, um "branco" ou "branco", para o quartel do Exército próximo ao quartel da Polícia do Exército. Neste quartel foi levado por um capitão-médico que trabalha também no quartel da Polícia de Brasília e cujo nome não sabe precisar. Recebeu uma injeção de sangue, curativos e pontos feridas, isto, e seu pulso foi machucado, posto que o exame médico constatou a fratura de uma costela do lado esquerdo. No mesmo momento foi levado de volta ao quartel de Brasília em uma ambulância. Quando a fama sobre o caso até três dias depois de vir para Juiz de Fora, a fama não ficou mais espancado, tendo sido ameaçado por um major que veio do Rio Interrogá-lo, que era Silva, que citou o exemplo de Benedito, dando graças de milhares de comunistas foram sumariamente eliminados, e fez referência a um "branco", no Exército Nacional de um chamado "esquadrão da morte", que fora por incumbência desembrasar-se secretamente de subversivos.

Acusa, como mandante e testemunha das torturas que sofreu, o Major Zeno José de Almeida Moura. Como traços dos padecimentos que sofreu, pode-se ainda constatar a cicatriz de um corte em seu pulso direito e, apalpando-se a costela, o calo osso de consolidação de fratura.

José Lourenço, pedreiro, residente há cerca de vinte anos em Uberlândia, foi preso naquela cidade a 31 de julho. Tem ele um pé defeituoso em virtude de um antigo acidente de trabalho. Levado a 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores de Uberlândia, lá foi espancado pelo mesmo oficial que servia a DOPS, ao qual fizemos referência quando falamos do preso Antônio Jerônimo Freitas, com murros nos rins e espinhas. Foi ainda espancado a varadas no rosto e na cabeça por um oficial do Exército, fardado, de cor bastante escura, chamado Tenente Costa, ou Corro. Este tenente, percebendo que não cedia, pisou-lhe violentamente no pé direito. Removido para Brasília, ficou dois dias no Batalhão de Caçadores da Presidência, onde nada sofreu. Foi transferido para o Quartel dos Dragões de Independência. No quartel nada sofreu, mas, quando era transportado para delegacias no quartel da PE, era espancado dentro da viatura por um Sargento, cujo nome não sabe, do interior da delegacia.

Filmo de Souza, pedreiro, foi preso em Uberlândia a 30 de julho. Foi espancado no ato de sua prisão por um agente do DOPS e, no dia seguinte, durante um interrogatório, respondeu na 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores por um oficial

paisana e pelo 1º Tenente Costa ou astro, a que anteriormente foi feita referência, que descreve como sendo um mico de cor, de aproximadamente 28 a 30 anos de idade. Removido para Brasília, aqui nada sofreu.

Taylor da Silva, cujo depoimento também foi tomado pelo Senador Marcelo Alencar, afirma haver sido submetido a choques elétricos quando de seu interrogatório em Brasília, no quartel da P. E. Diz que estes choques lhe foram aplicados por meio de fios descobertos, sendo que, e uma vez, um fio lhe foi introduzido no ouvido. Duraram várias horas, foram aplicados pelo Sargento Milton e presenciados por um Major alto e claro, além de Elias Parreira Barbosa.

Irto Marques dos Santos, que pessoalmente nada sofreu, presenciou, entretanto, o espancamento de Dionísio Carijó, no quartel da Polícia do Exército, em Brasília, na noite de quarta-feira, di 2 de agosto. Dionísio Carijó, segundo ele, foi espancado pelo argenteo Milton. Na ocasião não havia nenhum oficial presente, mas o prisioneiro afirma que, pelo menos o capitão Nogueira e o Major Zeno, sabiam do que ocorria e eram pelos espancamentos responsáveis, uma vez que, freqüentemente, ameaçavam os prisioneiros de violências.

Elias Parreira Barbosa foi agredido pelo Sargento Castello Branco, da Guarda ao chegar ao quartel da PE em Brasília e presenciou choques dados em Taylor da Silva.

José Ferreira Braga, do DNER, preso em Uberlândia a 31 de julho, por agentes da DOPS vindos de Brasília, foi espancado no quartel da Companhia de Guardas do 6º Batalhão de Caçadores pelo tenente Costa, com chutes na canela e murros na cabeça e no peito.

A comissão de parlamentares constituiu que todas as violências referidas pelos presos foram praticadas na base de inquérito e durante interrogatórios, cessando prontamente após remoção para Juiz de Fora. No quartel do R. O. dizem os presos estarem sendo normalmente tratados. Após a visita aos presos do 4º R. O. seguimos para o quartel do 10º Regimento de Infantaria, onde chegamos às 17.30 horas. Lá, fomos recebidos pelo comandante da unidade, Cordeiro Carrão, que prontamente mandou chamar os presos entre os quais sua guarda, em número de quatorze. Dez desses presos são condenados no chamado "IPM das guerrilhas de Capangá" e os outros quatro cumprem penas por motivos diversos.

Foram todos unânimes em declarar que estavam sendo tratados condignamente, embora também se queixassem da falta de banhos de sol, que lhes são concedidos apenas durante uma hora por semana. Mais uma vez a comissão foi informada de que os banhos de sol não eram mais freqüentes em virtude de não estarem as unidades do Exército aparelhadas para se transformarem em presídios, em a rotina dos quartéis adaptada a serviços de polícia.

Nenhum dos prisioneiros envolvidos nas chamadas "guerrilhas de Capangá" queixou-se de violências, quer durante a fase de inquérito. Uma vez que o IPM a respeito daquelas guerrilhas foi concluído, ao que parece, de forma satisfatória para os órgãos encarregados da segurança Nacional, tendo sido apuradas todas as informações por eles recebidas, a disparidade de tratamento, ou seja, as violências de Brasília, Uberlândia e Goiânia, em contraste com o tratamento correto a Juiz de Fora, leva-nos à conclusão de não ser prática corrente nos inquéritos realizados pelo Exército a prisão ou espancamento de prisioneiros. Pelo contrário, estas torturas

e espancamentos são realizados por um número extremamente reduzido de militares, criminosos, que não contam com a solidariedade da maioria esmagadora dos seus colegas.

Foram estas as informações que os parlamentares em visita aos presos políticos de Juiz de Fora puderam colher, sendo de ressaltar-se que ouviram esses presos com ampla liberdade e sem sofrerem nenhum constrangimento. As informações foram colhidas em trabalho em equipe, por todos os parlamentares presentes. Em resumo, apuramos que dez presos atualmente em Juiz de Fora foram vítimas de torturas e sevícias. Apuramos ainda que os torturadores foram: em Uberlândia — um agente da DOPS de Brasília conhecido por "Capitão" ou "Braga" e um tenente de 28 a 30 anos de idade, homem escuro, de nome Castro ou Costa, que serve no 6º BC; em Brasília — major Zeno José de Almeida Moura, capitão Sôstenes Nogueira, Sargento Juvenal Antunes, da Polícia do Exército e o oficial de dia em serviço no quartel dos Dragões da Independência, na noite de 1 de agosto de 1967; em Goiânia — o tenente Bandeira e o Sargento Thompson.

Brasília, 24 de outubro de 1967. — Deputado Doin Vieira. — Deputado Márcio Moreira Alves. — Deputado Edgard Mata-Machado.

Subcrevo: Marcelo de Alencar.

Esse foi o relatório que entendemos fazer, que foi elaborado pelos parlamentares que lá estiveram e que recebe minha subscrição, agora, desde que foi o produto do trabalho de cada um de nós, na entrevista feita com os presos que visitamos.

Fica, pois, no conhecimento da Casa, já na certeza de que estamos estudando as medidas necessárias, no sentido de responsabilizar de apurar realmente a procedência das denúncias de presos, de apurar se realmente os fatos ocorreram como nos foram denunciados. Na verdade, o revelado merece apuração pelas autoridades, para que elas não incorporem a ação nefasta dessa minoria de sádicos ou de irresponsáveis.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Josephat Marinho — Justo é esperar-se que o Governo se antecipe a essas outras providências a que V. Ex. se refere e, por iniciativa própria, determine a definitiva apuração da responsabilidade dos torturadores acusados.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sem dúvida, ainda mais porque conseguimos, com a experiência adquirida durante três anos de inquirir como testemunha, desde generais e sargentos, cabos e soldados, atestar que, realmente, há um sentido de dignidade na ação dos militares, há um sentido de respeito à lei, de respeito humano, de sorte que nos recusamos a aceitar que o fato de alguns, de uma ovelhas desgarradas, e mal desgarradas, desse rebanho, venham a comprometer a instituição militar levando à impopularidade e ao desprezo às nossas Forças Armadas. E nesse sentido, é porque desejamos preservar as instituições, porque devemos e temos a obrigação de garantir o respeito à dignidade humana, aos direitos individuais do cidadão brasileiro, que achamos conveniente integrar essa comissão, valendo, aliás, um pouco da nossa experiência no trato do assunto conseguindo e logrando esses resultados, que comunicamos à Casa, já dando a certeza de que não ficaremos inertes, para promover a responsabilidade dos eventuais crimes praticados pelas pessoas acusadas. (Muito bem. Muito bem.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a hora destinada ao Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Para decurso de prazo de 24 horas, para recurso previsto no § 2º, do Art. 67, da Constituição, a Presidência anuncia sobre a mesa o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1967, que estina a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968, tendo

Parecer, sob nº 710, de 1967 da Comissão de Finanças:

Na parte referente às Secretarias de Educação e Cultura, Serviço Social e Saúde:

Favorável ao Projeto e às emendas ns. 1, 2, 3, 4 e 5, na parte referente à Educação;

Contrário às de ns. 6, 7 e 8;

Na parte referente ao Gabinete do Prefeito:

Favorável ao Projeto;

Na parte referente às Secretarias de Administração, Finanças e Segurança Pública:

Favorável ao Projeto e às emendas nº 2, nos termos da Subemenda do Senador Aurélio Vianna;

Contrário à emenda nº 1;

Na parte referente às Secretarias do Governo e Regiões Administrativas, Viação e Obras Públicas e Agricultura e Produção:

Favorável ao Projeto, com as emendas referentes à Secretaria de Viação de ns. 1-B, 3-B, 4-B e 5-B (nos termos da subemenda do Sr. Senador Aurélio Vianna);

Contrário à emenda nº 2B;

Na parte referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal:

Favorável ao Projeto;

Assim, inicia-se, neste instante, o prazo de 24 horas para recurso da decisão da comissão quanto às emendas.

## Item 1º

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 34, de 1967, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá, tendo

Pareceres Favoráveis, sob números 575, 576, 577 e 578, de 1967 das Comissões:

De Constituição e Justiça;

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas;

De Educação e Cultura; e

De Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 34, DE 1967

Autoriza a emissão de selos comemorativos da Retomada de Corumbá.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a emitir selos comemorativos do Centenário da Retomada de Corumbá, à custa das dotações orçamentárias normais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2.

Voação, em turno único, do Requerimento nº 900, de 1967, em que o Sr. Senador Alvaro Maia solicita, nos termos do art. 42 do Regulamento Interno, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.

Em voação o requerimento (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queira permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. A licença está prorrogada por mais de 90 dias, a partir de 26 do corrente.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão, convocando os Srs. Senadores para uma nova sessão extraordinária a realizar-se, hoje, às 19 horas e 40 minutos com a seguinte

## ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CAMARA  
Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Justiça)

Projeto de Lei da Câmara nº 105-67 (nº 500-B-67 na Casa de origem) que estina a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo número 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.10 — Ministério da Justiça, tendo parecer, sob nº 743, de 1967, da Comissão de Finanças, favorável ao Subanexo e à emenda nº 2-T; contrário à emenda nº 1-F; pela prejudicialidade das demais emendas apresentadas.

Decurso do prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67, § 2º, da Constituição.

PROJETO DE LEI DA CAMARA  
Nº 113, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1967 (nº 222-B, de 1967, na Casa de origem), que revoga o art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País, tendo parecer favorável, sob nº 740, de 1967, da Comissão de Saúde.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 79, DE 1967

Discussão, em turno único, da Redação Final oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer nº 713, de 1967, ao Projeto de Resolução número 79, de 1967, de autoria da Comissão de Justiça, que suspende a execução da Lei nº 2.530, de 28 de dezembro de 1931, — do Estado de Minas Gerais — julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos).

ATA DA 175ª, SESSÃO, EM  
24 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,  
da 6ª Legislatura  
(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA  
ANDRADE:

As 19 horas e 40 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Flávio Brito  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Moura Palha  
Clodomir Milet



Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Argemiro Figueiredo  
Domício Gondim  
João Cleofas  
José Ermírio  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Tórras  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Tórras  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 67, de 1967

Dispõe sobre direitos autorais e dá outras providências

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda empresa editora de livros, ao receber os originais de uma obra para estudo e orçamento, é obrigada a fornecer ao autor o respectivo recibo, datado e assinado pelo proprietário ou responsável pela empresa. Parágrafo único. Se dentro de noventa dias, contados da data do recibo, não forem os originais devolvidos a seu autor, a empresa fica obrigada a editar a obra, dentro do prazo máximo de oito meses, pagando ao autor a comissão mínima de 10% sobre o preço de capa.

Art. 2º A empresa editora é obrigada a pagar ao autor da obra editada, dentro de 30 dias após a sua publicação, a importância mínima de 20% sobre o preço total contratado, ficando o restante para ser resgatado depois de esgotada a edição ou em prazo inferior, se assim convier à empresa.

Art. 3º Todo livro impresso deve ser numerado e diretamente rubricado pelo próprio autor.

§ 1º O autor poderá também, se lhe convier, fornecer etiquetas com a sua rubrica de próprio punho, para serem colocadas na página de resto da obra, ao lado da numeração.

§ 2º A numeração poderá ser feita a máquina, pela empresa ou pelo autor.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

## Justificação

O escritor brasileiro não tem, praticamente, nenhuma garantia legal, nem goza de nenhum apoio oficial.

A única compensação que lhe era concedida, a isenção do Imposto de Renda sobre os direitos autorais, foi-lhe negada na nova Constituição.

Fica assim o escritor a mercê da exploração de certos editores inescrupulosos, os quais, nos contratos que firmam com os editados, apenas resguardam os seus direitos, deixando o escritor à margem de qualquer garantia.

Basta dizer que, se um editor extraviar os originais de uma obra, que lhe são confiados, ou se os reter por tempo indefinido em seu poder, como acontece comumente, nada poderá fazer o autor, uma vez que as empresas editoras não costumam fornecer recibo dos originais recebidos.

Cumpra assim ao Poder Público resguardar o direito do escritor mediante lei que defina as obrigações das empresas editoras e as vantagens e direitos dos escritores.

Eis por que elaboramos o presente projeto de lei, que submetemos à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e, em seguida, irá às comissões competentes.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa ofícios que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

## RETIFICAÇÃO

Sr. Presidente:

Solicito retificação no Avulso que contém o Parecer nº 710-67, da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 64-67 que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, à página 4. Emendas apresentadas nº 1 — Secretaria da Educação e Cultura — onde se lê Centro Cultural de Brasília para — Centro Cultural de Brasília da Sociedade de Educação e Assistência Social, conforme se lê na Emenda nº 4, de minha autoria.

Cattete Pinheiro

## RETIFICAÇÃO

Sr. Presidente

Venho solicitar a retificação do nome da Instituição Cruzada pela Infância do Leme, assim consignada no elenco das subvenções ordinárias constantes do Subanexo do Ministério da Educação, para a demonstração exata de Fundação Cardeal Leme.

Brasília, 24 de outubro de 1967. — Gilberto Marinho.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As retificações serão encaminhadas às Comissões, para que os respectivos relatores tomem conhecimento e indiquem se estão de acordo com o solicitado.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu resposta, hoje, ao Requerimento de Informações nº 764-67, do Sr. Senador José Ermírio, dirigido ao Ministério dos Transportes. Da resposta será dada ciência ao autor do requerimento.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há oradores inscritos.

Passa-se à

## Ordem do Dia.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Justiça)

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967, (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 3.10 — Ministério da Justiça, tendo

Parecer, sob nº 743, de 1967, da Comissão:

— de Finanças, favorável ao Subanexo e à Emenda nº 2-F;

Contrário à Emenda nº 1-F;

Pela prejudicialidade das demais emendas apresentadas.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Este Subanexo fica sobre a mesa por 24 horas para recurso das decisões da Comissão de Finanças, como está previsto no artigo 67, § 2º, da Constituição. (Pausa.)

## O SR. PRESIDENTE:

(MOURA ANDRADE):

Item 1:

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 113, de 1967, que revoga o o art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País, tendo parecer favorável da Comissão de Saúde.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado. Irá à sanção.

E o seguinte o Projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 1967

(Nº 222-B-67, na Casa de origem)

Revoga o art. 3º do Decreto-lei número 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 2: Discussão em turno único da Redação Final oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 713, de 1967, ao Projeto de Resolução nº 79, de 1967, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução da Lei nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas ao requerimento para que a Redação Final seja submetida a votos, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno, considero-a aprovada.

O Projeto irá à promulgação.

E' o seguinte a Redação final aprovada:

## PARECER Nº 713, DE 1967 DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Resolução nº 79, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 79, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 2.580, de 23 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Guimard.

## ANEXO AO PARECER Nº 713-67

Redação final do Projeto de Resolução nº 79, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, ..... Presidente, promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

Suspende a execução da Lei nº 2.580 de 28 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa a execução da Lei nº 2.580, de 28 de dezembro de 1961, do Estado de Minas Gerais, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes os Srs. Senadores, para a próxima extraordinária, às 21 horas, com seguinte

## ORDEM DO DIA

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

## (ORÇAMENTO — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES)

Projeto de Lei da Câmara nº 105 de 1967 (Nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.16 — Ministério dos Transportes, tendo

Parecer favorável ao subanexo e à emenda:

2-F — 23-F e 30-F;

— Emendas aprovadas parcialmente:

13-F (inclusão de Cód) — 15-F (item 6 aumentado para 10.000)

35-F (100.000 para o Porto de Alcaça);

— Emendas aceitas para inclusão sem quantitativo: 3-F — 8-F — 9-F — 19-F — 20-F — 21-F e 22-F;

— Emenda com Subemenda:

34-F;

— Emendas com parecer contrário:

1-F — 4-F — 5-F — 6-F — 10-F — 11-F — 12-F — 14-F — 15-F — 17-F — 24-F — 25-F — 26-F — 27-F — 28-F — 29-F — 31-F — 32-F — 33-F;

— Emenda retirada: 13-F.

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino



Mattos, que institui o "Dia do Tráfego", tendo

*Parecer favorável, sob n.º 718, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.*

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)*

## ATA DA 176ª SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE:

As 21 horas, acham-se presentes Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Flávio Brito  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Meriz  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Vasconcellos Torres  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger

### O SR. PRESIDENTE.

*(Moura Andrade)* A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ler lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

### O SR. PRESIDENTE:

*(Moura Andrade)* — Esta Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações:

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DAPC).

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro da Aeronáutica (DAC).

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro da Agricultura.

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro dos Transportes (DNER).

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro das Minas e Energia. (ELETROBRAS)

Do Sr. Vasconcellos Torres, ao Sr. Ministro das Minas e Energia. (ELETROBRAS)

Do Sr. Aarão Steinbruch, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

Do Sr. Aarão Steinbruch, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

Do Sr. Aarão Steinbruch, ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Do Sr. Raul Giuberti, ao Sr. Presidente da SUNAB.

São os seguintes os Requerimentos deferidos:

### REQUERIMENTO

Nº 921, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DAPC — sobre regulamentação da profissão de técnicos químicos do serviço público federal, injustamente enquadrados na carreira de técnicos de laboratório nível 12.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DAPC — quais as medidas tomadas visando nova regulamentação da profissão de técnicos químicos do serviço público federal, injustamente enquadrados na carreira de técnicos de laboratório nível 12?

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 922, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café, sobre contratos de erradicação de cafeeiros anti-econômicos no Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro do Café — IBC — se foram considerados válidos os contratos de erradicação de cafeeiros anti-econômicos firmados no Estado do Rio de Janeiro, cujas áreas não estejam de acordo com os contratos uma vez que os cafeicultores que erradicaram suas lavouras não têm culpa, considerando que os laudos de avaliação foram feitos por técnicos da ACAR-RJ?

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 923, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica — DAC — sobre motivos da não utilização, por aeronaves comerciais, do aeroporto de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica — DAC — quais os motivos da não utilização do aeroporto de Campos, Estado do Rio de Janeiro, por aeronaves comerciais, e, bem assim, se existe processo de alguma empresa comercial de aviação interessada no serviço de passageiros en-

tre o Rio e aquela cidade fluminense?

Sala das Sessões 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 924, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre exportações de carne bovina e equina, congeladas, no primeiro semestre de 1967.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, qual o aumento verificado, no primeiro semestre de 1967, nas exportações de carne bovina e equina, congeladas?

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 925, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre remuneração dos catedráticos e livres docentes nas Universidades Federais.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, o seguinte:

1) qual a remuneração dos catedráticos e livres docentes nas Universidades Federais?

2) que medidas foram ou estão sendo tomadas para elevar o teto desses vencimentos?

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 926, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre funcionamento, em São Paulo, da Câmara Brasil-Paraguai de Comércio e Indústria, como instrumento incentivador das relações Brasil-Paraguai.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, por que entrará em funcionamento a Câmara Brasil-Paraguai de Comércio e Indústria, como instrumento incentivador das relações Brasil-Paraguai, em São Paulo e não no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 927, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre construção da estrada que liga Itaocara a Porto Novo do Cunha, na BR-4, Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a

construção da estrada que liga Itaocara a Porto Novo do Cunha, na BR-4, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que irá beneficiar grandemente o escoamento rápido da produção agrícola e leiteira da região, bem como grande parte dos transportes dos municípios de Itaperuna, Portela, S. Fidelis, Padua, Miracema, Itaocara, etc.?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 928, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — sobre auxílio prestado, face à escassez de energia elétrica, aos municípios de Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Casimiro de Abreu, Estado do Rio.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — qual o auxílio que prestou ou prestará ao Estado do Rio de Janeiro para atenuar a escassez de energia elétrica nos municípios de Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Casimiro de Abreu?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 929, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — sobre cortes sistemáticos de circuitos da CBE nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Maricá, Itaboraí e Rio Bonito, Estado do Rio.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — quais foram as providências tomadas para evitar os cortes sistemáticos de circuitos da CBE, nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Maricá, Itaboraí e Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcellos Torres.

### REQUERIMENTO

Nº 930, de 1967

Sr. Presidente:

Requero, regimentalmente, se oficie ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, para que informe o seguinte:

1º) Qual o aumento concedido aos trabalhadores da Cia. Siderúrgica Nacional, neste ano?

2º) Desde quando começou a vigorar este aumento e em que data os operários da referida empresa começaram a percebê-lo?

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967. — Senador Aarão Steinbruch.

### REQUERIMENTO

Nº 931, de 1967

Sr. Presidente:

Requero, regimentalmente, se oficie ao Senhor Ministro da Indústria

e do Comércio para que informe o seguinte:

Quando começará a ser paga a taxa de insalubridade devida aos operários da Cia. Siderurgica Nacional? Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Senador Aarão Steinbruch.

### REQUERIMENTO Nº 932, do 1967

Sr. Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe dos motivos do não deferimento de requerimentos dirigidos ao I.N.P.S. por operários que contando 30 anos de serviço, pleiteiam os benefícios da aposentadoria integral, ex vi do que dispõe a Constituição vigente. Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Senador Aarão Steinbruch.

### REQUERIMENTO Nº 933, do 1967

Sr. Presidente:

Na forma do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência providências no sentido de ser encaminhado ao Senhor Presidente da SUNAB o seguinte pedido de informações: Quotadas com o fim de desenvolver a cultura da mandioca para a farinha e demais produtos derivados. Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há expediente a ser lido. Não há oradores inscritos. (Pausa.) Passa-se à Ordem do Dia.

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério dos Transportes)

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.16 — Ministério dos Transportes, tendo

Parecer favorável ao subanexo e às emendas:

2-F, 23-F e 30-F:

— Emendas aprovadas parcialmente: 13-F (inclusão de Códó), 15-F (item 6, aumentado para 100.000) e 35-F (100.000 para o Porto de Alcobaca);

— Emendas aceitas para inclusão sem quantitativo: 3-F, 8-F, 9-F, 19-F, 20-F, 21-F e 22-F;

— Emendas com subemenda: 34-F;

— Emendas com parecer contrário: 1-F — 4-F — 5-F — 6-F — 10-F — 11-F — 12-F — 14-F — 16-F — 17-F — 24-F — 25-F — 26-F — 27-F — 28-F — 29-F — 31-F — 32-F e 33-F.

— Emenda retirada: 18-F.

O subanexo, para os fins previstos no Art. 67, § 2º da Constituição, ou seja, recursos de pronunciamento da Comissão, fica sobre a mesa por 24 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 62, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que institui o "Dia do Gráfico", tendo

Parecer favorável, sob nº 718, de 1967, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

Em discussão. (Pausa.)

Como nenhum dos Senhores Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria voltará à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 1967

Institui o "Dia do Gráfico".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia do Gráfico", a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

A Comissão de Finanças que, neste instante, está se reunindo, informa que, possivelmente ainda hoje, poderá concluir os seus trabalhos em relação aos dois últimos subanexos, que estão ainda sob sua apreciação.

Com os decursos de prazo que têm sido marcados, a partir de amanhã o Senado deverá estar em condições de iniciar a votação dos subanexos e das emendas a respeito dos quais tenha havido recurso.

Assim sendo, tudo leva a crer que, no próximo dia 26, o mais tardar no dia 27, o Senado terá concluído o seu trabalho de elaboração orçamentária.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, às 22 horas e 15, com a seguinte

### ORDEM DO DIA

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério das Minas e Energia)

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.12 — Ministério das Minas e Energia, tendo, parecer, sob nº 744, de 1967, da Comissão de Finanças:

... Favorável: à emenda de teto nº 1, com subemenda, e às de ns. 5, 6, 7, 8 e 17;

— Favorável em Parte: às de ns. 3, 9 e 26;

— Contrário: às de ns. 2 — 3 — 4 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 27 — 28 e 29.

Decurso do prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67, § 2º da Constituição.

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 292, DE 1966

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 1966 (nº 2.336-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas, tendo Pareceres, sob ns. 714 e 715, de 1967 das Comissões:

— de Legislação Social, pela aprovação e

— de Finanças, pela aprovação, com emenda que oferece sob nº 1-CF.

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 300-A-66 na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a D. Martinha Monteiro da Silveira, tendo Pareceres, sob ns. 727 e 728, de 1967, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, apresentando substitutivo;

— de Finanças, favorável ao substitutivo da CCJ.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 22,00 horas)

### ATA DA 177ª, SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

### PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE:

As 22 hs. e 15 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
José Guimard.  
Oscar Passos.  
Flávio Brito.  
Edmundo Levi.  
Arthur Virgílio.  
Milton Trindade.  
Cattete Pinheiro.  
Moura Palha.  
Clodomir Milet.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Petrônio Portela.  
Wilson Gonçalves.  
Duarte Filho.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Domicio Gondim.  
João Cleofas.  
Teotônio Vilela.  
Leandro Maciel.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindemberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Marcello de Alencar.  
Aurélio Viana.  
Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Ney Braga.  
Celso Ramos.  
Antônio Carlos.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há expediente a ser lido, nem orador inscrito. (Pausa.)

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.12 — Ministério das Minas e Energia, tendo

Parecer, sob nº 744, de 1967, da Comissão de Finanças:

Favorável: à emenda de nº 1, com subemenda, e às de ns. 5, 6, 7, 8 e 17;

Favorável em parte: às de ns. 3, 9 e 26;

Contrário: às de ns. 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28 e 29.

Fica pois sobre a mesa o Subanexo do Ministério das Minas e Energia para decurso do prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67, § 2º da Constituição.

Sobre a mesa pedido de retificação referente ao subanexo que se acha sobre a mesa e que vai ser lido p. Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

### RETIFICAÇÃO

Requeiro seja feita a seguinte retificação às fls. 3 do avulso referente ao Subanexo do Ministério das Minas e Energia:

Onde se lê:

Pará

Celso:

Leia-se:

Pará

Celso — Centrais Elétricas do Pará. Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Cattete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O pedido de retificação será objeto de apreciação do Sr. Relator, deverá pronunciarse dentro do prazo do recurso, de modo a dar, no caso do parecer não ser favorável, tempo hábil para recurso plenário, por um terço da Casa, assim o desejar em relação à retificação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade):

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 1966 (nº 2.336-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas, tendo Pareceres, sob ns. 714 e 715, de 1967 das Comissões:

— De Legislação Social, pela aprovação e

— De Finanças, pela aprovação, com emenda que oferece sob nº 1-CF.

Em discussão o projeto e a emenda apresentada pela Comissão de Finanças.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerro a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 202, DE 1966

(Nº 2.336-B-66, na Casa de origem)

Dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas:

será permitido a todos os brasileiros natos ou naturalizados, sem distinção de sexo, em pleno gozo de seus direitos civis e políticos, que sejam portadores de carteira profissional expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e pela Associação Profissional ou Sindicato da Classe de corretores de jóias e pedras preciosas.

§ 1º Além da prova de identidade, o candidato à carteira profissional de corretor de jóias e pedras preciosas deverá juntar ao requerimento:

- a) atestado de apresentação assinado pela Associação ou Sindicato Profissional, a que estiver filiado;
- b) quitação com o serviço militar;
- c) título de eleitor;
- d) prova de residência permanente no local onde pretende exercer a atividade.

§ 2º O pedido será publicado no *Diário Oficial da União* e em órgão da imprensa de maior circulação, para conhecimento dos interessados.

§ 3º Pela expedição fraudulenta da carteira de corretor de jóias e pedras preciosas, além da responsabilidade criminal, será aplicada a pena de imediata suspensão dos funcionários responsáveis, até que se possa demitir os cargos por sentença administrativa em julgado.

§ 4º Obtida a carteira profissional, o corretor de jóias e pedras preciosas ficará habilitado a pagar imposto de profissão renda, previstos em lei federal e municipal, pelo exercício de sua atividade.

§ 5º No caso de transferência ou exercício provisório, e também das penalidades sofridas, serão feitas as devidas anotações na carteira profissional, pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social e pela Associação ou Sindicato da classe dos corretores de jóias e pedras preciosas.

Art. 2º Não podem ser corretores de jóias e pedras preciosas:

- a) os que não podem ser comerciantes;
- b) os faltosos, falidos não habilitados e os reabilitados quando condenados por crime de falência;
- c) os que tenham sido condenados ou estejam sendo processados por crime de peculato, falsidade, contrabando, furto ou roubo, e aqueles aos quais as leis imponham expressamente perda do cargo ou suspensão de direitos políticos;
- d) os corretores, uma vez inabilitados por sentença.

Art. 3º Ninguém poderá fazer anúncios em jornais, em cartazes, ou sob qualquer outra forma, sem que nos mesmos conste o número da carteira profissional, ficando sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

§ 1º Qualquer autoridade policial, agente fiscal, corretor ou entidade dirigente das classes é parte legítima para representar ao Ministério Público contra o exercício ilegal da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas.

§ 2º Recebida a representação, o Ministério Público é obrigado a dar início ao processo, no prazo de 15 (quinze) dias no máximo, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 4º O corretor de jóias e pedras preciosas terá direito à cobrança judicial dos serviços prestados como profissional, ou mediador entre o atacadista e o varejista, sendo, para isso, obrigado ao uso da escrituração em talonário próprio a seu cargo, inserindo no mesmo as operações, bem como a parte que lhe foi destinada a título de comissão.

Parágrafo único. Esse talonário deverá ser registrado na repartição federal ou municipal, que fiscaliza os tributos de venda e compra.

Art. 5º No julgamento das ações criminais contra o corretor, o juiz competente poderá suspendê-lo por um a seis meses ou multá-lo em quantia de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil

cruzeiros) a Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), quando reputar falta grave no exercício da profissão, desde que o fato não constitua crime previsto em lei.

§ 1º Em reincidência aplicará a pena de inabilitação, determinando a cassação da respectiva carteira profissional, e também quando a condenação referir-se aos delitos previstos na letra c do art. desta Lei.

§ 2º A multa será recolhida ao Tesouro Nacional, como renda eventual em favor da Fazenda Pública.

Art. 6º O modelo da carteira profissional será o mesmo usado pelas demais profissões, fornecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sendo inscrita à página 1ª a qualidade da especialização profissional.

Art. 7º O corretor de jóias e pedras preciosas é obrigado a colaborar com as autoridades repressoras, bem como obter das mesmas os característicos das peças furtadas ou roubadas, a fim de poderem identificá-las, quando forem postas à venda por seu intermédio e de acordo com a presente Lei.

Art. 8º É vedado aos corretores de jóias e pedras preciosas, legalizadas na forma da presente Lei, o comércio de pedras preciosas e semipreciosas quando no estado de bruto, que é objeto dos expressamente autorizados na forma do Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda da Comissão de Finanças, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

#### EMENDA 1 — CF

Elimine-se na letra "c" do artigo 2º as expressões: "... ou suspensão de direitos políticos".

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade):

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 300-A-66 na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a Dª Martinha Monteiro da Silveira, tendo Pareceres sob ns. 727 e 728, de 1967, das Comissões:

— De Constituição e Justiça, apresentando substitutivos;

— De Finanças, favorável ao substitutivo da CCJ.

Em discussão o projeto com o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto está prejudicado. A matéria irá à Comissão de Redação para redigir o vencido e vir ao turno suplementar.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

(Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6-67 — nº 300-A-66, na Casa de origem)

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira.

Art. 1º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no processo nº 72.785-65, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira, viúva do ex-sargento do Exército, João Machado da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 26 de julho de 1966, na conformidade da autorização do Sr. Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 047-D.F., de 14 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E' o seguinte o projeto prejudicado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1967

(Nº 300-A, de 1966, na Câmara dos Deputados)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a Dª Martinha Monteiro da Silveira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 13 de agosto de 1965, que denegou registro à concessão de pensão a Dª Martinha Monteiro da Silveira.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Devo ainda, para efeito do recurso previsto na Constituição, convocar os Srs. Senadores para mais uma sessão extraordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 105, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.09 — Ministério do Interior.

Projeto de Lei da Câmara nº 105, na parte referente ao Anexo 5 — Subanexo 5.05 — Ministério da Educação e Cultura.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, como Vossa Excelência está anunciando os Anexos para efeito de decurso de prazo, desejo esclarecimentos, para ressalva de direito.

Exatamente a propósito do subanexo do Ministério da Educação e Cultura que V. Exª acaba de anunciar que levaria à outra sessão extraordinária, para aquele fim, é que, Sr. Presidente, tenho dois esclarecimentos a solicitar de V. Exª: um, a respeito de emendas de texto, na Diretoria de Ensino Agrícola, em que, entre as emendas que apresentei, saem numa só alínea duas emendas: "Artesanato de Assistência Social de Barra — Colônia Nosso Lar — Itabuna".

São entidades diferentes, mas estão consignadas em linha e com a mesma dotação.

O segundo ponto é mais delicado, porque, quanto ao primeiro, talvez tenha havido erro de impressão, corrigível mediante simples verificação. Ocorre, porém, fato mais importante quanto à Emenda nº 41, apresentada, no parecer, como aprovada com redução ou redução e, por isso mesmo, convertida em emenda do relator.

Não se adota, aqui, o critério que os outros relatores têm admitido, de subemenda à emenda número tal.

O nobre Senador Paulo Sarasate adotou o critério, em tais casos, de oferecer uma emenda do Relator. Procurei, então, a emenda do Relator que devesse corresponder, com a redução por S. Exª feita, à Emenda nº 41. Não encontro emenda alguma que corresponda ao objetivo da que originariamente apresentei. A emenda que foi apresentada dizia o seguinte:

"Instituto Nacional do Livro. Edição e difusão de obras de interesse cultural — NCR\$ 857.876,00.

Destaque-se:

Para edição da obra do poeta Artur de Sales, a ser executada em convênio com o Governo do Estado da Bahia..." E destinava a verba.

O nobre Relator deve ter feito redução, pelo que se depreende da Alínea "c" do seu parecer, mas não consta do avulso, do subanexo nenhum texto. Não consta do parecer, pelo menos, a meu alcance. Já tive o cuidado de verificar no avulso que está pronto e fui até a Mesa examinar no próprio processo. Não descobri nenhuma emenda que corresponda a esta Emenda nº 41, feita a redução proposta pelo Relator e aprovada, certamente, pela Comissão.

Concluo disso que deve haver um lapso na elaboração do parecer, a menos que este lapso, afinal, seja meu, que isto conste aqui e eu não tenha visto; mas já pedi socorro à própria Mesa e não se descobre a emenda.

Se V. Exª anunciar o decurso de prazo para o subanexo do Ministério da Educação e Cultura, eu ficarei em dúvida sobre como proceder, porque a emenda é dada como aprovada com uma redução. Não fenho, assim, prontamente de que recorrer, mas, ao mesmo tempo, no avulso não consta o que se diz, no parecer, ter sido aprovado.

Pediria, portanto, a V. Exª que deliberasse a respeito, para nossa tranquilidade.

O SR. LINO DE MATTOS — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Lino de Mattos.

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(Para uma questão de ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, logo no início do exame da proposta orçamentária, cada Senador recebeu da Assessoria informação quanto ao teto que cabia para distribuição em cada um dos Ministérios.

Com referência ao Ministério da Educação, a informação fornecida pela Assessoria é de que cada Senador poderia distribuir: da verba ordinária, trinta mil cruzeiros novos; de verba extraordinária, cinquenta mil cruzeiros novos; com destinação específica para o ensino industrial, vinte mil cruzeiros novos; específica para o ensino agrícola, quatorze mil cruzeiros novos e para o ensino médio dezesesseis mil cruzeiros novos, totalizando cento e vinte mil cruzeiros novos.

A informação era de que o Senador não poderia distribuir nenhuma outra verba além dessas.

Acontece, entretanto, Sr. Presidente, que um dos meus auxiliares pediu-me para que eu assinasse três emendas fora do teto.

A princípio eu me neguei. Entretanto, insisti comigo este assessor, pois fora informado de que o Relator estava atendendo a pedido de emendas fora do teto estabelecido.

Fiz como São Tomé: ver para crer. Assinei as três emendas e verifiquei, posteriormente, que efetivamente o Sr. Relator atendeu, em parte, a essas emendas, reduzindo o quantitativo. Mas verifiquei também que diversos outros Senadores obtiveram igual tratamento, recebendo aprovação de emendas fora do teto. Alguns tiveram suas emendas com o quantitativo reduzido, outros tiveram suas emendas aprovadas integralmente e outros Senadores, conforme lembra o nobre Senador Aloysio de Carvalho não receberam aprovação para nenhuma outra emenda.

É uma pena que o Sr. Relator esteja ausente. Seria de toda conveniência sua presença, pois com suas explicações, quem sabe nós seríamos convencidos das razões do nosso mi-nhente colega, Senador Paulo Sarasate. Mas verifiquei — e todos podem constatar tendo em mãos os avisos referentes ao Ministério da Educação — para esta verificação é que levanto esta questão de ordem, a fim de que V. Ex.<sup>a</sup> determine, se parecer a Vossa Excelência, que esta é a providência aconselhável, um exame da matéria, conforme estou expondo — verifiquei que o nobre Sr. Relator, Senador Paulo Sarasate, distribuiu como emendas de sua autoria o montante, o global de NCr\$ 4.462.000,00 ou seja Cr\$ 4.462.000,00, quando cada um de nós teve o teto limitado a NCr\$ 120.000,00.

O Senhor Relator distribuiu como emendas de sua autoria, destinadas a diversas instituições em diversos Estados, particularmente no Estado do Ceará, o total de NCr\$ 4.462.000,00 sendo que desta importância o Relator deu para a Cidade de Fortaleza, exclusivamente para a Cidade de Fortaleza, a importância de NCr\$ 770.000,00.

Quero confessar a V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Presidente, que fiz este levantamento rapidamente, pois que fui colhido de surpresa em meu Gabinete pela questão de ordem do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Victorino Freire — Então é melhor ser Relator; este é dono do Orçamento e então prejudica os outros! Está bom!...

O SR. LINO DE MATTOS — É possível que haja engano na soma destas importâncias. Se houver, Senhor Presidente, eu me escuso desde já. Mas estou convencido de que, se houver, será um equívoco insignificante.

Mas a verdade é que o Sr. Relator, sob a alegação — e há várias emendas que ele confessa que se trata de sobras — ...

O Sr. Antônio Balbino — Sobra de que?

O SR. LINO DE MATTOS — Não há explicação sobre as sobras. Diz por exemplo: "Dê-se o seguinte destino ao saldo". Eu me refiro à Emenda 141-A, do Relator: "Diretoria de Ensino Agrícola: "Dê-se o seguinte destino ao saldo: Ginásio Agrícola de Granja — 150.000 cruzeiros novos".

Ora, Sr. Presidente, a duras penas, nós outros tivemos para o Ensino Agrícola 14 mil cruzeiros novos. Com 14 mil cruzeiros novos eu, por exemplo, que sou do Estado de São Paulo, onde existem mais de 100 escolas de ensino agrícola e que tive de me satisfazer com 14 mil cruzeiros novos, acabei destinando-os a uma instituição apenas. Em 573 cidades, onde deve haver mais de 100 escolas agrícolas, fui obrigado, por

força da imposição de limitação estabelecida pelo teto, a escolher uma entidade, pois que dar menos de 14 mil cruzeiros novos não paga o trabalho de receber do Tesouro esse dinheiro.

O Sr. Victorino Freire — Ouvi V. Ex.<sup>a</sup> falar em sobras. A justificativa do Relator é que apresentava todas essas emendas para o Ceará das sobras que havia.

O Sr. Antônio Balbino — Sobra ou quebra.

O Sr. Victorino Freire — O critério não foi acertado. Essas sobras deviam ser divididas entre os 63 Senadores.

O SR. LINO DE MATTOS — Exatamente. Esta a razão da minha questão de ordem, porque, quando recebi, por exemplo, o impresso fornecido pela Assessoria, por determinação do Sr. Presidente Moura Andrade, estabelecendo o teto, estava certo, como certos devem estar todos os nobres colegas, de que vinha da Câmara uma importância X, que dividida por 66 Srs. Senadores, locava a cada um de nós aquela quantia irrisória. E nós nos conformamos. O que iríamos fazer, se veio da Câmara dos Deputados apenas essa importância? Vamos nos conformar, fazendo o sacrifício, dando destinação aos Estados. Mas lendo agora o parecer do nobre Relator, Senador Paulo Sarasate, verifica-se por emendas de sua responsabilidade, porque de sua autoria, que há diversos saldos, diversas quebras, diversas sobras.

O Sr. Victorino Freire — As sobras deviam ser divididas por todos. Ali o critério não é certo, porque prejudica outros Estados. Não apresentei nenhuma emenda extra-quota, por isso. Porque dizia o papel que se podia distribuir aquilo. Agora o Relator distribui 770 milhões para Fortaleza. Essa é muito boa!

O SR. LINO DE MATTOS — Vejamos, Sr. Presidente, a Emenda 146-A, do Relator:

"Diretoria do Ensino Industrial.

Aplicar-se nas seguintes entidades o saldo verificado..."

Outra vez "saldo verificado". Não vou tomar muito tempo dos nobres colegas porque têm em mãos o parecer e podem verificar a Emenda n.º 146-A a que estou me referindo. Mas são 16 entidades. E assim sucessivamente.

Vejamos, por exemplo, a Emenda n.º 141-A, emenda do Relator:

"Departamento Nacional de Educação.

Inclua-se em 259.2.0531-A, retirando do saldo que houver em 2.3.2.0512-A:

Ginásio Coberio São Cristóvão, a cargo do governo de Sergipe — NCr\$ 60.000,00."

Emenda n.º 127-A, de autoria do Relator:

"Departamento Nacional de Educação.

Inclua-se em 259.2.0531-A, retirando do saldo que houver em 2.3.2.0512-A:

Fundação de Estudos do Mar, (CEMAR) — NCr\$ 480.000,00."

Emenda n.º 111-A — Universidade Federal do Ceará — Administração e Manutenção do Ensino:

Inclua-se, deduzido do montante dos diversos etc.

Escola Doméstica São Rafael — 20.000 cruzeiros novos.

Conservatório de Música Alberto Nepomuceno — 120.000 cruzeiros novos.

Maternidade-Escola Assis Chateaubriand — 200.000 cruzeiros novos.

Sr. Presidente, uma rubrica dessas emendas é superior ao teto que foi dado a cada um de nós, Senadores!

O SR. GUIDO MONDIN — Como V. Ex.<sup>a</sup> explica o que aconteceu com as Federações Desportivas? Tinnamos oitenta milhões antigos por Bancada e agora verifica-se que essa quota foi reduzida a 3 milhões 450 mil cruzeiros antigos. Não estou entendendo. Veja V. Ex.<sup>a</sup> na primeira página do Auluso do Ministério da Educação.

O SR. LINO DE MATTOS — É uma contribuição valiosa que recebo com o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. Por isso levantei esta questão-de-ordem.

Seria longo, Sr. Presidente, fazer o exame de emenda por emenda apresentada pelo Relator. Estou folheando aqui rapidamente, porque há uma emenda que não consigo encontrar, neste instante, de 500 milhões de cruzeiros.

Ha uma outra referente a serviços sociais de um educandário, da ordem de 200 milhões de cruzeiros e, assim, sucessivamente.

Sr. Presidente, embora a matéria tenha sido aprovada pela Comissão de Finanças, a Presidência deve determinar um exame da matéria a fim de que, regimentalmente, se restabeleça o princípio de equidade, recebendo todos os Senadores igual tratamento e possibilitando, então, uma redistribuição dessas verbas entre todos os 66 Senadores.

Esta a questão de ordem que levanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência estava anunciando a Ordem do Dia para uma sessão extraordinária que iria convocar. Ao anunciar o Subanexo do Ministério da Educação, ocorreram as questões de ordens levantadas pelos nobres Senadores Josaphat Marinho e Lino de Mattos.

O Art. 67, 1.º, da Constituição declara que considerar-se-ão aprovadas as emendas que tiverem recebido parecer favorável na Comissão e rejeitadas as emendas que tiverem recebido parecer contrário na Comissão. Elas só poderão ser analisadas pelo Plenário se ocorrer recurso, razão pela qual a matéria irá ser posta à mesa pelo prazo de 24 horas para assegurar aos Senhores Senadores a possibilidade de recurso.

A Presidência não tem, realmente, condições para prestar esclarecimentos a respeito de ambas as questões de ordem.

Assim sendo, não incluirá na Ordem do Dia da próxima sessão este Subanexo. Vai solicitar outro Subanexo para incluir na Ordem do Dia, caso esteja algum pronto para decorrer do prazo, e remeter, com as notas requeridas das questões de ordem levantadas pelos nobres Senadores Josaphat Marinho e Lino de Mattos o Subanexo à Comissão de Finanças, para que a mesma tome conhecimento das questões levantadas e preste esclarecimentos a respeito do assunto.

A Comissão terá a possibilidade de ir por apenas de mais umas duas horas do dia de amanhã para estudo desta matéria, que deverá constar da Ordem do Dia de sessão extraordinária à noite.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Pela ordem — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, não estava aqui e, sim, presidindo a Comissão de Finanças para serem relatados os últimos anexos do Orçamento do ano próximo. Consequentemente, não assisti à discussão tra-

vada neste plenário. Não se encontram aqui alguns dos Relatores dos anexos já discutidos. Contudo, acompanhando, como acompanhiei, os debates travados na Comissão de Finanças, devo esclarecer, ao Plenário ou aqueles que se interessam pela discussão, que o critério adotado por aquele órgão técnico, em determinadas matérias com relação ao parecer apresentado pelos Srs. Relatores, de certo modo, foi no sentido da aplicação parcial de determinadas emendas sem designação do quantitativo. A liberdade que a Comissão tomou ao adotar este critério, obedeceu ao fato, obedeceu à circunstância de que o Orçamento, embora sem caráter legal, sem caráter regular, tinha o caráter de quantitativo para determinados serviços considerados prioritários. A pulverização das verbas, destinadas aos serviços planejados pelo Governo objeto do plano governamental, significava, por essa forma, a inexecução dos serviços prioritários planejados pelo Governo.

Digamos que determinada verba global apresentada no Orçamento original do Poder Executivo, visasse à complementação, à terminação de obra já em execução. A pulverização de verbas contidas no Orçamento, prevendo exatamente a execução desses serviços necessários, significaria a não execução do que estava já em começo de trabalho, já estava executado.

De modo que a Comissão de Finanças, os Relatores, não tiveram outro propósito senão o de ajudar a obra de planejamento do Governo, não alterando aqueles quantitativos julgados por ele como indispensáveis à terminação de determinadas obras.

Entretanto, põe V. Ex.<sup>a</sup>, a questão em ordem regimental e não dispensa, naturalmente, a parte formal, que é a revisão da Comissão de Finanças e um novo parecer por ela elaborado.

Desde já esclareço que o propósito da Comissão foi: não criar maiores obstáculos a esse Orçamento, vamos dizer meio anárquico, que voto ao Congresso Nacional, do Poder Executivo.

O Sr. Antônio Balbino — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Desejaria, apenas, um esclarecimento. Pelo que vemos aqui, há certas emendas do Relator da Comissão de Educação que dão a entender, exatamente, uma posição oposta à filosofia de ação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de explicar. Há emendas, por exemplo, que dizem: "Em relação aos Estados do Acre e Sergipe suprimam-se os quebrados", em vez de uma importância com mais uma parcela final que representaria um quebrado, no entender do Relator, aparece em lugar dessa, uma importância menor, mas correspondente a um número mais inteiro, arredondado. Ora, isso significaria, da parte do Relator, inclusive, cortar um cálculo feito pelo Executivo dando-lhe um quantitativo menor do que o julgado necessário para realizar uma obra. Como esta há outras emendas que merecem explicação mais direta do Relator da Comissão de Educação, porque, como está, a impressão generalizada do Plenário é a de que houve uma estabelecimento cercador de nossa liberdade de emendar depois aprovado com liberdade e largueza pelo Relator.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Não tomei parte na discussão travada no plenário, não tenho elementos — embora tenha prestado a Comissão de Finanças nesse trabalho — para dar uma resposta completa ao eminente Senador Antônio Balbino. De modo que, cotando o projeto à Comissão de Finanças nomearei um Relator ad hoc para o caso, a fim de ver se uma nova dis-



cussão, esclarecerá a matéria objeto de polêmica na sessão a que não tive ocasião de assistir por me encontrar com companheiros na Comissão de Finanças, no exame dos últimos Anexos que estão, na verdade, — anúncio a V. Exa. — votados pela Comissão.

Já não temos mais matéria a relatar, a não ser aquelas que foram objeto de recursos, como a de que está tratando V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Devo, neste instante, informar o Plenário de que a Comissão de Finanças terminou, esta noite, o estudo dos últimos Anexos que em seu poder se achavam.

O trabalho realizado pela Comissão de Finanças, presidida pelo Senador Argemiro de Figueiredo, foi, realmente, altamente elogiável porquanto conseguiu S. Exa. apresentar todos os pareceres ainda com tempo mais do que suficiente para que a Mesa pudesse dar prazo para recursos em todos os Subanexos que receberam emendas e encerrar, com folga, quatro ou cinco dias antes do dia 31, — conforme deveria terminar, a votação da matéria. Entretanto, Senador Argemiro de Figueiredo, houve questões de ordem, levantadas na sua ausência, pois V. Exa. presidia a Comissão de Finanças, ligadas a interpretação do parecer do Sr. Relator, inclusive indagando objetivamente sobre algumas emendas que não teriam constado do parecer ou que, constando do parecer, não constavam entre tanto do processo.

Parece-me que o problema reside principalmente na explicação do método adotado pelo ilustre Relator do Subanexo do Ministério da Educação e Cultura.

A Comissão de Finanças poderá esclarecer o assunto com a presença do Sr. Relator Senador Paulo Saraceni.

Admito que V. Exa. encontrará dificuldades, não estando presente em Brasília o Senador Paulo Saraceni para este esclarecimento. Vou enviar a matéria a V. Exa., na esperança de que o nobre Senador Paulo Saraceni venha emenda-la a Brasília para melhor o seu parecer. Além disso, os Srs. Senadores convocados para nova sessão extraordinária às 23 horas e 30 minutos, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

#### (ORÇAMENTO — MINISTÉRIO DO INTERIOR)

Projeto de Lei da Câmara nº 105 de 1967 (nº 539-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.09 — Ministério do Interior, tendo

Parecer, sob nº 746, de 1967 da Comissão de Finanças:

+ Favorável: às emendas de números 4 — 5-A — 5 — 6 — 9 — 12 — 13 — 15 — 16 — 19 — 21 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 29 — 35 — 37 — 42 — 41 — 46 — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 55 — 56 — 63 — 64 — 65 — 66 — 69 — 69 — 70 — 71 — 72 — 74 — 75 — 76 — 77 — 80-T — 81 — 82 — 83 — 83-T — 87 — 93 — 95 — 96 — 97 — 103 — 104 — 105 — 106 — 111 — 112 — 118 — 119 — 120 — 121 — 123 — 135 — 136 — 137 — 138 — 139 e 140;

+ Favorável em parte: às emendas de ns.: 1 — 3 — 45 — 91 — 113 — 124 e 125;

+ Favorável sem quantitativo: às emendas de ns.: 17, 18 (item 1, 2 e 3) — 22 — 30 — 32 — 33 — 34 — 36 — 38 — 39 — 41 — 57 — 58 —

62 — 67 — 78 — 79 — 84 — 85 — 115 — 129 — 130 — 131 e 141;  
— Contrário: às de ns. 2 — 7 — 8 — 10 — 11 — 14 — 31 — 85 — 88 — 92 — 93 — 94 — 97 — 99 — 100 — 101 — 102 — 107 — 108 — 109 — 114 — 116 — 117 — 122 — 124 — 125 — 127 — 132 — 142 — 40 — 43 — 59 — 60 — 73 — 89 — 110 — 126 — 61 e 20.

Decurso do prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67, § 2º da Constituição.

#### REDAÇÃO FINAL PROJETO DE DECRETO

#### LEGISLATIVO Nº 47, DE 1967

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 747, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47-67, originário da Câmara dos Deputados, nº 37-A-67, na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do art. 33 da Lei número 4.118, de 1932, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80-67

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 748, de 1967, do Projeto de Resolução nº 80, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1934, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agronômica.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 23 horas e 25 minutos)

#### ATA DA 178ª SESSÃO, EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

#### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6.ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 23 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Flavio Brião  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Clodomir Millet  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Roberto Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Cluverti  
Paulo Torres  
Aarão Stenbruch  
Vasconcelos Torres  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos

Moura Andrade  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Braz  
Ruy Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Na número regimental, declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

#### Parecer nº 760, de 1967

De Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 539-B, de 1967, na Câmara), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 1.00 69 — Receita.

Relator: Sr. João Cleofas.

Da análise da Receita e da despesa, constatando o esforço governamental no sentido de promover o desenvolvimento econômico do País.

2. Equívocos ou erros podem ser apontados, e que demandam a necessidade de maior cuidado, na elaboração orçamentária, por parte das Autoridades Monetárias.

3. A Receita estimada de NC\$ 11.097.673.110, para 1968, representa acréscimo de 33,32% sobre a de 1967 (NC\$ 8.515.328.310). Exatidão e Fumo de Participação dos Estados e Municípios, a Receita líquida prevista para 1968 (NC\$ 9.621.613.276) e 23,8% maior que a do exercício corrente (NC\$ 7.733.400.000).

4. O Projeto inclui, entre a Receita da União, a parcela do Imposto de Renda, e do Imposto sobre Produtos Industrializados pertencentes aos Estados e Municípios.

5. Foram incluídos, por determinação constitucional, os órgãos de administração indireta que recebem subvenções, apartando a Rede Ferroviária Federal com a subvenção prevista de NC\$ 316.112.000.

6. É exagerado o percentual de 38% para as despesas de capital. Todos os cálculos demonstram que tais despesas são sobrecarregadas inferiores.

7. Consideramos oportuna e merecedora de apoio a Emenda apresentada pelo eminente líder da maioria, pois que visa, simplesmente, atender à realidade orçamentária. Conforme parecer do Senador Antônio Carlos aprovado pelo Senado, em questão de ordem do Senador Josaphat Marinho, há, na verdade, tão somente planos de aplicação de recursos em determinados setores e distribuídos em diferentes órgãos e Ministérios. A iniciativa do Senador Filinto Müller permite, dentro de um mesmo setor, o deslocamento de recursos — conforme exemplifica a justificativa, a emenda tem por objetivo simplificar a execução do orçamento para 1968 atendendo que ele constitui um orçamento de transição não tendo ainda o característico definitivo de orçamento — relativo a plano de programa prévio e legalmente aprovado.

Não vemos senão vantagem em que se permita proporcionar alguma flexibilidade na execução.

Opinamos assim pela aprovação do projeto e da emenda

#### EMENDA Nº 1 — C. F.

Inclua-se no anexo da Receita:

Art. 1.º. Somente se poderão transferir, no decorrer do exercício, recursos dentro de um mesmo programa, Sub-programa, Projeto e Atividade, de cada ministério ou órgão, uma vez que sejam respeitados os limites máximos para cada elemento da Despesa.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — João Cleofas, Relator. — Antônio Carlos. — José Guimard. — Teotônio Vilela. — Bezerra Neto. — Clodomir Millet. — Fernando Corrêa. — Carlos Lindenberg. — Leandro Maciel. — Petrônio Portela.

#### EMENDA Nº 1

Inclua-se no anexo da Receita

Art. 1.º. Somente se poderão transferir, no decorrer do exercício, recursos dentro de um mesmo programa, Sub-programa, Projeto e Atividade, de cada Ministério ou órgão, uma vez que sejam respeitados os limites máximos para cada elemento da Despesa.

#### Justificativa

Justifica a presente emenda o objetivo de proporcionar um pouco mais de flexibilidade a aplicação de recursos dentro de um mesmo programa, projeto ou atividade.

Pode ocorrer e, na verdade, ocorre com frequência que na execução de um programa por exemplo de Agropecuária um determinado setor do mesmo programa tenha execução mais rápida do que outro setor.

Nestas condições a emenda visa atender a esta realidade sem que venha, de qualquer forma, afetar o projeto no seu conjunto evitando, ao mesmo tempo, qualquer profusão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 1967. — Filinto Müller.

#### Parecer nº 761, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967 (número 453-B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão de Finanças, atendendo ao requerimento do ilustre Senador Clodomir Millet, solicita o pronunciamento deste Órgão Técnico, relativamente à constitucionalidade do presente projeto, que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.

A dúvida, que informa o pedido de audiência a esta Comissão assenta na preceituação do art. 20, § 2º, combinada com a do art. 53 da Constituição do Brasil.

O assunto já foi objeto de pronunciamentos deste Órgão, conforme pareceres aprovados ns. 24º e 35º, de 1967, que vão anexos (folhas 18 e 22) e que esclarecem não haver, na espécie, qualquer inconstitucionalidade.

Assim, não cabe aqui, a nosso ver, renovação da discussão, principalmente quando como no caso não ocorre a intervenção da situação nova.

Com base pois nos citados pronunciamentos desta Comissão, a consulta da Comissão de Finanças deve ser respondida:

1.º que não se trata de Lei Complementar;

2.º) que a tramitação do projeto deve seguir as normas exigidas, para votação das leis ordinárias, não importando a orientação seguida pela Câmara dos Deputados.

E' como nos parece deve ser respondida a Consulta da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Antônio Baibino. — Wilson Gonçalves. — Eurico Rezende. — Rui Palmeira. — Aloysio de Carvalho.

### Parecer n.º 762, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 106, de 1967 (n.º 455-B-67 — Câmara) que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.

Relator: Sr. Clodomir Millet.

O Exmo. Sr. Presidente da República, em mensagem n.º 575-67, acompanhada de exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, submeteu à deliberação do Congresso Nacional projeto de lei que "dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura."

Justificando a proposição, o Senhor Ministro da Fazenda esclarece que a sua finalidade "é a de outorgar estímulos aos empreendimentos nacionais que se dedicam à execução de obras civis de grande vulto, de trabalhos de montagem e de instalações, relacionadas com atividades de infraestrutura, que exigem a utilização de equipamentos especiais e tecnologia adiantada, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento do serviço, redução de custos e brevidade de prazos na implantação de projetos de importância fundamental ao desenvolvimento econômico do país", adiantando que "o projeto de lei ainda objetiva normalizar o tratamento da isenção de tributos incidentes sobre bens importados por empresas de economia mista não subsidiárias da Eletrobrás e entidades públicas que se dedicam à produção e distribuição de energia elétrica."

Considerou, ainda, o Executivo, no referido projeto, a necessidade de assegurar-se expressa cobertura jurídica aos seus atos que, "na forma da lei, eventualmente, venham a autorizar o desembaraço aduaneiro mediante termo de responsabilidade dos bens destinados às atividades ora beneficiadas com a proposição sugerida em consequência mesmo dos seus próprios objetivos econômicos."

O artigo 1.º e seus parágrafos do projeto especificam quais os bens que poderão gozar da isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro, e as condições em que essa isenção será concedida, estabelecendo, ainda, que o direito à isenção será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, enquanto, pelo artigo 2.º, essa isenção é estendida "às sociedades de economia mista e às entidades públicas que produzam ou transmitam ou distribuam energia elétrica." Declara o artigo 3.º que "a isenção prevista nesta lei abrange os bens desembaraçados nas Alfândegas mediante termo de responsabilidade na forma do artigo 42 da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957."

Distribuído, na Câmara dos Deputados, às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, as duas últimas opinaram pela aprovação do projeto, nos termos em que foi enviado ao Congresso, ao

passo que a Comissão de Constituição e Justiça lhe deu parecer favorável, mas apresentando um substitutivo que foi aprovado pela Câmara e está agora submetido à deliberação do Senado.

No substitutivo ora em exame, foram substituídas expressões do projeto, supressas outras e modificadas algumas na sua redação.

Ao invés de dizer, por exemplo, que "poderá ser concedida a isenção", o substitutivo declara que "será concedida a isenção", do mesmo passo que suprime as expressões finais do artigo 1.º — "e com outras obras e serviços de infraestrutura" — a entende o estímulo fiscal às obras e instalações que visam à produção e transmissão de energia nuclear, não referida no projeto.

Do § 1.º do artigo 1.º do projeto são retiradas as referências a preceitos de outro diploma legal, visando a dar mais clareza ao texto, enquanto, no § 2.º se pretende esclarecer e fixar que a competência para conceder a isenção é do Ministro da Fazenda, que agirá sempre através de ato fundamentado, ouvido o Conselho de Política Aduaneira.

Consta do parecer da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados que teria sido aprovada, naquele órgão, emenda do Sr. Deputado Raimundo Diniz, que passou a constituir o artigo 4.º do substitutivo: — "esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de um ano, revogadas as disposições em contrário." Esse artigo, porém não consta do substitutivo dado como aprovado pela Câmara e remetido a esta Casa. Em data de 11 de outubro, levamos o fato ao conhecimento da Comissão de Finanças, pedindo as necessárias providências para esclarecimento do caso, recebendo a Comissão, no dia seguinte, ofício do Sr. 1.º Secretário da Câmara dos Deputados solicitando a retificação nos autôgrafos referentes ao projeto em causa, para dar ao artigo 4.º a seguinte redação: "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de um ano."

Finalmente, o parecer do relator da matéria na Comissão de Justiça da Câmara conclui pela necessidade de se exigir o "quorum especial" na votação do projeto em plenário "como se se tratasse de Projeto de Lei Complementar." Assim foi feito e a votação na Câmara se fez nos termos do artigo 53 da Constituição (maioria absoluta), sendo aprovado o substitutivo por 299 votos contra 2 (dois).

Entendemos que seria indispensável uma consulta à Comissão de Justiça do Senado, em face dos seus pronunciamentos anteriores, sobre se se tratava, na espécie, de lei complementar, e em caso negativo, se poderia o Senado votar o projeto de forma diferente da adotada pela Câmara dos Deputados, isto é, sem a exigência da maioria absoluta para sua aprovação. A Comissão de Finanças aprovou o nosso parecer preliminar e a Comissão de Justiça decidiu que, no caso, não se trata de lei complementar e que "a tramitação do projeto deve seguir as normas exigidas para votação das leis ordinárias, não importando a orientação seguida pela Câmara dos Deputados."

#### PARERE

A proposição originária do Poder Executivo está amplamente justificada na exposição de motivos que acompanhou a mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República. Consolidadas disposições de diplomas legais e complementares providências visando à isenção de tributos sobre material importado, sem similar nacional, no setor da infraestrutura.

Nos termos da Constituição de 1967, a iniciativa de projetos de lei conso-

dendo isenções é da competência exclusiva do Poder Executivo, por se tratar de matéria financeira. Nada impede que se arme o Poder Executivo, através do instrumento próprio, no caso a lei ordinária, para conceder as isenções que entender necessárias a estimular "os empreendimentos nacionais que se dedicam à execução de obras civis de grande vulto, de trabalhos de montagem e de instalações, relacionadas com atividades de infraestrutura, que exigem a utilização de equipamentos especiais e tecnologia adiantada", como muito bem esclarece o Sr. Ministro da Fazenda, o que virá contribuir para "o aperfeiçoamento do serviço, redução de custos e brevidade de prazos na implantação de projetos de importância fundamental ao desenvolvimento econômico do país", o que, só por si, já bastaria para justificar a proposição.

Assim, deve ser aceita a modificação introduzida no anteprojeto pela Câmara dos Deputados, estabelecendo que "será concedida a isenção", ao invés de manter a expressão "poderá ser concedida", por isso que a faculdade de conceder é prerrogativa do Poder Executivo, desde que autorizado previamente pelo Poder Legislativo. Ao invés de autorizar a isenção de caso por caso, a lei visa a isentar o imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro, nas condições que estabelece, a importação de bens que especifica, destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura. O substitutivo da Câmara estendeu a isenção ao material importado para servir à produção e transmissão de energia nuclear e eliminou do projeto inicial a ampliação da isenção a bens relacionados "com outras obras e serviços de infraestrutura", alterações que merecem o nosso apoio e que dispensam maiores explicações, tão claros os seus objetivos.

Já não podemos aceitar o que se propõe em relação ao § 2.º do art. 1.º do projeto, visto como a redação do projeto governamental nos parece mais acertada, de vez que, estabelecendo que o direito à isenção será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, na forma do artigo 27 da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, ainda dispõe que serão obedecidos os critérios estabelecidos por aquele órgão. Ora, a lei citada já consagra a homologação, por parte do Sr. Ministro da Fazenda, das deliberações do Conselho de Política Aduaneira, não havendo, por conseguinte razão para a modificação proposta na redação do dispositivo em causa, pela Câmara dos Deputados, no substitutivo aprovado.

Assim, resolvemos apresentar uma emenda estabelecendo a primitiva redação do § 2.º do art. 1.º do projeto.

Quanto ao art. 4.º, não vemos por que seja limitada a um ano a vigência da lei. O Poder Executivo, quando enviou o seu projeto ao Congresso, não cogitou de prazo para a concessão das isenções pleiteadas. As isenções só serão concedidas se forem satisfeitas as condições da lei, e, em hipótese alguma, o seriam para bens com similar nacional.

Ora, se acontece que, decorrido algum tempo, qualquer material que venha merecendo o favor da isenção passe a ter similar nacional, já não seria concedido o estímulo de que cogita a lei, para novas importações, porque a principal condição para essa concessão não estaria preenchida.

Por estas razões, e atendendo a que, não fosse isso, o prazo estipulado de um ano seria por demais exiguo, mesmo que se quisesse limi-

tar no tempo a ação estimuladora a que visa a proposição, apresentamos emenda ao art. 4.º do projeto, suprimindo as expressões "e terá vigência pelo prazo de um ano."

Somos pela aprovação do projeto de lei da Câmara n.º 106, de 1967, com as seguintes emendas:

1) *Dê-se a seguinte redação ao § 2.º do art. 1.º:*

"O direito à isenção prevista neste artigo será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, na forma do art. 27 da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, e segundo os critérios estabelecidos por esse órgão";

2) *Suprimam-se do art. 4.º as expressões finais: "e terá vigência pelo prazo de um ano."*

E' o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Clodomir Millet, Relator. — Petrólio Portes. — João Cleofas. — Carlos Lindenberg. — Antônio Carlos, com a ressalva de um reexame da matéria pela Comissão de Projetos do Executivo ou pelo plenário. — Fernando Correa. — Teotônio Vilela. — Leandro Madril.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

### E' lido o seguinte

Senhor Presidente do Senado

Tendo notado, na publicação das emendas de minha autoria relativas às Subvenções Ordinárias e Extraordinárias — Conselho Nacional de Serviço Social, omissão das localidades onde têm sede algumas das entidades beneficiárias, solicito a V. Exa. se digne de providenciar as devidas correções através da Comissão de Finanças.

Sal das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Adalberto Sena.

### C SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Ofício do nobre Senador Adalberto Sena será encaminhado ao Relator do Subanexo a que diz respeito.

Entretanto, para facilitar o trabalho do Sr. Relator, eu pediria que o autor do requerimento enumerasse as localidades que foram omitidas na especificação das emendas de autoria de S. Exa., relativas a subvenções ordinárias e extraordinárias, Conselho Nacional de Serviço Social. S. Exa. poderá fazer isso, posteriormente, juntos ao próprio Relator, para facilitar o trabalho.

### O SR. ADALBERTO SENA:

Sr. Presidente, apenas para uma explicação. A retificação é muito fácil, independentemente mesmo da providência que V. Exa. me solicita. No Anexo eu verifiquei a relação das entidades, que não são muitas, com os locais declarados, porém no final não figuram os locais. Será bastante a leitura do Anexo para determinar as localidades faltantes.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Se no Anexo não consta o nome dos locais talvez o Relator encontre dificuldade em enumerar, por falta de um ponto de referência.

O SR. ADALBERTO SENA — V. Exa. tem razão, não negarei essa cooperação.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1957 (nº 500-B-57, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.09 — Ministério do Interior, tendo parecer, sob nº 746, de 1967, da Comissão de Finanças:

Favorável: às emendas de números 4 — 5-A — 5 — 6 — 9 — 12 — 13 — 15 — 16 — 19 — 21 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 29 — 35 — 37 — 42 — 44 — 45 — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 63 — 54 — 55 — 56 — 63 — 64 — 65 — 66 — 68 — 69 — 70 — 71 — 72 — 74 — 75 — 76 — 77 — 80-T — 81 — 82 — 83 — 86-T — 87 — 90 — 95 — 96 — 98 — 103 — 104 — 105 — 106 — 111 — 112 — 118 — 119 — 120 — 121 — 133 — 135 — 136 — 137 — 138 — 139 e 140.

Favorável em parte: às emendas de números 1 — 3 — 45 — 91 — 13 — 123 e 128;

Favorável sem Quantitativo: às emendas de ns. 17 — 18 (itens 1, 2 e 3) — 22 — 30 — 32 — 33 — 34 — 36 — 38 — 39 — 41 — 57 — 58 — 62 — 67 — 73 — 79 — 84 — 85 — 115 — 129 — 130 — 131 e 141;

Contrário: às de ns. 2 — 7 — 8 — 10 — 11 — 14 — 31 — 85 — 88 — 92 — 93 — 94 — 97 — 99 — 100 — 101 — 102 — 107 — 103 — 109 — 114 — 116 — 117 — 122 — 124 — 125 — 127 — 132 — 142 — 40, 43 — 59 — 60 73 — 89 — 110 — 126 — 61 e 20.

Subanexo, para o recurso previsto no art. 67, § 2º da Constituição, ficará sobre a mesa pelo prazo de 24 horas.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 747, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47-67, originário da Câmara dos Deputados nº 37-A-67, na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do artigo 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.

Em discussão a redação final. (Pausa)

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes requerimentos: de Averbação de Tempo de Serviço, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a votos, e ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Parecer nº 747, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967 (nº 37-A-67 na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 747**

Nº ... DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei número 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 27 de agosto

de 1962 que trata da concessão de lavra dos minerais nucleares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 748, de 1967, do Projeto de Resolução nº 80, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agrônômica.

Em discussão. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento, no sentido de que a redação final seja submetida a votos, e ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Parecer nº 748, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 80, de 1967.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 80, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 748**

DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 80, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, número IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº ... DE 1967**

Suspende a execução da Lei nº 959 de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da representação nº 658, a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agrônômica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional se reúne amanhã, às 11,00 horas e às 11 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

Sessão em 25 de outubro de 1967

(Quarta-feira)

**1**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1967 (nº 453-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial aos Doutores Oroszimbo Corrêa Neto e Esperião Gabino de Carvalho, ex-médicos da Comissão Rondon, e dá outras providências. (dependendo de parecer da Comissão de Finanças).

**2**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1967 (nº 26-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios, tendo parecer favorável, sob nº 722, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

**3**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967 (nº 37-C-67, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Despesa para o exercício financeiro de 1967, tendo parecer, sob nº 724, de 1967, da Comissão de Finanças: favorável, com emendas que apresenta sob ns. 1-CF, 2-CF, 3-CF, 4-CF, 5-CF, 6-CF, 7-C e 8-CF.

Matéria em Tramitação no Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Calendário para apresentação de emendas: dias 20, 23, 24, 25 e 26 de outubro.

Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

Calendário para apresentação de emendas: 24, 25, 26, 27 e 30 de outubro.

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 00,15 horas.)

Nº REQ. — SERVIDOR	CARGO	REPARTIÇÃO	Total dias	OBSERVAÇÕES
DP-789-67 Walkir Silveira de Almeida	Taq. Debates, PL-3	Exército	—	Tempo já averbado, devendo ser anotado como prestado em "zona de guerra."
DP-793-67 Gerônimo Afonso de Azevedo	Aux. Mecânico, PL-9	Tiro de Guerra	261	Todos efeitos legais.
DP-809-67 Goitacaz Brazônio P. de Albuquerque	Aux. Sec., PL-11	Companhia Estadual de Energia Elétrica — RS	346	Todos efeitos legais.
DP-810-67 Antônio Ceolin	Motorista, PL-9	S.A.T.C. — ES	—	Indeferido.
DP-816-67 Laírio Correia de Souza	Aux. Limpeza, PL-15	M. Aer.	1,247	Todos efeitos legais.

Diversos, na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº REQ. — SERVIDOR	CARGO	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
DP-772-67 Octaciano da Costa Nogueira Fº	Aux. Leg., PL-9	Férias — Exerc. 1966	De 23-9 a 22-10-67.
DP-834-67 Ivo Sequeira Batista	Aux. Leg., PL-10	Abono dos dias 8, 11, 15 e 22 de setembro de 1967	Provas na Universidade.

Diretoria do Pessoal, 16 de outubro de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

## ATOS DO 1.º SECRETÁRIO

O Sr. Primeiro Secretário deferiu, nos termos do art. 83 da Resolução nº 6, de 1960, os seguintes requerimentos de prorrogação de prazo para posse por 30 dias:

DP-840-67 de Lúcia de Almeida Castro, nomeada para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4;

DP-811-67 de Carlota Barriouneo Martin, nomeada para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4;

DP-855-67 de Luciano de Paiva Diniz, nomeado para o cargo de Taquígrafo de Debates, PL-4.

Concedeu, nos termos do art. 270, item II da Resolução nº 6-60, e de acordo com o respectivo Laudo Médico licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários:

Augusto Rodrigues de Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-13, no período de 23-9 a 23-10-67, num total de 31 dias em prorrogação (DP-813-67);

Agostinho Batista Lage, Auxiliar de Secretaria, PL-11, no período de 23-9 a 7-10-67, num total de 15 dias em prorrogação (DP-825-67).

Secretaria do Senado Federal, 16 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

## PORTARIA Nº 133, DE 23 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar Salmon Lustosa Elves, Contínuo, PL-12, para ter exercício no Serviço de Fecho.

Secretaria do Senado Federal, 23 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O Senhor Diretor-Geral — Deferiu, nos termos do art. 325 da Resolução nº 6-60, o Requerimento DP-724-67, em que Maria Theresia Cunha Menezes, viúva de Newton Menezes, Pesquisador de Orçamento, PL-10, falecido em 18-8-67, solicita auxílio funeral.

Reconsiderou o seu despacho exarado no Requerimento DP-14-63, de Hilton do Amaral, Auxiliar de Limpeza, PL-11, mandando computar somente para os efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço prestado como diarista de obras ao Ministério da Aeronáutica, num total de 839 dias.

Diretoria do Pessoal, 21 de outubro de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

## ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do Estudo e Parecer do Projeto de Lei nº 11, de 1967 (CN), que "Dispõe sobre a admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e revoga dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951".

## ATA DA SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1967

As vinte e uma horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sala da Comissão de Finanças, do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Adalberto Senna, Presidente, presentes os Senhores Senadores Leandro Maciel, José Gutomard, Domicio Gondim, João Cleofas, Carlos Lindenberg, Paulo Torres, Marcelo de Alencar, Bezerra Netto e os Srs. Deputados Raymundo Andrade, Cardoso de Almeida, Aureliano Chaves, Odílio Do-

mingues e Freitas Diniz, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer do Projeto de Lei número 11, de 1967 (CN); que "dispõe sobre a admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e revoga dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951", para apreciar o parecer do Relator sobre a matéria.

Deixam de comparecer à reunião, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ney Braga e Aurélio Viana e os Srs. Deputados Milton Brandão, Ozeas Cardoso, Minoru Miyamoto, José Colagrossi, Amaury Krul e Adalberto Camargo.

Iniciando os trabalhos da Comissão o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Aureliano Chaves, Relator que lê o seu parecer, opinando pela aprovação do Projeto.

A seguir, submetido o Parecer à discussão e votação é aprovado unanimemente.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carmelita de Sousa, Secretária a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.



## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Catteto Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

## Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE), Eurico Rezende — (ARENA — ES)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

## Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)  
 Antônio Carlos — (SC)  
 Rui Palmeira — (PB)  
 Manoel Vilela — (RN)  
 Vasconcellos Torres — (RJ)

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

## Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)  
 Adalberto Senna — (ACRE)  
 Lino de Mattos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio  
 Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleophas  
 Teotônio Vilela  
 Júlio Leite

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio  
 Márcio Martins  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## TITULARES

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Rui Palmeira

## SUPLENTE

Vasconcelos Torres  
 Daniel Krieger  
 Benedicto Valladares  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Menezes Pimentel  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Aarão Steinbruch  
 Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-3.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
 Lobão da Silveira  
 Petrólio Portela  
 Eurico Rezende  
 Atílio Fontana

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Arnon de Melo  
 José Leite  
 Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Alexandre Mello.  
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.  
 Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## TITULARES

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Julio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domício Gondim  
 Leandro Maciel

## SUPLENTE

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres

## MDB

Mário Martins  
 Pedro Ludovico  
 Lino de Mattos

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
 Mem de Sa  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portela

## MDB

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## TITULARES

João Cleofas  
 Mem de Sa  
 José Leite  
 Leandro Maciel  
 Manoel Vilela  
 Clodomir Millet  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco  
 Paulo Sarasate  
 Carvalho Pinto  
 Fernando Corrêa

## SUPLENTE

Antônio Carlos  
 José Guilmard  
 Daniel Krieger  
 Petrólio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Mello Braga  
 Carlos Lindenberg  
 Celso Ramos  
 Teotônio Vilela  
 Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## TITULARES

Ney Braga  
 Atílio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domício Gondim  
 João Cleophas

## SUPLENTE

Júlio Leite  
 José Cândido  
 Rui Palmeira  
 Arnon de Melo  
 Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz  
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A****TITULARES**

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgílio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**A R E N A****TITULARES**

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermírio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A****TITULAR**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A****TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

**M D B**

José Ermírio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 hora

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**A R E N A****TITULARES**

Teotônio Vilela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysto de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(6 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A****TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A****TITULARES**

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Torres  
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.Lino de Mattos  
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Matos**A R E N A****TITULARES**José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard  
Petronio Portela  
Domício Gondin  
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Milet  
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Muller  
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena  
Secretário: Alexandre Mello

Oscar Passos

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.